



OUTRA CIDADE É POSSÍVEL.

Programa do PSOL para a cidade de Juiz de Fora.

ELEIÇÕES
2020



PSOL 50

UMA CIDADE SOLIDÁRIA PARA AQUELES QUE TRABALHAM, LUTAM E SONHAM

“Todos os que meditaram sobre o mau estado das coisas recusam-se a apelar à compaixão de uns por outros. Mas a compaixão dos oprimidos pelos oprimidos é indispensável. Ela é a esperança do mundo.”

Bertold Brecht

Acreditamos que a vida não pode ser só sobrevivência. Porque acreditamos que ninguém vive e nem sobrevive com base no egoísmo, no individualismo, na competição. Estes são elementos de uma maneira fria de fazer a política e a vida que querem nos impor. Uma cultura do ódio, da criação constante de inimigos e do medo do outro. Nestes tempos de pandemia o ultraliberalismo se manifestou como uma política da morte, do descaso, do cinismo.

Nós somos firmemente contrários a tudo isso. E combatemos os divulgadores desta mensagem sombria e sem esperança que bate à porta dos trabalhadores deste país todos os dias desde 2019 e que se agravou diante da Pandemia. Temos hoje mais de 130 mil mortos de COVID19 e mais de 40 mil de insuficiência respiratória aguda que não é contabilizada, um verdadeiro genocídio. Diante disso o descaso do governo, sem as medidas sanitárias adequadas, a ausência de uma política de renda mínima digna, sem o acolhimento e sem contenção de demissões o cenário para os trabalhadores é dramático. A inflação consome os poucos salários estáveis de emprego formal e salta o preço dos alimentos da cesta básica.

Nossa principal tarefa é combater o pensamento de extrema direita que banaliza a morte, que dissemina a ideia de que a responsabilidade é de cada um para escamotear que opera para os interesses de grandes corporações e banqueiros, cuja única preocupação é a manutenção de suas elevadas taxas de lucros. É inaceitável que diante de uma crise econômica agravada por uma pandemia os bancos tenham atingido novo patamar de lucros acima de 7 trilhões e 400 bilhões e que os bilionários brasileiros tenham ficado 34 bilhões mais ricos justamente no período da pandemia.

O discurso da extrema direita raivosa, mantém a atenção voltada para o combate moral conservador e autoritário acusa e calunia a esquerda dizendo que é corrupta e

fecha os olhos para as negociatas do palácio do planalto, para a compra do centrão, para o caso Queiroz e os vínculos dos familiares do presidente com o crime organizado.

A extrema direita condena as mulheres, em especial as feministas, agridem-nas, xingam e fecham os olhos para o fato de que nos últimos 12 meses, mais de 1.6 milhão de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento, 22 milhões sofreram algum tipo de assédio, sendo que 42% das agressões ocorreram em ambiente doméstico. Ignoram o tráfico de mulheres e crianças. Durante a pandemia estes dados aumentaram entre 22% e 44% dependendo da cidade/região. Faz um discurso de morte e promove agressões à LGBTQI+ como se fossem estes os autoritários e ignoram a necessária luta pela vida, posto que um LGBTI morre a cada 16 horas apenas por ser quem é. Igualmente ignoram o racismo que produz uma abissal desigualdade. Homens brancos recebem salários até 74% mais altos do que negros. São os negros e negras 3/4 dos mais pobres no Brasil, segundo o IBGE. A cada 23 minutos um jovem negro morre violentamente. Todos eles vítimas do racismo estrutural que, de resto, para a extrema direita, não existe.

Nossa cidade reproduz, infelizmente, esta realidade e reproduz todas essas formas de violência. Ela é a terceira que é racialmente mais desigual no país, considerando brancos e negros. Nossa candidatura se coloca contrária a visão de mundo que exclui, condena, criminaliza e mata homens e mulheres por sua condição social, raça, gênero e orientação.

Nós somos aqueles que sabem que é possível construir outras relações, outros laços, porque o preconceito e a opressão não são naturais. Eles foram introduzidos, semeados, cultivados para separar nosso povo trabalhador e impedir que vejamos que todos temos mais coisas em comum do que o que nos divide. Escolhemos fazer política como trabalhadores e com nossos companheiros e companheiras de condição social, de classe. A metodologia da construção do programa seguiu essa opção. Reunimos horizontalmente pesquisadores, trabalhadores dos mais diversos setores, juventude e lideranças comunitárias.

A crise econômica, agravada pela pandemia, demonstra os limites do pensamento liberal e da economia de mercado. Por isso é urgente elaborarmos juntos a compreensão desse processo a partir da cidade e apontar um caminho para fortalecer

a resistência e encontrar saídas para a crise. Elaborar um programa é um desafio que abraçamos junto a dezenas de militantes. Apenas reagir aos ataques é muito pouco frente aos nossos desafios. Pensamos como Antonio Gramsci: “O elemento popular sente, mas nem sempre compreende e muito menos sabe. Por outro lado, o intelectual sabe, mas nem sempre compreende e muito menos sente. O erro do intelectual consiste em acreditar que é possível saber sem compreender, sem sentir e permanecer apaixonado não só pelo objeto do conhecimento, mas pelo conhecimento em si”. Na construção desse programa reuniram-se os que sentem, compreendem e sabem, juntos. Aqui reside nossa força e potencialidade.

Nós queremos viver em uma cidade que nos abraça e acolhe, que a gente sabe que é administrada por nós e para nós e que, portanto, nunca ficaremos para trás. Sabemos que esta cidade só vai ser assim se for governada por nós todos juntos. Contra a política do genocídio, do crime, do engano, da mentira, afirmamos nossa maneira de fazer política. A política de afirmação do afeto, da solidariedade, de “feliz cidade”.

Se resgatarmos nossa capacidade de organização comunitária, da qual tivemos exemplos excepcionais durante a pandemia, saberemos que o que falta de vontade política entre os ricos e poderosos, sobra entre os trabalhadores e é por isso que temos certeza de que juntos, podemos ter a cidade que queremos. Por isso sabemos que outra cidade e outro país são possíveis.

Por tudo isso, o PSOL propõe para Juiz de Fora um conjunto de ações que, partindo do estudo do orçamento e da economia da cidade, tem por objetivo reconstruir os equipamentos e a rede de proteção social do município bem como estabelecer políticas emergenciais e incentivo à auto-organização para gerar renda.

Estas se articulam à política de segurança que toma como prioridade a segurança pela vida. As ações prioritárias são para reforçar as garantias e os direitos sociais através de atendimento básico de qualidade na saúde, na educação, no acesso ao lazer e a cultura e na assistência social. Além disso, garantir programas de acompanhamento da juventude de tal forma que os conflitos e as situações de violência possam ser mitigadas e reduzidas preservando a vida.

Todos os que vivem e trabalham têm direito ao bem viver, à um convívio que traga conforto social e dignidade no trato. Todos têm direito à cidade. E para quem mais

nos preocupamos em garantir o direito à cidade? Àquelas e àqueles para os quais ela sempre foi negada: aos jovens periféricos, negros e negras, mulheres, população LGBTQIA+, idosos, crianças. Aos que são negligenciados como se não fossem a própria cidade viva e em movimento.

A cidade solidária é a cidade das pessoas e não das mercadorias, não do lucro acima da vida. A cidade que desejamos não se realizará plenamente em uma economia de mercado, pois não será possível eliminar a exploração. Mas, nós podemos, juntos, melhorar as condições imediatas da vida dos que mais tem sofrido com a crise econômica e com a pandemia. E isso é uma tarefa, um dever incontornável.

Nós sabemos o quanto a nossa cidade desigual, abandonada e falsamente “pacífica” precisa de solidariedade e precisa também de uma enorme dose de esperança no coração dos que vivem do suor do seu trabalho.

**“É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar;
porque tem gente que tem esperança do verbo esperar.
E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera.
Esperança é se levantar, esperar é ir atrás,
esperança é construir, esperar é não desistir!
Esperança é levar adiante, esperar é juntar-se com outros
para fazer de outro modo...” . Paulo Freire.**

Nossa esperança está embasada no nosso trabalho que começou com um amplo chamado à construção do programa de governo do PSOL.

Nós sabemos que a crise econômica é mundial e, neste sentido, não poderemos superá-la na cidade. Sabemos que haverá recessão e empobrecimento. Mas estamos afirmando que escolhemos proteger os mais vulneráveis dos efeitos dessa crise e que concentraremos nossos esforços no combate à fome e à pobreza extrema. Trabalharemos para manter os demais em condições dignas de vida e de trabalho e buscaremos incentivar e colaborar com a auto-organização das comunidades.

Agradecemos as centenas de pessoas, pesquisadores/professores, trabalhadores, juventude, lideranças comunitárias, homens e mulheres que aceitaram nosso convite e junto conosco se debruçaram sobre os dados da cidade e , através da pesquisa desenvolvida coletivamente, nos permitiram caracterizar a cidade a partir da economia, do orçamento e da forma como as políticas públicas estão organizadas.

A partir desta primeira elaboração, iniciamos as plenárias nas quais as demais pessoas podem contribuir com a sua construção. Essa metodologia enche de vida o trabalho e alarga a experiência democrática, pois trata-se de trazer para o centro do debate e como sujeitos políticos aqueles que devem usufruir das políticas públicas, logo, também estas pessoas devem ser os elaboradores e os proponentes das mesmas.

O programa começa agora, mas não termina. Ele é um trabalho em aberto, sempre em construção, pavimentando o caminho de aprofundamento do conhecimento da cidade e da política rompendo a alienação, a distância fria entre quem pensa, quem faz e quem “recebe” a política. Somos nós por nós, no caminho da construção da outra cidade possível.

O programa é a objetivação de nossa maneira de fazer política. Ele é a síntese do encontro dos que juntos, sabem, sentem, compreendem e por isso lutam e sonham e permanecem apaixonados pela transformação da vida coletiva

Vamos lá fazer o que será!

ECONOMIA E ORÇAMENTO

A candidatura do PSOL para a prefeitura de Juiz de Fora em 2020 tem como objetivo erradicar a desigualdade social e a concentração de renda e riqueza característica de nossa formação sócio-histórica, assim como, suas expressões em nosso município nesse início de século XXI, agravadas no momento atual pela crise econômica mundial e seu aprofundamento sob impacto da pandemia. Trata-se do enfrentamento à constante degradação das condições de vida dos trabalhadores, aos reflexos municipais da espoliação de nossa economia e cultura pelo mercado mundial capitalista e, por fim, do combate às expressões municipais do assalto ao Estado promovido pela burguesia brasileira em sua ofensiva contra a classe trabalhadora. Nosso objetivo é lançar as bases para um rompimento com esse sistema político e seus reflexos a nível regional e municipal. Sistema promovido pelas diferentes frações da burguesia brasileira, cujo projeto para o país é o aprofundamento neoliberal e a subordinação econômica brasileira à dinâmica dos grandes centros de acumulação capitalista mundiais e a consequente manutenção da superexploração da força de trabalho no país.

Desta forma, não restam dúvidas, nossa candidatura deve assumir uma aliança com os trabalhadores e trabalhadoras que são os únicos interessados em alterar o quadro atual e assumir o protagonismo de um novo projeto para o país e para a cidade. Para a implementação desse projeto, devemos primeiro lançar um diagnóstico de como chegamos a essa situação de crise generalizada e dar uma resposta em consequência. Essa resposta deve ir à raiz dos problemas, é fundamental o rompimento com o pacto de classes que nos trouxe até aqui e, a inauguração de uma política de novo tipo, que sirva de referência crítica para a classe trabalhadora que se encontra desarmada política e ideologicamente, em grande medida, graças a conciliação de classes levada a cabo durante os governos do Partido dos trabalhadores que terminou de maneira trágica por meio de um golpe em favor do grande capital imperialista norte-americano e dos setores da burguesia brasileira que se beneficiam do aprofundamento da vulnerabilidade externa estrutural (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007) de nossa economia – agronegócio, mineração/petróleo/ gás e capital financeiro especulativo.

O programa que ora apresentamos constitui-se, portanto, como uma proposta de mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras de Juiz de Fora frente os inevitáveis

efeitos mais degradantes da crise. Temos desta forma, a tarefa de organizar e servir de referência crítica, junto aos trabalhadores e trabalhadoras que estão sofrendo os avanços da crise capitalista sobre suas condições de vida, assim como para a construção de uma cidade em que não haja espaço para o racismo, a opressão de gênero e a LGBTQIA+fobia que atingem cotidianamente amplos segmentos de nossa classe. Para tanto a participação popular nos processos de planejamento, gestão, decisão e mobilização é imprescindível. Cabe destacar que nosso Programa conta com valiosas e relevantes propostas de políticas públicas, defendidas por pessoas que acreditam e lutam por uma sociedade mais livre e socialista.

Pautamos neste programa um confronto aberto contra a coesão burguesa que nos trouxe até a situação atual, tematizando a propriedade, ou seja, a apropriação privada da riqueza socialmente produzida e as formas de auto-organização dos trabalhadores para formar as fileiras deste confronto.

A economia de Juiz de Fora nos anos 2000

O município de Juiz de Fora tem uma população estimada em 2019 de 568.873 (IBGE CIDADES, 2020), com densidade populacional de 39/habitantes por km². Trata-se da 36° cidade em número de habitantes do Brasil e a 4° no Estado de Minas Gerais. Em 2010, sua população urbana correspondia a 498.981 munícipes (35° no Brasil e 4° em MG) ao passo que a população rural atingia a marca de 5.781 munícipes (109° MG; 1517° Brasil).

Quando considerado o índice de mortalidade infantil, temos uma evolução positiva expressa nos seguintes números: em 2008 eram 17,53 mortes a cada mil nascimentos, em 2012 14,27 por mil, em 2016 12,30 por mil e em 2017 foi atingido o menor patamar da série com 10,32 mortes por mil nascimentos (IBGE CIDADES, 2020). No que diz respeito à longevidade, educação e renda da população expressa no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), com a marca de 0,778, o município ocupava em 2010 a posição 145° quando comparado ao Brasil e a 7° posição no estado de Minas Gerais, tendo um IDHM considerado alto pelos parâmetros da Organização das Nações Unidas (ONU).

Do ponto de vista da riqueza produzida na cidade (Produto Interno Bruto - PIB), segundo os últimos dados disponibilizados pela Fundação João Pinheiro (FJP) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observamos que o PIB de Juiz de Fora variou de R\$ 9.91 bilhões em 2010 (IBGE CIDADES, 2020) para R\$ 15,99 bilhões em 2017 (crescimento de 61% em relação a 2010) – 2,77% do PIB de Minas Gerais – e o PIB per capita de R\$ 28.355,07 – no estado de Minas Gerais o PIB per capita foi de R\$ 27.283. O valor mediano do PIB per capita dos 4 municípios mineiros com população acima de 500 mil - Belo Horizonte, Contagem, Uberlândia e Juiz de Fora - atingiu a marca de R\$ 39.631 em 2017. Em síntese, trata-se do 5º maior PIB do Estado de Minas Gerais e o 60º - em 2010 era o 57º - quando consideramos os demais municípios brasileiros (FJP, 2019).

A partir da observação da evolução do PIB do município por setores econômicos, verificamos que entre 2010 e 2017 – seguindo a tendência brasileira inaugurada nos anos 1980 com a crise do desenvolvimentismo – houve queda na participação relativa do setor industrial de 22,3% para 17,5% (-4,8%) (em relação ao setor de serviços, agropecuária e impostos). A participação percentual de Juiz de Fora no valor adicionado bruto (VAB) da indústria de Minas Gerais se manteve praticamente estagnada no período sinalizado variando de 2,19% em 2010 (12ª), 1,87% em 2011 (13ª), 2,07% em 2012 (11ª), 2,08% em 2013 (12ª), 2,08% em 2014 (11ª), 2,28% em 2015 (8ª), 2,17% em 2016 (8ª) e 2,18% em 2017 (8ª). Em suma, nossa indústria encontra-se estagnada e com indícios da ocorrência de um processo de desindustrialização relativa (FJP, 2019).

O setor de serviços ampliou sua participação relativa no PIB de Juiz de Fora em 6,1%, passando de 47,9%, em 2010, para 54%, em 2017. A participação dos serviços prestados pela administração pública cresceu 2,7 – alta de 18% – passando de 12,3%, em 2010, para 15%, em 2017 (serviços em geral somados aos serviços prestados pela administração pública representavam 60,2% do PIB em 2010 e passaram a representar 69% de participação no PIB do município em 2017). A participação percentual de Juiz de Fora no valor adicionado bruto (VAB) dos serviços em Minas Gerais se mantém estagnada, variando de 3,19% em 2010 (5ª), 3,07% em 2011 (5ª), 3,06% em 2012 (5ª), 3,11% em 2013 (5ª), 3,17% em 2014 (5ª), 3,12% em 2015 (5ª), 3,10% em 2016 (4ª) e 3,17% em 2017 (4ª). Para além da administração pública, também contribuíram para o desempenho do setor de serviços no período as atividades de intermediação financeira,

atividades imobiliárias e atividades profissionais/científicas/técnicas. Como vemos, do ponto de vista de sua participação no setor de serviços mineiro, Juiz de Fora encontra-se estagnada, apesar de ter ocorrido ampliação da participação relativa do setor de serviços na geração de riqueza (PIB) no município de Juiz de Fora no período 2010-2017 (FJP, 2019).

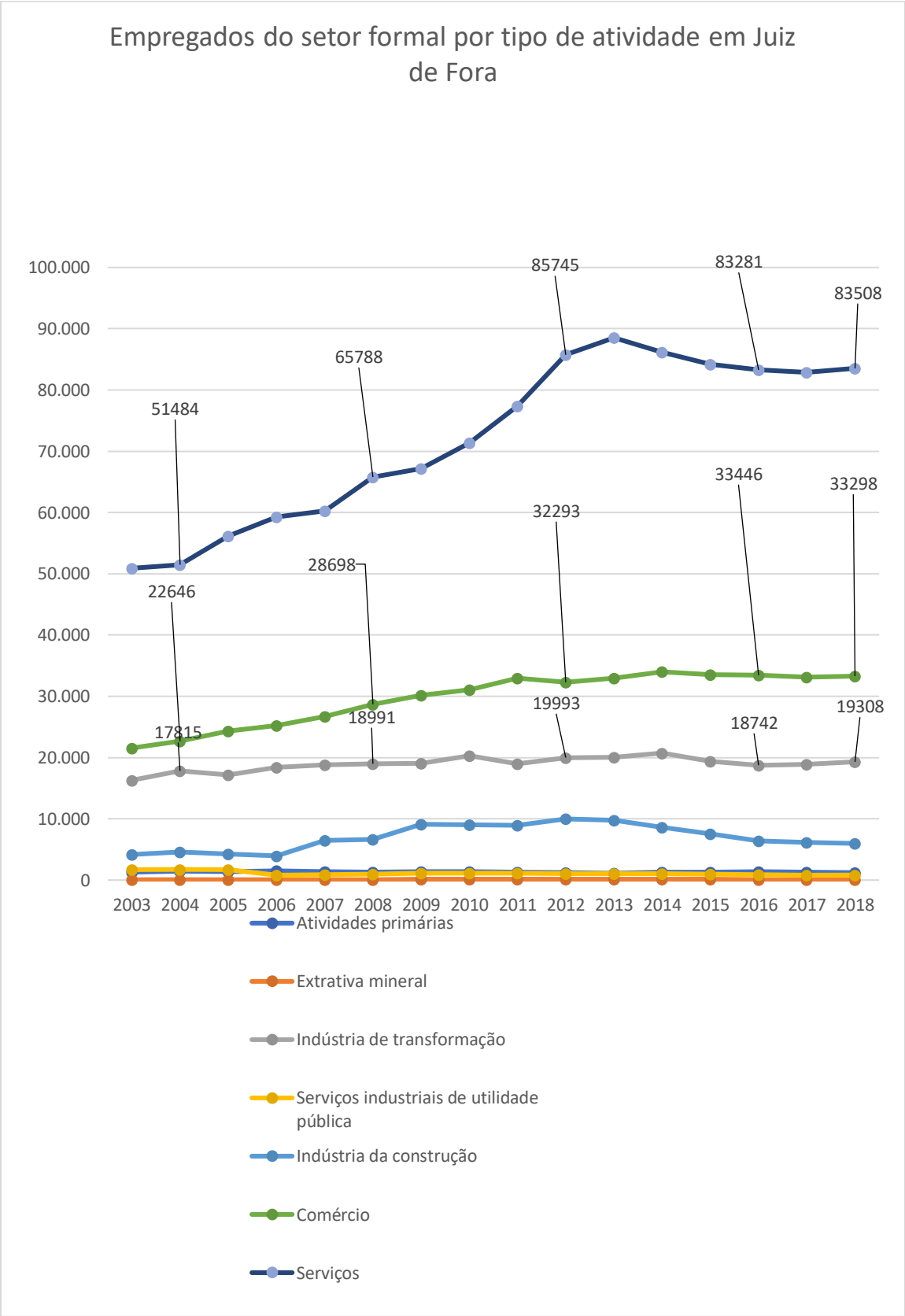
Deste modo, a consideração da composição setorial do PIB de Juiz de Fora no período 2010-2017, nos permite afirmar que no município predominam as atividades econômicas no setor de serviços (69% do PIB em 2017), seguidas da indústria (17,5% do PIB em 2017) com pouca importância do setor agropecuário (0,2% em 2017) no total da riqueza produzida no município. Por fim, os impostos representam 13,3% do PIB da cidade (ao longo do estudo identificamos alguns problemas metodológicos relacionados a esse índice)¹.

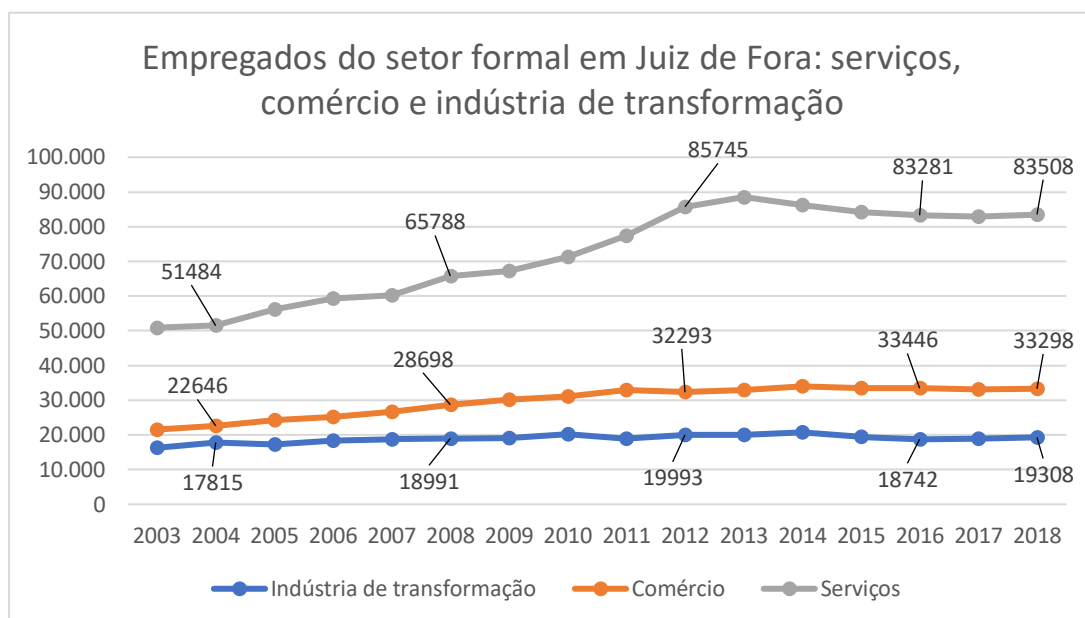
No que diz respeito à estrutura do emprego em Juiz de Fora, entre 2003 e 2013, acompanhando a trajetória nacional do emprego formal nos governos PT o número de empregos formais cresceu em ritmo forte. O crescimento foi de 96.038 empregos em 2003 – 29,9% do emprego total – para 153.610 empregos em 2013 (39,70% do emprego total). Daí em diante, os empregos formais passaram a diminuir variando para 151.936 (38,60% do emprego total) em 2014, 147.024 (37,10% do emprego total) em 2015, 144.249 (36,20% do emprego total) em 2016, 143.344 (35,60% do emprego total) em 2017 e, por fim, em 2018, houve um leve crescimento do emprego formal que atingiu 144.196 (35,40% do emprego total) (IRMS, 2020).

Como podemos observar nos gráficos abaixo, no que diz respeito ao número de empregos formais por tipo de atividade desenvolvida no município, no período 2003-2018, observamos que o setor de serviços – forte crescimento do emprego entre 2004 (51.484 vagas) e 2013 (88.523 vagas) – era o maior empregador com 83.508 vagas em 2018, seguido do comércio com 33.298 e da indústria de transformação com 19.308 postos de trabalho. Os empregos, em ordem de importância, na indústria da construção, nas atividades primárias, nos serviços industriais de utilidade pública – saneamento,

¹ Consideramos que a agropecuária, a indústria e os serviços adicionam valor ao PIB, ao passo que, os impostos não o fazem. Porém, os dados disponibilizados pela FJP (2019) tratam os impostos como componente do PIB.

iluminação, etc., – e na indústria extrativa mineral, somavam 8.082 vagas no município em 2018.





Fonte: IMRS (2020). Elaborado pelos autores.

A resposta neoliberal do capital para a crise do nacional-desenvolvimentismo brasileiro – crise do milagre – aberta a partir de meados dos anos 1970 é um processo que ainda está em curso – reprimarização da economia, desindustrialização relativa e manutenção da superexploração da força de trabalho – e que se aprofunda no contexto da pandemia, o qual podemos visualizar a nível municipal a partir dos dados destacados pelo presidente do Sindimetal-JF (Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Juiz de Fora) que demonstra que no ano de 2015 o setor metalúrgico retraiu cerca de 30% na cidade e continua estagnado (TRIBUNA DE MINAS, 2020a). No ano de 2016, o faturamento da indústria da Zona da Mata caiu 14,7%, no mesmo período, o emprego no setor teve queda de 3,4% (TRIBUNA DE MINAS, 2020b). A participação da indústria no valor adicionado da cidade caiu 8,3 pontos de 2007 a 2017 (IMRS, 2020).

Nos serviços a situação também não é das melhores. Como demonstra o presidente do Sindicato do Comércio de Juiz de Fora que representa o setor de serviços, em uma entrevista deste ano para o Tribuna de Minas (2020c), na qual alegou que 90% das empresas dos setores de comércio e serviços têm até sete funcionários, e que, sem capital de giro, se estima que 20% das empresas encerrariam suas atividades a partir de Julho de 2020. Com a relativa paralisação do comércio na cidade, devido à pandemia de COVID-19, vemos as vendas online dispararem, estas que na maior parte das vezes são

grandes empresas, que irão por fim, acabar com boa parte destes pequenos comércios os quais terão dificuldades em retomar as atividades após o controle exercido por algumas multinacionais. Este é um exemplo da função de catalisador que a pandemia acaba exercendo em relação a crise, ela acelera um processo que já estava em curso.

Em relação ao desemprego, o saldo entre admissões e desligamentos do 1º semestre de 2020 em Juiz de fora é de -6.369, o nível de empregos vem caindo desde o início do ano tendo apresentando o pior resultado em abril com o saldo de -3075 empregos. O recorte do mês de maio de 2020 nos mostra as admissões e desligamentos por setor em que: no setor de serviços o saldo foi de -853, no comércio -576, na indústria de transformação -275, na construção civil teve um saldo positivo de 76, assim como na agropecuária com um saldo positivo de 1. Comparando com as cidades da região nosso saldo é o mais dramático, tendo Ubá como a cidade que chega mais perto dos nossos números apesar de ter uma distância ainda muito grande em que o acumulado do ano até maio foi de -1317. No estado de Minas o saldo de janeiro a maio é de -111.555 (TRIBUNA DE MINAS, 2020d; CAGED, 2020).

Do ponto de vista da renda dos trabalhadores, observamos que o salário mínimo continua sendo insuficiente para cobrir as necessidades básicas das famílias brasileiras, revelando-se suficiente apenas para garantir a sobrevivência mínima. Como expressão da superexploração da força de trabalho vigente no país, verificamos que no final de 2018, o salário mínimo necessário para prover o sustento básico de uma família composta por quatro pessoas deveria ser de R\$ 3.960,57, um valor muito superior ao valor do salário mínimo nominal de R\$ 954,00 observado (DIEESE, 2020a). Em 2019, a renda média mensal de 90% dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros atingia até R\$ 3.422 (NEXO, 2020) – abaixo do salário mínimo necessário de R\$ 4.342, 57 em dezembro de 2019 (DIEESE, 2020a) –, 50% recebiam até R\$1.260,00 (valor 3,5 vezes menor que o necessário), 20% até R\$675,00 (6,4 vezes menor que o salário necessário), e 10% recebiam até R\$ 276,00 (15,7 vezes abaixo do valor necessário) (NEXO, 2020). Por fim, em julho de 2020, o salário mínimo necessário era de R\$ 4.420,11 para reproduzir uma família de 4 pessoas ao passo que o salário mínimo nominal atinge somente R\$ 1.045,00 – 4 vezes abaixo do necessário (DIEESE, 2020a). O confronto do valor do mínimo real em 2020 com o seu valor no ano de sua implantação revela que o salário mínimo atual corresponde apenas a 51% de seu valor em 1940 (DIEESE, 2020b). Como

vemos, mesmo quando considerados os trabalhadores assalariados que recebem mais do que um salário mínimo, permanecem as condições de superexploração da força de trabalho manifestas na manutenção dos baixos salários característicos da evolução da relação entre capital – alto grau de concentração e centralização – e trabalho em nossa formação sócio-histórica.

Em Juiz de Fora, segundo os dados mais atualizados apresentados pelo Instituto Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS, 2020) houve um movimento de elevação da renda per capita em Juiz de Fora na primeira década dos anos 2000 que passou de R\$ 424,64 em 2000 para R\$ 1.050,88 em 2010. O rendimento médio dos ocupados de 18 anos ou mais, melhorou com variação de R\$ 726,7 em 2000 para R\$ 1.438,1 em 2010. Quando consideramos o rendimento médio no setor formal, a variação foi de R\$ 1.149,75 em 2000 para R\$ 2.397,55 em 2018 – ambos abaixo do mínimo necessário mensurado pelo DIEESE.

Os dados do Cadastro Único disponibilizados pela Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS) da Prefeitura de Juiz de Fora para abril de 2020, contribuem para revelar a situação dos pobres e extremamente pobres na cidade. No mês de abril estavam cadastradas 47.502 famílias e 116.167 pessoas. Entre as famílias cadastradas, 12.852 vivem com renda de até R\$ 89; 4.432 com renda de R\$ 89,01 até R\$ 178; 12.396 com a renda de R\$ 178,01 até metade de um salário mínimo. Desta forma 29.680 famílias vivem com até metade de um salário mínimo em Juiz de Fora. O Cadastro único foi a base de dados utilizada para disponibilizar o pagamento do Auxílio Emergencial. A partir dele podemos ver que o total de pessoas que receberam a primeira parcela do Auxílio na cidade é um pouco mais de 102 mil, o que corresponde a cerca de 18% da população de Juiz de Fora (TRIBUNA DE MINAS, 2020e). Ou seja, pelo menos 18% da população da cidade correspondem aos requisitos para ter acesso ao benefício, esses que são: “Maiores; sem emprego formal ativo; sem qualquer benefício do governo, exceto Bolsa Família; Renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal total até 3 salários mínimos. Exercendo atividade como: MEI; Trabalhador informal, seja empregado, autônomo ou desempregado, inscrito no CadÚnico até 20 de março de 2020”.

Conforme os dados da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) Juiz de Fora tem hoje em torno de 110 mil pessoas negativadas, ou seja, com o nome sujo por conta de

possuírem algum tipo de dívida. Essas pessoas são penalizadas e tem suas vidas muito dificultadas por estarem nessa situação. Mas quando se trata de grandes capitalistas que possuem suas dívidas com as prefeituras, que estão em grande número quebradas ao longo do país, não existe qualquer tipo de punição ou mesmo uma cobrança contundente. O lema dos grandes capitalistas brasileiros poderia ser “devo não nego, pago quando a justiça mandar”. Em 2019, 11 estados tinham sua taxa de trabalhadores informais em 50% ou mais, sendo que no Maranhão e no Pará estavam em mais de 60%, os outros estados variam de 27,3% a 48,8%, sendo que a taxa em MG era de 40,1% (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020).

Ainda no âmbito da resposta neoliberal para a crise do nacional-desenvolvimentismo brasileiro também houve mudanças no que tange a administração e orçamento público. Na esteira do processo de privatização dos serviços públicos as OSs vêm atuando como privatizações veladas, assim como as chamadas “concessões”, ambas amplamente praticadas pelo menos desde os anos 1990 e que se tornaram uma tônica na prestação de serviços dos estados e municípios. Trata-se de recursos públicos que deveriam ser usados para custear as prestações de serviços para população como saúde e educação que são repassados para instituições privadas para fazerem um serviço de pior qualidade e abrangência.

Com a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal e o Teto de gastos mais recente temos uma lógica de constante e cada vez mais acentuada deterioração dos serviços públicos. Nessa toada tivemos o processo em que as prefeituras, estranguladas pela dinâmica da austeridade por conta do sistema da dívida pública que constrange na fonte o orçamento pelas transferências para os municípios, remodelaram todo sistema público de prestação de serviços à população. Com as chamadas “terceirizações”, “OSs”, “concessões” e as aberturas de capital de diversas empresas públicas estratégicas (Petrobras, CAIXA, BB e Eletrobras por exemplo) tivemos uma dinâmica de implementação da lógica de exploração e administração da iniciativa privada no setor público. Todo esse processo significou uma sofisticação da política de privatizações dos anos 2000 em relação ao que foram as privatizações dos anos 90. Além de tudo, isso foi vendido para a população pelos diversos monopólios de mídia e partidos que compartilhavam os governos como sinal da inerente ineficácia do setor público, dando sinal verde à radicalização desse processo.

A implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Emenda Constitucional 95 de 15 de dezembro de 2016, popularmente denominada *Emenda do Teto de Gastos*, contribuem sobremaneira para aprofundar a dinâmica destacada, por meio da deterioração dos serviços públicos. Trata-se de uma política de austeridade fiscal retirada dos manuais da economia liberal que aloca parte significativa dos recursos públicos no pagamento da dívida pública em detrimento das políticas sociais. Como efeito, observamos a limitação dos recursos da União e dos Estados, disponíveis para transferências aos municípios, ocorrendo o estrangulamento dos orçamentos dos municípios brasileiros de médio e pequeno porte, altamente dependentes das transferências de recursos federais e estaduais para custear políticas públicas como a saúde, a educação e a assistência social. No caso do Município de Juiz de Fora as receitas dependem fundamentalmente das transferências correntes, se levarmos em conta que no ano de 2019 elas corresponderam a 52,6% do total da arrecadação municipal, comportamento que vem se repetindo ao longo do tempo. O estrangulamento apontado, contribui para o sucateamento dos serviços prestados pelo município aos trabalhadores e trabalhadoras e para a posterior privatização aberta ou velada da prestação de serviços à população.

Por fim, apesar da melhora de alguns indicadores de renda sinalizada anteriormente, faz-se necessário destacar que em 2000 os *60% mais pobres do município* apropriaram-se apenas de 19,65% do total da renda ao passo que os *10% mais ricos* abocanharam 45,21%, em 2010 os primeiros passaram a apropriar-se de 21,19% – melhora pífia de 1,54% – ao passo que os segundos ampliaram sua participação na renda para 45,43% (IMRS, 2020). Em dez anos a distribuição da renda entre os 10% mais ricos e os 60% mais pobres permaneceu praticamente inalterada! A crise aberta a partir de 2008 e seus impactos mais agudos sobre o emprego e a renda dos trabalhadores brasileiros ao longo da década de 2010 – assim como a pandemia em curso – tem contribuído para a ampliação da informalidade e, por conseguinte, para o agravamento do quadro delineado. Como vemos, os dados destacados revelam que Juiz de Fora é caracterizado, dentre outras coisas, por um alto grau de concentração de renda no topo da pirâmide social em detrimento de amplos setores da classe trabalhadora que vive no município.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

- **Geração de emprego e renda**
 - ✓ Programa escola de educação integral; (dialogar com o GT de Educação)
 - ✓ Estabelecer o diálogo com os trabalhadores ambulantes e informais para construir políticas públicas de acolhimento e garantias de proteção para a realização de suas atividades laborais;
 - ✓ Organização de Plano de Obras Municipal e cooperativas de trabalhadores (pedreiros, catadores de lixo etc.) para combater o desemprego aprofundado pela crise e promover a reforma e ampliação da infraestrutura de educação, saúde, transporte e cultura do município;
 - ✓ Democratizar e facilitar o acesso da população a informações sobre disponibilidade de vagas de trabalho.
 - ✓ Discutir e propor alternativas para apoiar temporariamente o trabalhador desempregado.

- **Cooperativas:**
 - ✓ Desenvolver projetos em parcerias com os moradores dos bairros, no sentido de estimular a formação de cooperativas controladas e administradas por trabalhadores com o objetivo de garantir a reciclagem de materiais descartáveis produzidos e consumidos na cidade, transformando o material em possibilidade de renda e subsistência. Uma proposta de médio e longo prazo, que exigirá mudanças de comportamento e relação com o meio ambiente, e que trará benefícios a todos os moradores da cidade por meio de uma nova forma de consumo e de gestão do material reciclável;
 - ✓ Criação de Incubadora de cooperativas municipais;
 - ✓ Investir e oferecer apoio técnico à formação de cooperativas de produtores e de cooperativas de consumo no município;
 - ✓ Convênio da PJF com as universidades públicas, MST e demais movimentos sociais para a execução de programas que visem o fomento da agroecologia e da reciclagem, com o objetivo de criação de possibilidades de renda e emprego

para as pessoas desempregadas, bem como, a defesa de uma alimentação mais saudável que priorize os alimentos orgânicos e de uma cidade menos poluente.

- **Gestão e administração:**

- ✓ Desenvolver estratégia de articulação entre as diversas secretarias: saúde, desenvolvimento social, educação e trabalho, com o objetivo de aprimorar os serviços prestados à população;
- ✓ Reduzir cargos comissionados e priorizar a realização de concursos públicos para contratação de pessoal;
- ✓ Promover, através de políticas públicas, o combate ao racismo, às opressões relacionadas ao gênero, a LGBTQIA+fobia garantindo acesso igualitário de todas as pessoas à administração pública;
- ✓ Garantir a elaboração de políticas afirmativas em diálogo com os setores historicamente oprimidos;
- ✓ Isenção de taxa de inscrição em concursos públicos municipais para a população de baixa renda;
- ✓ Garantia da efetiva laicidade do Estado, em todas as esferas da administração pública;
- ✓ Fortalecer os espaços de participação popular, as iniciativas de auto-organização dos trabalhadores e trabalhadoras e os Conselhos Municipais de Gestão e Políticas Públicas;
- ✓ Realizar convênios da PJF com as universidades públicas, no intuito de criar novos indicadores sociais que sirvam de respaldo para futuras ações, bem como, incentivar projetos que visem o aperfeiçoamento e a criação de políticas públicas;
- ✓ Promover a melhoria da qualidade dos serviços públicos e do atendimento à toda a população da Cidade, e para tal vamos garantir a valorização dos servidores municipais, através da garantia dos salários e da defesa de planos de carreiras que recomponham a relação tempo de trabalho, formação e vencimento, assim como, criar um programa de formação continuada dos funcionários públicos da Prefeitura de Juiz de Fora, que será implementado mediante convênios que serão firmados com as universidades públicas do país;
- ✓ Combate ao assédio moral e/ou sexual;

- ✓ Incentivo às práticas agroecológicas na área rural e revisão das políticas de estímulos a práticas intensivas de produção, que destroem o solo, poluem a água e o ar;
- ✓ Regulação da especulação imobiliária, especialmente da ocupação de solo cultivável com solo urbano (construção de condomínios residenciais etc.);
- ✓ Apoio técnico às iniciativas de agricultura urbana (autonomia alimentar);
- ✓ Fomento à formação de uma economia circular do lixo, que possibilite o reaproveitamento de materiais, a redução do descarte poluente e a geração de renda.

Com intuito de realocar os recursos financeiros da prefeitura de Juiz de Fora para as prioridades sociais elencadas em nosso programa propomos:

- **Auditoria das contas da prefeitura de Juiz de Fora:**
 - ✓ Criação de um órgão municipal com o objetivo de fiscalizar a atuação das OSs na cidade, além de subsidiar a prefeitura para o objetivo de poder encerrar contratos e licenças caso não estejam cumprindo com suas responsabilidades frente os recursos públicos recebidos para tal, revertendo os recursos repassados para um investimento público com a gestão da própria PMJF, o que permite maior controle social e inibe as negociatas;
 - ✓ Revisão de todos os contratos da prefeitura, principalmente das OSs;
 - ✓ Revisão de todos os empréstimos vigentes contraídos pela prefeitura (conta de capital);
 - ✓ d) Revisão dos incentivos fiscais e das contrapartidas empresariais exigidas pelo município para geração de emprego e renda;
 - ✓ e) Eliminação progressiva das OSs;
 - ✓ f) Cobrar os grandes devedores do município em sua dívida ativa;
 - ✓ g) Renegociação da dívida dos pequenos devedores do município, com vistas a garantir melhores condições de funcionamento neste período de crise;
 - ✓ h) Divulgar a forma como o orçamento é construído e criar documentos que facilitem a leitura por parte dos trabalhadores, ao mesmo tempo, criar Fóruns, Assembleias Populares e mecanismos de participação direta dos que vivem do

seu próprio trabalho na elaboração do orçamento municipal. Queremos as trabalhadoras e os trabalhadores no centro das tomadas de decisão e de poder;

- ✓ Facilitar a sistematização das propostas de orçamento por meio das Assembleias e da criação de uma plataforma de fácil acesso para garantir o acesso à todas e todos;
- ✓ j) Orçamento democrático e popular;
- ✓ k) Criação do Anuário da Cidade de Juiz de Fora (ACJF), que será editado anualmente com as informações sobre a Cidade, através de um sistema de indicadores que irão abranger dados estatísticos sobre os diversos setores de atividades administrados pela Prefeitura de Juiz de Fora, como é o caso da educação, da saúde, do meio ambiente, do desenvolvimento econômico, do desenvolvimento social, dentre outros, com o objetivo de garantir transparência, controle social sobre as ações do executivo e dos servidores públicos, e ao mesmo tempo subsidiar com dados científicos as ações da PMJF;

Referências:

DIEESE. Salário mínimo nominal e necessário. Disponível em <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em 12 de jun. de 2020a.

DIEESE. Salário mínimo: pela manutenção da valorização! Disponível em <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec218SalarioMinimo.html>. Acesso em 11 de ago. de 2020b.

FJP. Produto Interno Bruto dos municípios de Minas Gerais: ano de referência 2017. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2019. Disponível em < <http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/Estatistica-Informacoes-23-PIB-dos-municipios.pdf>>. Acesso em 12 de ago. de 2020.

FILGUEIRAS, L; GONÇALVES, R A *economia política do Governo Lula*. 1º ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FOLHA DE SÃO PAULO. Informalidade supera 50% em 11 estados do país diz IBGE. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/02/informalidade-atinge-recorde-em-19-estados-e-no-df-diz-ibge.shtml#:~:text=A%20queda%20do%20desemprego%20em,da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20em%2021%20estados.>>. Acesso em 09 de ago. de 2020.

NEXO. A desigualdade de renda no Brasil é alta. E vai piorar. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/05/11/A-desigualdade-de-renda-no-Brasil-%C3%A9-alta.-E-vai-piorar>. Acesso em 15 de ago. de 2020a.

IBGE. IBGE cidades. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/panorama>. Acesso em 10 de ago. 2020b.

IMRS. Dados Juiz de Fora. 2020. Disponível em < <http://imrs.fjp.mg.gov.br/>>. Acesso em 12 de ago. de 2020.

TRIBUNA DE MINAS. Setor metalúrgico retrai 30% em Juiz de Fora. Disponível em < <https://tribunademinas.com.br/noticias/economia/24-02-2016/setor-metalurgico-retrai-30-por-cento-em-juiz-de-fora.html>>. Acesso em 08 de ago. de 2020a.

TRIBUNA DE MINAS. Faturamento da indústria cai 14,7%. Disponível em <<https://tribunademinas.com.br/noticias/economia/19-12-2016/faturamento-da-industria-cai-147.html>>. Acesso em 13 de ago. de 2020b.

TRIBUNA DE MINAS. Juiz de Fora perdeu 1.627 empregos em maio. Disponível em <https://tribunademinas.com.br/noticias/economia/29-06-2020/juiz-de-fora-perdeu-1-627-empregos-em-maio.html>. Acesso em 07 de ago. de 2020c.

TRIBUNA DE MINAS. Juiz de Fora fecha quase 6.400 postos de trabalho no semestre. Disponível em < <https://tribunademinas.com.br/noticias/economia/28-07-2020/juiz-de-fora-fecha-quase-6-400-postos-de-trabalho-no-semester.html>>. Acesso em 07 de ago. de 2020d.

TRIBUNA DE MINAS. Mais de 100.000 juiz-foranos recebem auxílio emergencial. Disponível em <https://tribunademinas.com.br/noticias/economia/21-06-2020/mais-de-cem-mil-juiz-foranos-recebem-auxilio-emergencial.html>. Acesso em 11 de ago. de 2020e.

MEIO AMBIENTE

Vivemos uma crise ambiental que se apresenta enquanto um produto do capitalismo. A necessidade de acumulação e expansão infinita desse sistema configuram uma lógica destrutiva na qual a produção, venda e consumo de mercadorias se converte

em uma desmedida pressão sobre o meio ambiente e os recursos naturais. Não podemos ignorar, também, o papel da produção capitalista no desmatamento e desenvolvimento de um modelo que nos expõe a novos patógenos, a exemplo do Covid-19, H1N1 e HIV.

Esse contexto se agrava no Brasil, país de capitalismo periférico que nas últimas décadas vem orientando seu papel na Divisão Internacional do Trabalho através da produção e da extração de commodities agrícolas e minerais com as catastróficas repercussões sociais, ambientais e até mesmo econômicas. Cria-se, assim, um perfil de uso do território que acentua e aprofunda as vulnerabilidades e calamidades ambientais.

O cenário na cidade de Juiz de Fora reflete esse contexto catastrófico. Sua expansão urbana, fortemente direcionada a partir dos interesses do capital imobiliário, avança sobre topos de morro, encostas e áreas marginais aos corpos d'água, gerando o agravamento da degradação e dos conflitos ambientais.

Nas regiões Oeste e Norte, que sofrem maior expansão imobiliária, os campos de várzea têm sido frequentemente destruídos, não há a construção de praças públicas ou áreas de lazer arborizadas, causando a privatização do convívio coletivo e da vida pública e o enclausuramento da população nos mega condomínios construídos. É preciso, pois, reordenar o uso do solo urbano prevendo a necessidade da restituição dos espaços públicos e dos pontos de encontros e de lazer dos cidadãos, inclusive como forma de melhorar a saúde mental dos mesmos.

Por outro lado, diversas pesquisas já constataram, além da poluição atmosférica tanto mais concentrada quanto mais central for o setor urbano, que o fenômeno de “ilha de calor” afeta de forma significativa a área urbana do município, interferindo na sensação térmica e, em estreita relação com a poluição do ar, influenciando no quadro de agravo de doenças crônicas do sistema respiratório. As relações entre clima urbano, áreas verdes e saúde são das mais estreitas, e largamente comprovadas em estudos levados a efeito em cidades grandes e médias brasileiras.

Torna-se alarmante, então, o fato de Juiz de Fora ocupar a 515ª posição entre 853 municípios do estado no que diz respeito ao percentual de arborização de suas vias públicas, segundo o IBGE. Analisando o uso e ocupação da terra urbana no município,

constata-se a existência de fragmentos florestais, os quais apresentam distribuição desigual, com maior concentração na porção centro-sul e noroeste do município e assinalada rarefação na parte nordeste. A presença dessas ilhas de vegetação arbórea é uma peculiaridade de Juiz de Fora e reflete uma cidade densamente edificada, verticalizada e impermeabilizada.

Somado à restrita presença de áreas verdes, dados fornecidos pelo IBGE nos indicam um elevado quantitativo de veículos automotores que circulam pelas ruas, alcançando uma média de 3,15 automóveis por pessoa, colocando a cidade acima da média nacional. As ações no sentido de priorizar a construção de uma série de pontes e viadutos apenas estimulam a opção pelo transporte individual e refletem o descaso com a necessidade da promoção de transporte público de qualidade.

O comprometimento dos recursos hídricos também é marcante e salta aos olhos a partir da poluição e assoreamento dos rios, nos quais apenas 10% do esgoto despejado em suas águas é tratado, segundo informações divulgadas pela mídia local, obtidas a partir da própria empresa estatal de saneamento da cidade, a CESAMA. Isto, somado a outros indicadores, a exemplo do ínfimo percentual de 4,15% de esgoto tratado por água consumida, colocam a cidade na 55ª posição entre as 100 cidades presentes no Ranking do Saneamento Básico de 2020, elaborado pelo Instituto Trata Brasil. Uberlândia, cidade mineira com população superior a Juiz de Fora, por exemplo, figura na 5ª posição e em relação ao indicador citado acima, esgoto tratado por água, alcança significativos 83,81%.

No meio Rural juiz-forano a situação não é diferente, pois se no meio urbano o descaso já é grande, na zona rural tende a se amplificar. Reforçando o parágrafo acima, o saneamento ambiental é deficitário, sendo o despejo esgoto a céu aberto nos cursos d'água existentes dos problemas maiores a serem enfrentados pelas comunidades rurais que ainda têm seu trânsito entre zona rural e urbana dificultado pelo péssimo estado das estradas, muitas vezes sem condições de uso. Não obstante, a relação entre este despejo descuidado de esgoto, com a consequente contaminação dos lençóis freáticos, e o abastecimento de água das populações locais por poços artesianos ou minas traz consequências maléficas à saúde da população rural.

É preciso alterar esse quadro e pretendemos envidar esforços para fazê-lo. Não basta, no contexto do planejamento ambiental municipal, identificar os problemas ambientais e apontar suas causas e consequências. Um planejamento integrado requer também o desenvolvimento de mecanismos de controle, monitoramento, e o esforço para se criar propostas de ação exequíveis no contexto geral da gestão pública. O meio ambiente é tema amplo, que envolve as estruturas naturais, sociais, culturais e econômicas do espaço geográfico, e a ocupação de sua pasta é densa e permanente, devendo englobar diagnósticos, prognósticos e controle eficaz e prevalente. Ademais, é necessário que tudo isso seja feito respeitando o contexto ambiental, as culturas locais, a soberania alimentar e as características socioeconômicas de cada região.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

- **Qualidade de vida urbana**

- ✓ Projeto de implantação e dinamização dos corredores ecológicos no território municipal, ampliando as áreas verdes urbanas, e melhorando os “serviços ambientais” promovidos pelos fragmentos florestais existentes, bem como a funcionalidade dos ecossistemas existentes no município. Em situações específicas, com contextos ambientais favoráveis, esses corredores podem assumir o caráter de agroflorestas.
- ✓ Arborização urbana ao longo das principais vias públicas, fundamentalmente aquelas que apresentam canteiros centrais ou que são seccionadas por rios. Nesse item, destacamos a Avenida Brasil, pela qual perpassa considerável extensão do rio Paraibuna com estreita faixa adjacente não impermeabilizada.
- ✓ Fomento e dinamização do processo de revitalização do rio Paraibuna, agregando o controle de descarte de resíduos sólidos, a fiscalização do lançamento indevido de efluentes líquidos, e recomposição arbórea de suas margens com espécies nativas. Acessoriamente, a consolidação de uma ciclovia poderá agregar a vivência humana ao longo dessa faixa da cidade.
- ✓ Apoio, ampliação e acompanhamento de projetos de restauração ecológica e arborização desenvolvidos no âmbito dos parques municipais, praças e jardins, em especial nos bairros periféricos, fomentando a aproximação com outras autarquias responsáveis e

instituições de ensino e pesquisa aderentes à temática ambiental, enfaticamente a Universidade Federal de Juiz de Fora, o IF-Sudeste e a EMBRAPA.

- ✓ Plano integrado de prevenção e combate a incêndios naturais, acidentais ou induzidos, articulando as seguintes ações: fiscalização dos focos de incêndios, concentradas no período seco quando a susceptibilidade ao comportamento comburente da vegetação é maior; prevenção à eclosão de incêndios com a construção de aceiros nos contatos entre a vegetação e outras infraestruturas urbanas, com acompanhamento da funcionalidade dessas estruturas de contenção de acordo com a dinâmica espacial intraurbana; formação e treinamento de brigadistas especializados no âmbito do quadro ativo do corpo de bombeiros, desde que sejam celebradas as devidas anuências da unidade federativa de Minas Gerais.
- ✓ Projeto integrado de gerenciamento de resíduos sólidos em todas as suas fases, conectando o descarte, a coleta, o tratamento, a reciclagem e o destino final. Ações afirmativas trianguladas entre a universidade, os equipamentos públicos e a população podem dinamizar e ampliar cooperativas estabelecidas em trabalho de coleta e reciclagem, gerando renda e apoiando grupos em possível fragilidade socioeconômica. Nesse sentido é fundamental a expansão para as zonas Leste e Nordeste, atualmente não atendidas pelo programa, bem como o fomento a programas e projetos de apoio e valorização dos catadores de resíduos sólidos organizados em cooperativas.
- ✓ Rígido controle de lançamento de efluentes gasosos por empresas do setor produtivo e de transporte público, considerando as taxas admissíveis na legislação vigente, bem como estabelecer metas de diminuição gradativa na emissão desses efluentes, no sentido de estabelecer aderência aos pactos e metas expressos nos tratados dos quais o Brasil é signatário. Caberá à Secretaria de Meio Ambiente executar programas de educação ambiental que incentivem o uso de transportes alternativos, sobretudo o de bicicletas.
- ✓ Fiscalização efetiva e contínua ao não cumprimento das normas ambientais voltadas para a ocupação irregular de Áreas de Preservação Permanente (APP's) e ações propositivas direcionadas à recomposição desses espaços protegidos pelas normativas específicas do Código Florestal (1965) revogado em 2012 pela Lei de Proteção à Vegetação Nativa, a ser considerada nas ações em apreço.

- **Transição Agroecológica**

- ✓ Projeto integrado voltado para o diagnóstico ambiental das áreas produtivas vigentes e potenciais em escala de detalhe, definindo as principais aptidões e restrições ao manejo e elaborando propostas cabíveis a serem recomendadas aos sujeitos sociais encarregados da produção local e sugeridas para espaços de reconhecida aptidão.
 - ✓ Fomento para a expansão das feiras agroecológicas, procurando integrar essas realizações com projetos culturais a fim de conferir maior profundidade a essas práticas que dialogam com as mais variadas correntes ambientais.
 - ✓ Criação de um plano de divulgação das feiras agroecológicas a partir de um calendário definido ao longo da semana e da apresentação cartográfica de sua espacialidade na área urbana, inserindo eventos mensais de cunho cultural, inter-relacionado afinidades e integrando a esfera ambiental e artística no planejamento ambiental.
 - ✓ Implementação e manutenção de hortas urbanas comunitárias baseadas nos preceitos da agroecologia com fins de contribuir para a geração de renda das famílias envolvidas e segurança alimentar das populações em situação de risco social, dado o retorno do país ao mapa da fome.
 - ✓ Promoção de cursos de capacitação em agroecologia que integrem as famílias camponesas e cooperativas difundindo técnicas e conteúdos qualitativamente superiores e que proporcionem a elevação da produtividade sem agressões ao homem e à terra.
 - ✓ Criação de um Conselho Municipal da Agricultura Familiar Camponesa a fim de fomentar o desenvolvimento e cultivo da terra, a realização de cursos e outras ferramentas capazes de proporcionar a troca de conhecimentos e a difusão das técnicas e saberes das comunidades tradicionais. Ampliando, assim, a soberania alimentar do município.
 - ✓ Instituir um plano de fiscalização e monitoramento de produtos químicos nos alimentos comercializados nas feiras convencionais do município;
 - ✓ Progressiva implementação de um plano municipal estabelecendo que 50% do orçamento referente às refeições servidas nas instituições municipais, tais como abrigos, hospitais e restaurante popular, seja destinado a compra de alimentos oriundos da agricultura familiar. Em consonância com o plano, é imprescindível garantir o incentivo e a fiscalização do PNAE e do PAA no âmbito do município.
 - ✓ Garantia de que, no âmbito do PNAE, ao menos 60% do valor repassado ao município, dobrando assim o percentual mínimo de 30%, seja destinado a compra de alimentos oriundos da agricultura familiar camponesa.
-
- ✓ Fortalecimento da parceria com a EMATER garantindo a continuidade do convênio com o município, atendendo, assim, as demandas dos agricultores e contribuindo para o desenvolvimento da produção agrícola da cidade.
 - ✓ Criação de um Fórum permanente de agroecologia com todos os atores sociais envolvidos na produção, circulação, comercialização, consumo, pesquisa e extensão relacionados ao tema, envolvendo instituições públicas, associativas e privadas em parceria com a Secretária de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Agropecuária, SEDETA.

- **Estudo, monitoramento e controle de impactos**
 - ✓ Elaboração e execução de plano de diagnóstico ambiental do território municipal e revisão do plano diretor;
 - ✓ Criação de um comitê permanente para diagnóstico, monitoramento e mapeamento de potencialidades, restrições e impactos ambientais.
 - ✓ Criação do programa de monitoramento ambiental, com ênfase na qualidade do ar e na qualidade hídrica, aproximando a gestão pública e as instituições de pesquisa, fundamentalmente a Universidade Federal de Juiz de Fora, observando ainda o item 1.7;
 - ✓ Criação de projeto através de parceria entre a gestão municipal, a UFJF e o INMET para análise, monitoramento e compartilhamento de dados climáticos.
 - ✓ Criação de planos de revitalização, restauração ambiental e recuperação de áreas degradadas, atribuindo novos usos ou reconfigurando as funcionalidades ecossistêmicas de áreas subutilizadas.

- **Educação Ambiental**
 - ✓ Elaborar a POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.
 - ✓ Implementar no município o ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (bipartide)– estabelecendo a transversalidade da EA, a partir das Secretárias de Educação e de Meio Ambiente que terá a responsabilidade de elaborar e implementar um PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.
 - ✓ Elaborar e implementar o PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A COLETA SELETIVA, dando suporte a implementação de um SISTEMA DE COLETA SELETIVA que possa ser permanente e contínuo, para além das mudanças de governos municipais, inserindo as ASSOCIAÇÕES DE CATADORES como preconiza a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
 - ✓ Elaborar e implementar o PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, visando estabelecer as diretrizes de uso público para as unidades sob a responsabilidade do município, definido a integração das unidades e propondo parcerias público-privadas. Entendendo que as Unidades de conservação apresentam reciprocidades com o restante do espaço urbano, é salutar que esse programa estabeleça diálogo com o item 1.3.
 - ✓ Elaborar e implementar o PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DE AGROECOLOGIA ESCOLAR, definindo de modo participativo os projetos a serem desenvolvidos em cada escola municipal visando a interação ESCOLA-COMUNIDADE para o desenvolvimento de intervenções territoriais e no enfrentamento dos problemas socioambientais URBANOS E RURAIS.
 - ✓ Elaborar e implementar o PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO visando o fomento à organização de colóquios, exposições, feiras e encontros tematizados na questão ambiental, assim como o incentivo para sediar eventos regionais e

nacionais de cunho ambiental, com periodicidade, estrutura e conteúdos gerais definidos.

- **Riscos ambientais**

- ✓ Levantamento e mapeamento em escala de detalhe das áreas de risco de movimentos de massa na área urbana de Juiz de Fora;
- ✓ Levantamento e mapeamento em escala de detalhe das áreas de risco de inundação e enchentes na área urbana de Juiz de Fora;
- ✓ Criação de modelos preditivos de riscos ambientais como subsídio às ações da defesa civil e para o planejamento de uso e ocupação;
- ✓ Modernização dos sistemas de alerta e promoção de ações educativas às populações em risco, tanto no que se refere às medidas preventivas como protetivas;
- ✓ Avaliação e monitoramento da barragem de rejeito pertencente à empresa Votorantim, com elaboração de planos protetivos, de contingenciamento e mitigação específicos para o bairro Igrejinha e para a bacia hidrográfica do córrego Igrejinha;
- ✓ Criação de comissões tecnicamente constituídas para acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental que a gestão pública entender como necessário, bem como acompanhar a participação pública nos processos de Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) aplicados aos empreendimentos de maior impacto.

- **Proteção Animal**

- ✓ Transferir o Conselho Municipal de Proteção dos Animais e o Departamento de Controle Animal, atualmente sob responsabilidade do DEMLURB, para a Secretaria de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano (Semaurb);
- ✓ Revisão do Estatuto de Defesa, Controle e Proteção dos Animais do município, promovendo e garantindo a participação da sociedade e de entidades civis;
- ✓ Estabelecer um plano de combate aos maus tratos e à venda irregular de animais domésticos e silvestres, fortalecendo e divulgando mecanismos de denúncia, a exemplo do Núcleo de Atendimento às Ocorrências de Maus Tratos a Animais de Juiz de Fora;
- ✓ Estabelecer um plano de proteção aos animais silvestres presentes nas Unidades de Conservação Ambiental do município, estabelecendo parcerias com instituições ambientais estaduais e instituições de pesquisa da cidade;
- ✓ Ampliar o ambulatório do Canil Municipal, desenvolvendo atendimentos a doenças graves e emergenciais destinados aos animais resgatados, podendo ampliar progressivamente aos animais pertencentes a pessoas de baixa renda. Além disso, ampliar as feiras de adoção dos animais alocados no canil, bem como promover visitas educativas ao estabelecimento;

- ✓ Fortalecer e ampliar o Programa de Castração Gratuita do município, regularizando o Castramóvel a fim de periodizar as castrações gratuitas e privilegiar bairros periféricos da cidade;
- ✓ Prorrogar o prazo de suspensão de veículos de tração animal no município e oferecer suporte e capacitação efetivos aos carroceiros no que concerne a novas formas de transporte que substituam os animais e que também sejam sustentáveis;
- ✓ Retomar o projeto de construção do Centro de Controle de Zoonoses de Juiz de Fora, que fazia parte do Primeiro Plano Municipal de Política de Proteção Animal, com o objetivo de acolher e monitorar populações de animais domésticos, roedores, insetos, etc;
- ✓ Manter a periodicidade anual da Semana de Proteção Animal em Juiz de Fora e expandi-la para escolas municipais, com atividades educativas e produção de material didático sobre direitos animais.

SAÚDE

Como está e como a queremos.

O Sistema Único de Saúde (SUS) surge a partir do movimento social denominado de Reforma Sanitária Brasileira que teve dois marcos importantes: O Relatório Final da 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, e a aprovação do

Capítulo da Saúde, na Constituição Federal, de 1988, o seu fundamento jurídico-legal no âmbito da Seguridade Social. Posteriormente regulado pela Lei Orgânica da Saúde (LOS). Contudo, cabe salientar que o SUS desde essa origem é alvo de ataques, tanto dos setores mais atrasados do patrimonialismo brasileiro quanto dos defensores do neoliberalismo.

É claro o projeto dos países dominantes, imperialistas como os EUA, para a saúde brasileira: a privatização constante de nossos serviços e, conseqüentemente, o sucateamento de uma das maiores conquistas das lutas da classe trabalhadora de nosso país, o SUS. Assim, desde que foi criado, nosso Sistema resiste a todos esses ataques, que se aprofundam cada vez mais com a conjuntura atual. Nunca tivemos, no Brasil, um governo que enfrentou os interesses estrangeiros e, desde a ditadura militar, em especial no início dos anos de 1970, os planos de saúde e as instituições hospitalares e clínicas da iniciativa privada só crescem em nosso país. Os serviços do próprio SUS estão sendo terceirizados, privatizados por dentro - ou seja, o SUS não é 100% público. Subfinanciado desde sua criação e desfinanciado com a aprovação da EC 95 em 2016, acaba servindo de aporte para serviços privados, ferindo diretamente seus princípios de universalidade, integralidade e equidade, bem como o direito à saúde de nossa população. São medidas que deixam morrer, advindas de governos que representam diretamente os interesses dos grandes empresários, que enriquecem absurdamente com a exploração dos trabalhadores - como o Governo Temer e o Governo Bolsonaro. Essas medidas, que se materializam na Emenda Constitucional 95, que limita e congela os investimentos na saúde e educação, na contrarreforma da previdência e trabalhista e nos ataques diários aos mais básicos direitos dos trabalhadores, devem ser enfrentadas com a mobilização das comunidades e um projeto que defenda a estatização total do SUS e ampliação da seguridade social. É fundamental construir na luta o controle social de todos os serviços que deve ser exercido, principalmente por quem os utiliza.

Juiz de Fora vem desde os anos de 1980 se alinhando com o modelo dos distritos sanitários, preconizado pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) desde o advento do planejamento em saúde na América Latina e da implementação da Atenção Primária à Saúde (APS) no continente americano. Isso rendeu à cidade uma proposta de regionalização intramunicipal, com 12 regiões sanitárias e a descrição de

clientela das Unidade Básicas de Saúde (UBS), sendo todas elas referenciadas a um território definido, desde o início dos anos de 1990, antes mesmo da LOS e suas normas operacionais básicas (NOB) que instituíram o piso da atenção básica e a Estratégia de Saúde da Família (ESF). Importante notar que desde então poucos avanços houveram em termos de cobertura da atenção básica, que aconteceu de forma tímida, deixando de fora 20% da população do município. Essa cobertura da atenção básica em Juiz de Fora estacionou no patamar de 81% há mais de 20 anos (perdurando um quadro de 61 UBS, sem 15 sem ESF, de acordo com o Plano Diretor da APS), deixando de fora a população do centro e outros territórios, configurando vazios assistenciais, problema que não deve deixar de ser pautado em nosso plano de Governo.

No que se refere à carência de profissionais, várias UBS sem agente em cerca de 30% das microáreas, ausência de agentes administrativos na maioria delas, fazendo com que o gerente/supervisor, na sua maioria, enfermeiros, tenha de deixar de cumprir suas funções precípuas - atividades fim e de gestão da assistência no território -, para dar conta das funções administrativas atividades meio, da burocracia municipal.

Além disso, a contratação de médicos de atenção básica no município vem sendo feita de modo precário, sem garantias de qualidade e continuidade das ações de planejamento e educação permanente. Nesse sentido urge resgatar as propostas do plano de carreira, cargos e salários (PCCS) para a atenção básica, valorizando o papel de preceptor de serviço dos profissionais que recebem os alunos dos cursos da área de saúde e os residentes dos diversos programas de residência médica e multiprofissional na APS na cidade.

Juiz de Fora tem uma rede assistencial que oferece cobertura para, além de seu município, a toda população da zona da mata mineira, possuindo um total de 1.562 estabelecimentos de saúde, sendo 112 da gestão municipal (incluindo o HPS, hospitais-dia, os 4 CAPS, as 3 UPAs, 19 unidades móveis), 10 estaduais (como o HRJP/FHEMIG), 6 federais (contemplando o HGE e o HU/UFJF, com o seu CAPS) e 12 de outro tipo. São 688 de entidades empresariais, 36 de entidades sem fins lucrativos (incluindo o HMTJ e Santa Casa, isentos de impostos para reservar pelo menos 2/3 de suas vagas para o SUS), além das 698 pessoas físicas, que são os consultórios médicos isolados cadastrados no Cadastro Nacional de Entidades de Saúde (CNES, DATASUS, 2020).

A questão da Vigilância da Saúde é outro fato que nos chama a atenção, pois desde a década de 1990, não foi incorporado nas redes de atenção à saúde da cidade. A Vigilância Epidemiológica nunca foi descentralizada para as UBS, no decorrer do Plano Diretor da APS e nem consta de seus pactos de gestão com cada UBS. No que tange às Endemias com explícita responsabilização da atenção básica, como a hanseníase, a tuberculose, a sífilis no pré-natal e o controle das doenças preveníveis por imunização, os dados não demonstram a efetividade da APS no controle destas doenças. Ainda temos Endemias persistentes em nosso território, que caracteriza ainda mais a baixa responsabilização deste setor com a saúde pública municipal. Portanto, a Vigilância de Saúde de fato nunca descentralizou as atribuições de vigilância e controle Epidemiológico e Sanitário para a atenção básica. Esta grave falha do modelo está sendo duramente exposta nesse contexto da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), fazendo com que estejamos com um desempenho criticamente ruim nesse aspecto, já que as UBS não dão conta de assumir a Vigilância Epidemiológica em suas áreas de abrangência.

Assim, reafirmamos o nosso compromisso de assegurar e contribuir para o fortalecimento do projeto histórico da reforma sanitária brasileira e na luta pelo SUS com acesso universal, integral, gratuito, igualitário e equânime. Entendemos que a saúde tem relação direta com a classe social e as condições de vida de cada cidadão. Ou seja, a saúde está historicamente relacionada às circunstâncias de trabalho, ao saneamento básico, à qualidade do transporte, às políticas de educação, ao direito ao lazer, entre outros setores da vida humana.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

- **Renovar a gestão democrática das políticas públicas de saúde**, tanto nos conselhos locais, regionais e municipal, dando estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação, como com eleições diretas realizadas entre os trabalhadores e usuários de cada unidade de saúde para escolha dos seus gestores e na criação de

colegiados de gestão, garantindo a participação dos trabalhadores e usuários na direção da atenção e do cuidado das unidades;

- **Rever os contratos de gestão** das UPAs e centros de referência pactuados;
- **Rever a alocação de recursos da atenção secundária/especializada**, promovendo incentivos para a contratualização, substituindo a lógica do financiamento de procedimentos e pagamento por serviços pela lógica de cobertura qualificada em contratos de gestão;
- **Estabelecer os protocolos de assistência e matriciamento** em todas as redes temáticas, além de implementar NASF, CAPS e centrais de Home Care, em todas as regiões e conectá-los pelo matriciamento, através do sistema telessaúde;
- **Promover a conclusão da transição das UBS tradicionais para ESF** e criar uma grande UBS para o centro, cobrindo as áreas descobertas, adotando o modelo com ACS em todos os territórios do município;
- **Desenvolver estratégias e promover políticas intersetoriais nos territórios**, com articulação técnica e com planejamento territorial com outras secretarias, como Assistência Social, Cultura, Habitação, Trabalho, Educação etc, a partir das redes socioassistenciais nas dez regiões socioassistenciais da cidade, através da gestão participativa com os gestores públicos dessas pastas envolvendo as associações de moradores, conselhos de saúde e entidades que desenvolvam atividades socioassistenciais locais;
- **Fomentar a articulação e a criação dos Conselhos Populares de Saúde**, que reúnam os trabalhadores e suas organizações, nos locais de moradia e de trabalho, com vistas a aprofundar as lutas contra a privatização e pela universalidade do acesso à saúde pública, estatal e de alta qualidade;
- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para regionalizar as ações de planejamento estratégico** com integração da estrutura dos conselhos regionais de saúde nas redes socioassistenciais e a criação de polos especiais intersetoriais regionais em cada uma das 10 regiões administrativas da cidade;
- **Estabelecer meta, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para ampliar e atingir a cobertura de 100% da Estratégia de Saúde da Família.**
Ampliando a Atenção Básica e a Estratégia de Saúde da Família (ESF) com a garantia do

piso básico de remuneração dos trabalhadores, incorporando outros tipos de trabalhadores inexistentes na equipe, com a formação de agentes de saúde para a realização de um efetivo trabalho integrado dos profissionais da saúde com a comunidade, através de visitas domiciliares, controles de epidemias, acompanhamento efetivo de pacientes com doenças crônicas, prevenção de doenças da infância, incentivo ao aleitamento materno etc. Garantia de transporte aos agentes em visita às comunidades;

- **Organizar um sistema de monitoramento, avaliação e supervisão da Estratégia de Saúde da Família e Atenção Básica**, com o intuito de acompanhar o seu desenvolvimento, a fim de consubstanciar esforços e recursos municipais para a melhoria das ações;
- **Implementar a rede de urgência e emergência**: qualificar as UPAs e a Regional Leste; reativar o projeto do hospital da Zona Norte, adaptando-o às novas normas pós pandemia;
- **Ampliar o quadro técnico das UPAs** com pediatras e ortopedistas em todas as unidades;
- **Organizar o pronto atendimento** de forma articulada com serviços da atenção básica;
- **Reestruturar os sistemas de regulação de leitos** visando ampliar a sua agilidade e eficácia;
- **Garantir o atendimento integral**, humanizado, transdisciplinar e de qualidade em toda a rede de atenção materno-infantil desde o pré-natal até a atenção ao recém-nascido;
- **Investir em equipamentos (salas e quartos) que facilitem o parto humanizado**, com perspectiva de retomar a Casa do Parto na cidade;
- **Viabilizar o trabalho das doulas certificadas**, em todas as unidades hospitalares que atendam partos e que aderiram ao programa nacional de humanização do parto e nascimento, fortalecendo, assim, os programas de estágio de doulas para garantir a formação dessas profissionais;
- **Incrementar, garantir e ampliar a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) da política de saúde mental no município**, principalmente nos bairros com mais demandas:

implementando as Unidades de Acolhimento (Uaa e UAi), ampliando os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), os CAPS em todas as regiões socioassistenciais do município, com atendimento qualificado à população de rua e LGBT; Centros de Convivência e Cultura; Cooperativas Sociais; Consultórios de Rua; Escolas de Redutores de Danos, na perspectiva de fortalecimento dos dispositivos públicos;

- **Iniciar um planejamento para o progressivo fechamento dos espaços asilares** existentes no município, com a reorientação dos recursos para a rede pública da atenção psicossocial;
- **Extinguir os convênios da Prefeitura com os abrigos especializados para usuários de álcool e outras drogas - Comunidades Terapêuticas**, visando o progressivo fim dessa política institucionalizadora, com a reorientação dos recursos para o financiamento de unidades de acolhimento (UA) e CAPSad III para a atenção aos usuários de álcool e outras drogas na rede de atenção psicossocial;
- **Rediscutir as políticas sobre drogas**, deslocando o foco do enfrentamento da segurança para a saúde, rompendo com a lógica de financiamento público de ONGs e entidades com ligações religiosas para a criação de um modelo de serviços públicos e gerido pelo município, tendo como referência as evidências científicas sobre os resultados positivos do cuidado comunitário em liberdade e a importância da política de Redução de Danos;
- **Implementar no âmbito municipal os parâmetros estabelecidos pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**, com o objetivo de promover a equidade étnico-racial nas políticas de saúde da cidade;
- **Promover cursos de formação sobre as especificidades das minorias étnico-raciais**, capacitando os servidores e gestores da saúde para lidar com as questões específicas dessa população;
- **Garantir, em todos os hospitais públicos do município, a informação e o acompanhamento necessários para a prática do aborto** nos casos autorizados pela lei, respeitando o princípio de autodeterminação da mulher sobre seu próprio corpo;
- **Garantir a efetiva aplicação das Portarias do Ministério da Saúde do governo federal e do Sistema Único de Saúde (SUS), através das Deliberações da CIT/MS e da CIB/SES-MG, para a Política Nacional de Saúde LGBT e em particular, para o Processo**

Transexualizador do SUS, aplicando verbas e desenvolvendo um programa para a formação e capacitação de profissionais da saúde, para o acolhimento dessa população, da atenção básica à atenção especializada e hospitalar, com perspectiva de criação de um serviço para atendimento da população transsexual no município. Estabelecendo a não-patologização das identidades LGBTQIA+ e em particular das pessoas trans e a redução das barreiras burocrático-administrativas para o acesso a esse direito dentro do âmbito de competência da prefeitura;

- **Implementar a rede de atenção à pessoa com deficiência** e o programa Melhor em Casa em todas as regiões sanitárias;
- **Pensar políticas de saúde específicas nas unidades de saúde** tanto para a população em situação de rua, como para mulheres e LGBTI vítimas de violência;
- **Construir novos métodos de avaliação dos serviços** que busquem a melhoria dos indicadores de morbi-mortalidade, condições de vida e IDH da população-alvo no território e acesso aos programas da atenção básica.
- **Melhorar a qualidade dos indicadores que orientam as políticas públicas de saúde**, construindo um mecanismo de participação social na aplicação e fiscalização dos indicadores, priorizando indicadores de efetividade (metas ancoradas na melhoria de indicadores de morbi-mortalidade, condições de vida e IDH da população-alvo, cobertura das ações básicas da APS);
- **Implementar a vigilância epidemiológica e sanitária na atenção básica**, integrando o trabalho dos ACS com o dos agentes de vigilância em saúde: endemias, zoonoses, adotando um modelo de controle de riscos na inspeção de estabelecimentos, focando nas ações que de fato reduzem os riscos à saúde, valorizando e capacitando os comerciantes e produtores locais;
- **Estabelecer o controle a circulação das pessoas nos bairros**, dos estabelecimentos, barreiras sanitárias, de quarentenas, casos e contactantes, gestão das bolhas sociais - exige a presença de agentes de saúde que integrem as atribuições de vigilância da saúde, que ainda funcionam no modelo tradicional: vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, saúde ambiental e do trabalhador
- **Estabelecer a capacitação dos ACS** para realizar a cobertura universal da vigilância a saúde no município, no contexto pós pandemia;

- **Promover incentivos para as adaptações que levem ao modelo das cidades de 15 minutos:** todos os serviços públicos estarem presentes nos territórios e serem contratados preferencialmente por moradores destes territórios, para todos os equipamentos da PJJ; fortalecimento das redes socio-assistenciais coordenadas pelos CRAS, implementação de salas de aula com telecentros para os alunos cujos pais não podem estar em *home office*, garantir o direito dos pais que podem adotar o ensino remoto;
- **Fortalecer e ampliar o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST),** capacitando os trabalhadores da rede de saúde para as demandas oriundas da saúde do trabalhador;
- **Estabelecer metas e garantir recursos para ações de vigilância sanitária e ambiental,** prestando assessoria técnica e estabelecendo um plano de ação articulado, que dê respostas aos problemas sanitários e ambientais do município;
- **Promover a formação, a capacitação e o desenvolvimento de recursos humanos em vigilância sanitária e ambiental,** buscando a fixação desses profissionais e a garantia de condições dignas de trabalho e salário;
- **Qualificar o trabalho de vigilância sanitária e ambiental** por meio da incorporação de tecnologias de informação e do aprimoramento do uso daquelas que estão disponíveis;
- **Submeter, periodicamente, ao controle social do SUS, o resultado das ações vigilância sanitária e ambiental;**
- **Desenvolver um programa de comunicação** a partir do fornecimento de informações de interesse público sobre situações de risco à saúde da população, com foco na prevenção e na promoção de hábitos saudáveis;
- **Incentivar a participação de representantes da sociedade civil** organizada para o acompanhamento das inspeções de vigilância sanitária e ambiental;
- **Fortalecer o programa de Farmacovigilância,** no âmbito do município;
- **Estimular que os serviços de saúde adotem medidas e incorporem práticas para o controle de risco,** por meio de ações educativas e divulgação de material de apoio;

- **Promover propagandas sobre o uso racional de medicamentos** e a alimentação saudável e segura, de acordo com o Guia Alimentar da População Brasileira (documento elaborado pelo Ministério da Saúde);
- **Implementar ações para fazer cumprir a legislação** sobre propaganda de bebidas alcoólicas, tabaco, medicamentos e outras áreas da saúde.
- **Implementar o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS/SUS)** para as diferentes categorias da saúde: implementar o incentivo de qualidade do PMAQ de forma contínua, para as equipes de saúde da família; implementar no plano de carreira dos servidores do SUS no município, incentivos para o papel de preceptor de serviço dos profissionais de saúde que recebem alunos e residentes da área de saúde, em consonância com os princípios da Educação Permanente para o SUS; realizar concurso público para fisioterapeutas, nutricionistas e outros profissionais necessários para a implementação dos NASF e dos CAPS em todas as regiões sanitárias do município; Garantir a recomposição salarial gradual dos servidores da saúde de todas as áreas,
- **Realizar concursos públicos para a recomposição do quadro de servidores**, especialmente, na rede básica, em especial para o quadro de Agentes Comunitários de Saúde – ACS e para recomposição de outros tipos de trabalhadores ausentes;
- **Fortalecer a educação permanente** dos profissionais que executam os programas de saúde existentes no município, de forma a garantir um atendimento de qualidade, com foco no cuidado ao cidadão, e, particularmente, valorizando estes trabalhadores com condições dignas nos seus processos de trabalho em saúde;
- **Fortalecer uma nova cultura de atenção ao cidadão e de condições dignas de trabalho** nas unidades de saúde, valorizando estes trabalhadores através da criação de instrumentos de educação permanente, democratizando os mecanismos de produção, acesso e circulação de informações em saúde para a redução das desigualdades sociais;
- **Promover as ações de comunicação e informação em saúde**, tanto para a melhoria da formação dos trabalhadores da saúde como para a educação e conscientização dos cidadãos;
- **Desenvolver, junto ao Conselho Municipal de Saúde, políticas editoriais de informação que garantam a disseminação de dados de forma democrática e ampla;**

- **Ampliar a capacidade dos conselheiros e equipes de saúde** para a gestão pública da informação e da comunicação em saúde, por meio de capacitação e garantia de acesso às fontes de informação, sistemas e instituições, assegurando total transparência dos processos de: execução orçamentária e financeira; repasse de recursos; transferência fundo a fundo; convênios; acordos de cooperação; patrocínios; licitações; cartas-convite; registro de preço; formas de calcular indicadores epidemiológicos e demais estatísticas; além de todas as formas de contrato em serviços de saúde;
- **Revisar a macroalocação de recursos e estabelecimento dos termos de referência e editais para contratação do setor privado** com a necessária transparência e submissão aos princípios do SUS. Por isso, defendemos a “desprivatização” da PJJ e retomada do domínio público sobre a administração dos programas municipais, com a implementação de um plano que promova, em acordo com estrutura orçamentária do município, a plena implementação do PD APS e das redes de atenção à saúde nos territórios intramunicipais e macrorregionais;
- **Promover a revisão e auditoria** de todos os contratos de terceirização de serviços e privatização da gestão celebrados, tendo como prioridade o último exercício;
- **Estabelecer metas para o progressivo encerramento dos contratos de aluguel de equipamentos e dos contratos sem licitação.**

ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

- Financiamento e gestão públicos da política de assistência social no município, combatendo o caráter mercadológico que hoje pauta a assistência social, a exemplo das terceirizações por dentro da política, beneficiando organizações sociais em detrimento de serviços e atendimentos de qualidade;
- Incorporação do funcionalismo técnico da AMAC à prefeitura, que deve executar todos os serviços da política de assistência social, através de secretaria específica (atual secretaria de desenvolvimento social);

- Fortalecimento dos conselhos enquanto espaços de construção popular dos rumos da política de assistência social em Juiz de Fora. Neste sentido, é necessário que este tipo de democracia passe a ser exercido de baixo, nos territórios locais que necessitam do acesso à assistência social;
- Criação dos Conselhos Populares de Assistência Social, com representantes eleitos em cada bairro, distrito e município, para promover a conscientização política e a participação direta da população no processo de tomada de decisão e formulação dos programas e planejamento das ações do governo municipal, com acompanhamento e controle popular sobre a execução da política pública;
- Promoção do desenvolvimento voltado para a inclusão e a igualdade social, com a garantia do emprego, da moradia, da geração de renda e a dignificação das condições de trabalho e remuneração do quadro de servidores públicos;
- Expansão da presença do Estado para a universalização do acesso aos serviços urbanos (saneamento, água, luz, gás, etc) e dos serviços sociais básicos (assistência social, saúde, educação, cultura, lazer, segurança, habitação), visando à reversão do caráter de mercado hoje inerente aos mesmos;
- Estatização das empresas privadas de transportes, saneamento, água, energia elétrica, coleta de lixo e expansão dos serviços sociais, visando fortalecer sistemas públicos de educação, saúde, transportes e garantir universalização do acesso ao serviço gratuito e de qualidade, com melhoria dos salários e das condições de trabalho dos trabalhadores;
- Isenção de taxas e cobranças de serviços básicos (água, luz, gás) para os desempregados e proteção contra as ações de despejo por falta de pagamento em caso de desemprego;
- Programa de alimentação popular, com restaurantes públicos e cestas básicas a preço subsidiado, para famílias cadastradas; abrigo e alimentação para a população de rua, com a utilização de imóveis do Estado para este fim;
- Concurso público no lugar dos contratos temporários, de forma a garantir a continuidade dos processos de trabalho da política de assistência social;

- Reajustes anuais de salários dos servidores públicos e implantação ou cumprimento dos planos de carreira elaborados a partir de ampla participação dos trabalhadores.
- Programa de segurança alimentar, para a garantia da alimentação básica a toda a população;
- Programas de combate contra qualquer tipo de discriminação – racial, sexual, religiosa e outros;

ESPORTE E LAZER

O nosso programa parte da compreensão expressa na Constituição Federal em que o esporte é definido como direito do sujeito e, na sua dimensão de lazer, é assegurado enquanto um **direito social**. É, portanto, compreendendo o esporte e o lazer como direitos, como importantes dimensões da vida, que defendemos o seu amplo acesso à população de Juiz de Fora/MG como dever do poder público. Contudo, levamos em conta que essa é uma pauta que não se dissocia da totalidade do programa pela luta por condições de trabalho que rompam com o modo de produção capitalista, uma vez

que é impossível dissociar o conteúdo do que as pessoas fazem no seu tempo de não-trabalho do conteúdo do seu tempo de trabalho.

É importante destacarmos, a princípio, a ampliação semântica do termo “esporte” que tomaremos em nosso programa, ampliando a sua compreensão também para outras manifestações não subsumidas aos códigos normativos esportivos. Desse modo, abarcaremos o conjunto do patrimônio cultural historicamente produzido pela humanidade traduzido na diversidade das práticas corporais, portanto, enquanto a totalidade dos elementos da **cultura corporal**, tais como os próprios esportes, mas também as danças, as ginásticas, as lutas, os jogos e brincadeiras, atividades físicas e exercícios físicos, dentre outros.

Dessa maneira, a defesa do nosso programa vai em direção à socialização ampla e irrestrita desse patrimônio cultural construído acerca das práticas corporais e na contramão do inventário neoliberal posto pela hegemonia dominante, em que tais elementos são tidos como bens privados e de responsabilização individual, transformados, por consequência, tão somente em mercadorias a serem compradas.

Nosso programa defende que é dever do aparelho político do Estado garantir a socialização desse acervo cultural socialmente construído e amplamente negado à classe trabalhadora com vistas a atender às mais variadas necessidades e motivações humanas dentre as quais destacamos aquelas de conteúdo lúdico, estético, ético, performativo, artístico, competitivo, educativo e de saúde. Após uma profunda avaliação dos programas, projetos e eventos realizados pela secretaria em questão, avaliaremos o que pode ser ampliado, ressignificado ou criado dentro das diretrizes do nosso plano de governo.

No plano federal, vimos como nas duas últimas décadas a priorização do esporte rendimento/espetáculo – com seu ápice nos megaeventos esportivos nacionais/internacionais realizados no país –, permitiu por um lado o incremento dos lucros do grande empresariado relacionado sobretudo à mídia, às empreiteiras, ao setor financeiro, aos grandes consórcios esportivos, além de propinas para parlamentares e representantes de todos os níveis da administração pública. Do outro lado desse processo vimos a criação de uma massa de consumidores/espectadores em detrimento do real acesso, vivência e fruição das práticas corporais. Dessa forma, vimos como historicamente as diversas políticas públicas de esporte e lazer no Brasil estiveram

hegemonicamente voltadas para os interesses das classes dominantes e, em nosso município, em que pese as singularidades, a reverberação desse conteúdo de políticas não se faz diferente.

Nesse sentido, compreendendo que estabelecer políticas públicas significa eleger prioridades, defendemos que um programa democrático deve ultrapassar o modelo esportivo calcado no esporte de alto rendimento/espetáculo, articulando as políticas de esporte e lazer como direitos sociais. Para tanto, é fundamental a articulação do nosso mandato com espaços amplos de debate com as comunidades e a participação popular, com vistas a dar transparência no gerenciamento dos recursos e democratizar o acesso às práticas corporais. A defesa dessa forma de condução contribui, também, na ruptura com modelos assistencialistas de esporte impostos historicamente como forma de contenção das tensões sociais e disciplinamento dos corpos.

Priorizar os esportes de alto rendimento, sobretudo as competições da forma que são gestadas historicamente pelas classes dominantes, naturaliza e faz reforçar as relações de dominação social. Não negligenciamos as demandas legítimas dos grandes atletas, contudo ressaltamos que políticas públicas que se pretendem democráticas devem se destinar à grande maioria da classe trabalhadora e romper com a cultura restrita de poucas manifestações, em especial o futebol. Reconhecemos a importância cultural dessa prática esportiva no país, mas entendemos ser necessário fomentar e valorizar também outras práticas corporais, reconhecendo, inclusive, a oportunidade de reverter a razão normativa que estabelece a inferiorização dos corpos das mulheres, que inibe a livre expressão da diversidade sexual, que reprime violentamente a presença de pessoas transgêneras e intersexuais e que reforça estigmas racistas presentes na dimensão do esporte espetáculo.

Portanto, a discussão da forma e do conteúdo do esporte e lazer que buscamos aponta em outra direção. Aponta no sentido de que os próprios trabalhadores construam o seu esporte e formas autônomas de fruição do seu lazer, em ruptura com o consumo passivo dos produtos e subprodutos da indústria esportiva e do lazer. É, portanto, um convite ao envolvimento coletivo no processo, com vistas à definição coletiva do conteúdo e da forma das práticas corporais na cidade.

Para democratizar o acesso ao esporte e à diversidade das práticas corporais devemos, portanto, considerar a necessidade de ocuparmos os espaços públicos, campos, ginásios e quadras como lugares para todos e todas se apropriarem. Devemos lutar para que haja equipamentos e materiais disponíveis à população. Devemos reposicionar as políticas públicas para a inclusão de setores populares preteridos, principalmente da periferia, tanto socialmente quanto pela hegemonia sexista dos corpos atléticos e pelos esportes de alto rendimento, altamente lucrativos para a iniciativa privada.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

Nosso programa de esporte e lazer, propõe enquanto principais eixos:

- Garantir uma destinação orçamentária para o esporte e lazer condizente com as necessidades expostas pelo programa, sobretudo para o acesso à vivência dos elementos da cultura corporal e aos espaços de lazer à classe trabalhadora através da ampliação e criação de novos projetos e programas;
- Revitalização, ampliação, criação e manutenção de praças, parques, pistas, ginásios, quadras, piscina pública, campos públicos e demais espaços e equipamentos para a vivência dos variados elementos da cultura corporal e do lazer na cidade, promovendo a ocupação pulsante do espaço público;
- Lutar pela contratação de professores e trabalhadores da cultura corporal, com vistas à oferta de oficinas de práticas corporais e realização de eventos esportivos nos espaços públicos da cidade, sobretudo nas quadras poliesportivas, em especial na periferia;
- Aproximação com clubes sociais de bairro da cidade e associações comunitárias, com vistas à construção de políticas públicas que favoreçam a utilização pelo conjunto da população;
- Buscar recursos concorrendo aos editais estaduais e federais para áreas de esporte, cultura e lazer, estabelecendo relações republicanas com parlamentares, sem rebaixamento do nosso programa, como forma de viabilizar emendas parlamentares para obras estruturais;

- Construir, de forma democrática e participativa, o calendário dos eventos esportivos do município e da organização e participação em eventos estaduais, regionais e nacionais, articulando e integrando práticas corporais e esportivas nos âmbitos municipais, estaduais e nacional de maneira a apoiar e fomentar projetos e programas de práticas corporais e de lazer que não se restrinjam ao esporte de alto rendimento;
- Estimular e garantir apoio institucional e incentivo financeiro à participação democrática feminina e LGBTQI+ de todas as práticas corporais de modo igualitário, bem como garantir a participação dos movimentos na formulação de programas e projetos de esporte, lazer e demais práticas corporais, além de desenvolver programas e projetos para o combate a manifestações de preconceito de gênero, sexual, racial e demais opressões;
- Estabelecer programas de vivência e formação paralímpica e de demais manifestações da cultura corporal para pessoas com deficiência;
- Promover jogos, eventos, torneios e lazer para a Terceira Idade, estimulando a organização e o reconhecimento de núcleos comunitários e seus atores locais;
- Realizar permanentemente um “diagnóstico municipal de esporte e lazer”, com vistas a termos um panorama mais fidedigno do tema na cidade e poder instrumentalizar a nossa atuação de modo mais eficaz;
- Fomentar parcerias com a Universidade Federal de Juiz de Fora e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas, no intuito de realizar ações de formação, realização de eventos de esporte e demais ações que fomentem a temática;
- Democratizar e fortalecer instâncias de representatividade da sociedade civil com cunho consultivo e deliberativo, e sobretudo, como preservação da memória;
- Estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas de esporte e lazer, garantindo transparência e controle social;
- Fomentar a constituição de Conselhos Comunitários para gestão dos equipamentos públicos de esporte e lazer construídos, revitalizados e qualificados nas cidades, incluindo programação com oficinas e práticas espontâneas de esporte e lazer gratuitas para a comunidade;

EDUCAÇÃO

Desde a década de 1960, a população brasileira passou a ser majoritariamente urbana. Hoje, o país está entre os mais urbanizados do mundo, com cerca de 80% de seus habitantes morando nas mais de 5 mil cidades de nosso país. Todavia, nos últimos anos, as questões relacionadas à cidade ganharam ainda mais importância e, em Juiz de Fora, o cenário demanda atenção, uma vez que sua expansão sem planejamento agrava

antigos problemas e gera novas tensões. A construção de uma cidade mais justa, livre, igualitária e feliz para todas e todos perpassa a realidade e as contradições de cada rua, avenida, subúrbios, condomínios e comunidades...

Acreditamos que uma outra cidade é possível!

Nesse sentido, precisamos superar o atual modelo de cidade, que tem sua dinâmica baseada na destruição ambiental, na desigualdade social, na concentração de riqueza, no patrimonialismo, no racismo, no machismo, na LGBTQI+ fobia e no fundamentalismo religioso. Nossa proposta visa ao fortalecimento da democracia, a qual desejamos por inteiro e não pela metade. É necessário vivenciá-la não somente nos gabinetes da prefeitura, mas nos demais espaços públicos, configurando uma plataforma de ações ampla e transversal às políticas setoriais, a fim de garantir a participação popular, promover a justiça socioambiental e defender as liberdades daqueles que são oprimidos em razão de sua classe, gênero, raça, idade, sexualidade, religião, corpo ou cultura.

Acreditamos que governar não é dirigir. Governar é dar as condições para que as pessoas possam dirigir a si mesmas. Tal premissa estava no centro das manifestações de junho de 2013, as quais localizaram o debate sobre a qualidade de vida nas cidades no centro das reflexões. A revolta da população revelou o esgotamento deste modelo de cidade-negócio, em que o poder público não dialoga com os cidadãos e o dinheiro é mais livre do que as pessoas, transformando a gestão pública em um autêntico balcão de negócios.

É no âmbito dessa reflexão e, tendo em vista o aprofundamento da recessão econômica que, conjunturalmente, já se instalava em todo o globo em função da usura capitalista que precisamos compreender a localização das propostas que ora, coletivamente, são elaboradas e expostas neste documento.

A EDUCAÇÃO DE JUIZ DE FORA E O TRIPÉ GESTÃO DEMOCRÁTICA, AUTONOMIA PEDAGÓGICA E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL SOB A ÓTICA DO CAPITAL

O neoliberalismo, compreendido sob a ótica de um projeto de classes voltado a destruir a força da classe operária, atrelado à emergência de um novo padrão industrial, minou as bases materiais que sustentavam as relações constitutivas do mundo do trabalho, desestruturando-o e aumentando enormemente a insegurança dos trabalhadores. Insegurança que se amplifica, alcançando a renda, a representação do

trabalho, a estabilidade do emprego, as contratações e, obviamente, o acesso ao emprego.

Implantado no marco da crise econômica de 1970, o Neoliberalismo, ancorado no novo padrão de trabalho flexível, não poupou, desde sua formação, esforços vários ao impor transformações nos sistemas de ensino, a fim de neles incorporar sua lógica. Através de uma perspectiva relacionada à modernização das unidades escolares, à qualidade total, à abertura aos financiamentos do capital privado e à busca por competitividade, o modelo neoliberal vem criando raízes nos processos educacionais.

No que tange à jornada de trabalho, fator que influencia de forma categórica a qualidade de vida do trabalhador e, portanto, pauta de históricas reivindicações, a singularidade do emprego docente se manifesta em uma jornada que engloba o tempo ocupado pelas horas-aula e aquele período de trabalho destinado ao conjunto das demais atividades inerentes à dinâmica docente. No bojo de uma revolução tecnológica fortemente apoiada na informática e na transmissão digital de informações, esse tempo de trabalho extraclasse tem sido enormemente ampliado e intensificado através de uma série de plataformas digitais (desenvolvidas por grandes grupos empresariais) que vêm sendo implementadas nas escolas.

Segundo dados da Prova Brasil, realizada em 2017, 75% das professoras e professores entrevistados tem uma carga horária de 40, ou mais, horas de trabalho semanal, sendo que 66% deles estimam gastar 1/3, ou mais, de sua carga horária com atividades extraclasse. Para grande parte desses docentes (43%) a jornada de trabalho se torna ainda mais desgastante, uma vez que já dividem seu trabalho entre duas ou mais escolas (QEDU,s/d). Além do desgaste gerado pelos transtornos inerentes ao deslocamento e à perda do tempo livre, a situação de precarização decorrente desse contexto atinge a renda e a relação do (a) educador (a) com sua escola, tornando-a mais efêmera e dificultando o estabelecimento de um sentimento de identidade.

Em Juiz de Fora, só nas escolas municipais são mais de 6.000 profissionais que se dedicam a essas extensas jornadas se dedicando à educação de mais de 30.000 alunos, distribuídos em 133 escolas, sendo 10 delas na zona rural do município. Embora a grande maioria dessas escolas possua condições apropriadas saneamento, com edificações razoáveis, um número significativo apresenta carência de condições para o atendimento integral do aluno, como por exemplo, apenas 35% dessas edificações

atendem as exigências de acessibilidade, 52% não possuem espaços apropriados para práticas esportivas e na sua grande maioria faltam espaços para atividades práticas dos diversos conteúdos.

O Estado reformado a partir da lógica do capital reestruturado impõe, do mesmo modo, reformas educacionais, as quais encontram sua centralidade nas condições que alicerçam o trabalho docente, tornando-o cada vez mais controlado por interesses empresariais e direcionando-o, igualmente, para a formação de trabalhadores que se enquadrem e atendam às exigências do novo padrão de acumulação flexível. Esse processo, para se tornar efetivo, é acompanhado por revisões contínuas nos contratos e planos de carreira que visam a pressionar para baixo os salários e a ampliar e intensificar as jornadas de trabalho.

Estamos diante de um “projeto de educação” enraizado em um governo ultraliberal, insensível e que pretende tornar a educação um mero objeto a ser mercantilizado. Absurdos são desferidos cotidianamente, almejando de toda forma restringir a reflexão, o debate e o pensamento crítico. Ao mesmo tempo, disseminam-se ideologias altamente perversas aos estudantes das escolas públicas, tais como a crença cega no empreendedorismo; incentiva-se a expansão do modelo de Ensino a Distância (EAD), que tende a precarizar ainda mais o processo de ensino-aprendizagem e o trabalho docente e, conseqüentemente, promove-se, dada as vicissitudes da conjuntura atual, a implantação de um laboratório privilegiado dessa modalidade em todas as redes de ensino público do país.

O quadro é sério. Hoje os investimentos realizados na área da educação não estão em acordo com as demandas das comunidades escolares. Faltam canais efetivos de escuta para democratizar a gestão e planejar as prioridades das políticas de educação em conformidade com as reais necessidades das escolas e creches e é justamente dentro dessa realidade que precisamos construir não apenas um Projeto político partidário, mas um Projeto de Educação para o município de Juiz de Fora.

Princípios que norteiam nossas propostas para a educação:

- Compreender o internacionalismo como um elemento indispensável para construção de uma forte organização nacional, valorizando a solidariedade e a

organização que devem existir entre os (as) trabalhadores (as). Afinal, as correlações de força na luta de classes na esfera nacional não podem desconhecer que são fortemente condicionadas pela relação de forças internacional.

- Estabelecer um panorama de educação que busque compreender e atender as demandas heterogêneas da classe trabalhadora, pautado na discussão de um projeto socialista, como princípio estratégico na superação da ordem capitalista.
- Defender os processos de gestão democrática em toda a rede municipal de educação, com a eleição de diretores e vice-diretores nas escolas e creches, observando, ainda, a construção/ valorização de conselhos gestores de caráter deliberativo nas comunidades escolares.
- Promover estudos para a implantação da Educação integral, ainda que a longo prazo, em toda rede municipal.
- Desenvolver programas e projetos educacionais em todas as escolas da rede municipal, a fim de combater todas as formas de opressão, como o racismo, o machismo, a misoginia e a homofobia, valorizando as diversas manifestações étnicas/culturais e livre expressão sexual.
- Priorizar os gastos públicos com a educação, saúde e infraestrutura, trabalhando para a derrubada do chamado “teto de gastos” e para a taxação de grandes fortunas.
- Resgatar a independência política dos trabalhadores (as) através da formação e da educação para auto-gestão.

É urgente, portanto, a afirmação de um projeto de educação dos trabalhadores para Juiz de Fora! Um projeto que tenha corpo e densidade para se tornar o centro da luta dos trabalhadores da educação, tendo por base os princípios acima e por consequência as PROPOSTAS.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

- Investir na formação de professores e na confecção coletiva e plural de material pedagógico, a fim de combater o machismo, a homo/lesbo/bi/transfobia e a

discriminação racial nas escolas e creches municipais, respeitando e valorizando a diversidade;

- Implementar políticas inclusivas nas escolas, evitando a evasão de pessoas trans e travestis e a discriminação de pessoas LGBTQIA+, capacitando o corpo docente e administrativo da cidade, por meio de uma construção coletiva entre professores, universidades, comunidades, conselhos LGBTQIA+ e centros de referência, proporcionando, também, a execução de uma política integrada com a Assistência Social e o Centro de Referência LGBTQIA+ de forma a mediar as relações familiares conflituosas, acolhendo os LGBTQIA+;
- Promover a inclusão e a valorização das culturas de matriz africana e indígena nos conteúdos curriculares das escolas públicas do município, através de programas de formação continuada e convênios com os grupos de pesquisa da UFJF para os profissionais da educação, visando sua ativa participação na erradicação de todas as formas de preconceito;
- Realizar concurso público para preenchimento de TODAS as vagas existentes no quadro do magistério, incorporando os novos profissionais ao atual plano de carreira (conquistado a partir de décadas de lutas) e assim garantir: 1/3 de planejamento extraclasse para todas e todos os professores; adicional para pós lato-sensu, mestrado e doutorado, bem como a garantia de licenças para estudo;
- Fortalecer a política de formação continuada de professores a partir das necessidades reais identificadas pelas comunidades escolares, redimensionando a função do Centro de Formação de Professores através do diálogo constante com a UFJF.
- Integrar as políticas de Cultura e Educação no intuito de transformar as escolas municipais em polos de preservação da memória dos bairros e de promoção da cultura popular;
- Auditar e verificar a possibilidade de encerramento dos contratos entre a prefeitura e as empresas privadas de educação, ampliando de forma correspondente a cobertura da rede pública municipal;
- Ampliar e fortalecer os conselhos escolares a fim de, juntamente com o Fórum Municipal de Educação, elaborar um novo Plano Municipal de Educação (instituindo-o como referência central da elaboração de políticas de educação em Juiz de Fora),

contando com a participação de representantes de todas as escolas, suas comunidades e em colaboração com a UFJF;

- Convocar a Conferência Municipal de Educação para analisar a atualização do referido plano;
- Transformar o Conselho Municipal de Educação em órgão de Estado, ao invés de mantê-lo como órgão de governo, fortalecendo a participação democrática através de uma composição plural, representativa e dinâmica de seus quadros;
- Converter o Fórum Municipal de Educação em órgão de Estado, integrante do Sistema Municipal de Educação, fortalecendo a participação democrática;
- Oferecer educação especial na perspectiva inclusiva, garantindo a participação efetiva da família no processo educacional, disponibilizando transporte adequado e priorizando a oferta de vagas em unidades escolares aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação; oferecendo, ainda, o acompanhamento por profissionais especialistas;
- Dar formação em Direitos Humanos e Diversidade Sexual para os agentes públicos, destacando a importância e necessidade do enfrentamento à LGBTQIA+fobia e ao sexismo na construção de um projeto democrático de sociedade;
- Garantir uma política de vagas para jovens e adultos na rede municipal de educação, observando, atentamente, as vozes dos professores e professoras, sua inserção no orçamento municipal e a demanda de vagas necessária;
- Garantir a laicidade nas escolas da rede municipal de educação;
- Observar as condições físicas dos aparelhos escolares, tendo em vista as reformas dos prédios escolares que obedeçam a estilos arquitetônicos apoiados na estética, na liberdade e no diálogo com o ambiente externo, tendo como pano de fundo a atual emergência sanitária, ouvindo as demandas da comunidade e respeitando critérios de acessibilidade (rampa de acesso para deficientes físicos, proteção nas sacadas e corrimão em todas as escadas de acesso a outros pisos);
- Estimular a construção de uma cultura de respeito aos bens públicos de forma a manter os equipamentos e o material didático livres do vandalismo, promovendo seu uso consciente e sem desperdício dos materiais. Prédios bem conservados, ajardinados, limpos, livres de rachaduras, trincas, goteiras, vazamentos, infiltrações, bolores,

descascamentos, com elevadores funcionando, dentre outras características de espaços dignos para as pessoas que neles estudam e trabalham são essenciais;

- Ampliar o diálogo com APES;
- Democratizar os meios de comunicação, fomentando a polifonia e a pluralidade cultural, garantindo, por extensão, o combate às Fake News;
- Fortalecer o caráter público do Sistema Municipal de Educação a partir da revisão da lei que institui o Sistema Municipal de Educação de JF, a fim de ampliar e fortalecer as instâncias e a participação popular a partir do princípio da gestão democrática;
- Instituir a Conferência Municipal de Educação como instância de ampla participação popular e de caráter permanente do Sistema Municipal de Educação, reunindo-se a cada 2 anos, pelo menos;
- Assegurar que a Secretaria de Educação seja um órgão de execução de políticas públicas de Estado do Sistema Municipal de Educação, com participação nas demais instâncias, quebrando a velha tradição da autocracia na educação municipal;
- Construir o orçamento da educação a partir de assembleias escolares e da Conferência Municipal de Educação;
- Impedir as investidas de organizações empresariais em escolas públicas municipais;
- Assegurar a oferta de creches e pré-escolas para população de 0 a 5 anos nas escolas públicas, pondo fim à política de contratação de organizações/empresas privadas para o atendimento educacional das crianças;
- Reativar e fortalecer o Fundo de Apoio à Pesquisa na Educação Básica (FAPEB);
- Fortalecer a revista Cadernos do Professor como veículo de divulgação científico-pedagógica para fortalecimento da educação pública.

SEGURANÇA PÚBLICA

SEGURANÇA PARA O BEM VIVER

Atualmente, o mundo convive com o fortalecimento do neofascismo que avança ao campo institucional. No Brasil, a situação não é diferente, temos um governo que flerta com ideais neofascistas e que se ergueu com o debate pautado na Segurança

Pública, especificamente com um modelo de segurança baseado na repressão e no punitivismo. A esquerda, por sua vez, foi cedendo o lugar no debate público e permitindo que a direita se estabelecesse como principal expoente do debate da Segurança. No entanto, esse modelo punitivista não funciona, aumenta o aparato penal-estatal que é racista e criminaliza a pobreza.

O paradoxo desse modelo é disseminar que a violência se resolve com o aumento do Estado na área da segurança, com maior quantitativo de força policial nas ruas e o crescimento expressivo do encarceramento, enquanto, por outro lado, prega “menos Estado” no âmbito social e econômico, ignorando as desigualdades sociais como causa da escalada da violência nos grandes centros urbanos (WACQUANT, 1999).

A solução apontada pela direita não é o enfrentamento da desigualdade social, mas o aumento do aparato das forças repressivas do Estado, que promove aumento da violência policial, a polícia brasileira é uma das que mais matam no mundo, em 2019, houveram 5.804 assassinatos pela polícia², isso sem os dados do estado de Goiás. Atualmente, com a proibição de operações nas Favelas do Rio durante a pandemia, reduziu o número de mortes em 70%, além de reduções significativas nos registros de crimes contra a vida (48%) e contra o patrimônio (40%)³, demonstrando como a repressão não é a solução para a criminalidade, mas um dos elementos que a majoram.

O aumento da repressão e da punitividade produz o encarceramento em massa da nossa população, o Brasil já mantém a terceira maior população carcerária do mundo, ficando atrás apenas de China e EUA. Além disso, o país ocupa o primeiro lugar em ritmo de crescimento do número de pessoas presas desde 2001⁴. Os resultados desse encarceramento tampouco são animadores. Conforme já indicado por inúmeras investigações, as prisões se converteram no principal espaço de recrutamento para as maiores facções criminosas do país. Nos cárceres, pessoas condenadas por crimes leves,

² Número de pessoas mortas pela polícia cresce no Brasil em 2019; assassinatos de policiais caem pela metade. Link: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/04/16/numero-de-pessoas-mortas-pela-policia-cresce-no-brasil-em-2019-assassinatos-de-policiais-caem-pela-metade.ghml>

³ Proibição de operações em favelas do Rio durante a pandemia reduziu mortes em 70%. Link: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,proibicao-de-operacoes-em-favelas-do-rj-durante-pandemia-diminuiu-em-70-o-numero-de-mortes,70003384997>

⁴ Com 812 mil pessoas presas, Brasil mantém a terceira maior população carcerária do mundo. Disponível em: < <https://ponte.org/com-812-mil-pessoas-presas-brasil-mantem-a-terceira-maior-populacao-carceraria-do-mundo/>>

ou mesmo ainda aguardando julgamento, são inseridas em redes de proteção internas, cujo pagamento é cobrado sob a forma de lealdade no lado de fora.

É preciso, ainda, olhar para os trabalhadores da segurança pública. Desde o início do avanço do neofascismo, surgiram diversos coletivos de Policiais Antifascistas, que, apesar da estrutura militarizada, insurgiram contra estas organizações que os oprimem enquanto trabalhadores e seres humanos, apontando as condições precarizadas de trabalho em que se encontram, principalmente os oficiais de níveis mais baixos dentro da hierarquia militar. A verdade é que este modelo polariza a classe trabalhadora, colocando trabalhadores da segurança contra a população negra, pobre e periférica, da qual, por muitas vezes, esse próprio policial faz parte.

Além do exposto, esse modelo vigente de segurança pública tem algumas importantes consequências que os seus defensores frequentemente omitem. A primeira delas é o imenso número de policiais (militares e civis) que morrem anualmente em confrontos armados. A insistência em operações de enfrentamento, baseadas em escassa investigação e inteligência, coloca os policiais em situação de constante perigo, ameaçando, também, as vidas daqueles que a direita diz ser a grande defensora.

Assim, a lógica e a estrutura de funcionamento das forças policiais devem ser inteiramente reformuladas. Todas as polícias devem ser desmilitarizadas, garantindo o direito de livre organização sindical e manifestação para os policiais.

A prioridade das ações policiais deve ser a prevenção e a elucidação dos crimes contra a vida, aí incluído o tráfico de armas. Para isso, é fundamental apostar em investigação e inteligência, e não em confrontos armados nas favelas e periferias. Por fim, é preciso garantir um amplo processo de participação social popular na formulação e no controle das políticas de segurança pública. Assim, pensar um modelo antirracista e anticapitalista de segurança pública é uma tarefa urgente para os movimentos sociais e para os partidos de esquerda

Desde 2016, Minas Gerais é a segunda unidade federativa com maior número de pessoas presas no país, ficando atrás apenas de São Paulo. Este ocupa o primeiro lugar com folga no ranking de população carcerária.

Na segunda metade dos anos 1990 e no início dos anos 2000, Minas Gerais, apresentou um considerável aumento na taxa de criminalidade violenta. Na capital

mineira, “entre 1997-2003, houve um crescimento de 300% nos crimes violentos contra o patrimônio e de 250% nos homicídios” (PEIXOTO et al. apud MIRANDA, 2014, p. 162). Já entre os anos 2006 e 2016, houve uma estabilização no número de homicídios em Minas Gerais. Enquanto no ano de 2006 a taxa de homicídios por 100 mil habitantes era de 21,4; em 2016 a taxa passou para 22,0. Em todos os demais estados do Sudeste, as taxas de homicídios diminuíram significativamente. Em São Paulo, por exemplo, a queda na taxa de homicídios foi de 46,7%. (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2018). Em números absolutos, Minas Gerais ocupa o 3º lugar no ranking de homicídios, com 4.622 homicídios no ano de 2016. São Paulo aparece em 2º lugar, com 4.870 homicídios; e Rio de Janeiro, em primeiro, com 6.053 homicídios, também em 2016. Em relação à taxa de homicídio de mulheres, Minas Gerais apresentou um leve declínio, reduzindo de 3,9 em 2006 para 3,6 em 2016. Todas as unidades federativas da região Sudeste apresentaram redução. Espírito Santo, por exemplo, apresentou uma redução de 49% na taxa de homicídio de mulheres no período analisado. Em resumo, aconteceu uma dilatação nos dados referentes à criminalidade em Minas Gerais no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000. Posteriormente, entre 2006 e 2016, os dados estabilizaram-se, porém com números altíssimos de homicídios e de pessoas encarceradas.

A pauta segurança pública passou a ganhar centralidade a partir do primeiro governo de Aécio Neves. Quando assumiu o Estado, em 2003, Aécio Neves, eleito pelo PSDB, deparou-se com uma criminalidade crescente no estado e respondeu com políticas punitivistas. Investir em punição sem investir em prevenção fez aumentar o número de pessoas encarceradas no estado, não resolvendo, o problema da criminalidade violenta. A política de defesa social, no decorrer da implantação de sua proposta, revela-se a partir de um número significativo de construção de presídios e de penitenciárias no estado de Minas Gerais acompanhado, evidentemente, de um aumento expressivo de encarceramentos. Desde o governo Aécio até o momento atual, Minas Gerais, tal como está exposto nas estatísticas, conta com um crescimento expressivo da população prisional, hoje alcançando a condição de segundo estado brasileiro que mais encarcera (MIRANDA, 2014, p. 167).

O governo de Antônio Anastásia (2010-2014), também do PSDB, manteve as principais medidas adotadas pela administração anterior, na qual ele foi vice-governador desde 2007. Após a renúncia de Anastasia, em 2010, Alberto Pinto Coelho

Junior (PP), até então vice- governador, assume o governo do estado por menos de um ano, mantendo a política anterior. Fernando Pimentel, eleito pelo PT, governou o estado entre janeiro de 2015 e janeiro de 2019 e, mais uma vez, manteve a política punitivista como central, deixando as políticas de prevenção com pouquíssimos recursos para implementação.

Ao entendermos esse panorama geral do sistema de segurança pública nacional e regional, é importante dizer que pensar em uma alternativa, especialmente com foco nos municípios, é mais amplo do que pensarmos apenas em medidas de desencarceramento ou desmilitarização da polícia, mas compreende também políticas de prevenção, que busque solucionar conflitos, além de políticas que garantam o futuro da juventude negra e periférica, como a defesa de espaços de lazer na periferia e a luta contra a repressão cultural.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

- **Intervir direta e preventivamente sobre dinâmicas sociais geradoras de conflitos, violências e processos de criminalização;**
- **Contribuir para a compreensão, registro, análise e intervenções nos fatores sociais relacionados a crimes e violências incidentes sobre os territórios** de forma a qualificar as estratégias de enfrentamento desses fenômenos;
- **Promover e favorecer articulações intergovernamentais e multisetoriais para o enfrentamento dos fatores sociais relacionados à incidência de crimes e violências;**
- **Fomentar a participação social** em questões afetas a prevenção social à criminalidade;
- **Criação da Gerência de Ações Comunitárias e Enfrentamento a Opressões** dentro da Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania. **Essa gerência deve ser composta por equipe técnica** multidisciplinar com formação acadêmica nas áreas de Ciências Humanas e/ou Sociais aplicadas. Parte dessa equipe técnica deve ser destinada para acompanhamento das ações nos territórios;

- **A Gerência de Ações Comunitárias e Enfrentamento a Opressões será centrada em dois eixos de atuação: Mobilização e Mediação comunitária; e ações voltadas às juventudes em situações de conflitos e rivalidades;**
- **A Gerência de Ações Comunitárias e Enfrentamento a Opressões deverá estar articulada com o Programa Selo Prevenção Minas do Estado de Minas Gerais para planejar e executar todas as ações referentes à Prevenção Comunitária no município;**
- **As ações da Gerência de Ações Comunitárias e Enfrentamento a Opressões serão realizadas de acordo com um diagnóstico territorial a ser executado pelas equipes técnicas em conjunto com moradores, entidades e instituições locais.** A partir desse diagnóstico serão priorizados focos de intervenção em um dos dois eixos de atuação ou em ambos. O diagnóstico será a ferramenta para o conhecimento das especificidades e demandas de cada território e de referências comunitárias locais, que serão as responsáveis pela atuação in loco, com apoio da equipe técnica;
- **Propor parceria, em articulação com o Selo Prevenção Minas, com referências comunitárias dos territórios** para trabalhar questões relacionadas a temas que perpassam a segurança, tais como: conflitos intrafamiliares, conflitos de vizinhança, violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outros;
- **Organização comunitária do território em articulação com Associações de Moradores, entidades artísticas/culturais no território, Conselhos Locais de Segurança Pública, entre outros;**
- **Construção de Fóruns Locais de Segurança, onde serão acolhidas as demandas do território,** abarcando temas como: juventudes, racismo, violência contra a mulher, relações com a polícia. O Conselho Municipal da Juventude e os Conselhos Locais de Segurança poderão contribuir na construção dos Fóruns e/ou encaminhamento das pautas que forem discutidas nestes;
- **Fortalecimento da Rede de Proteção local e municipal para acompanhamento de casos de violência do território,** principalmente com a rede de saúde local, através das/os agentes comunitárias/os de saúde, que são moradoras/es desses locais;
- **Implantar oficinas temáticas voltadas a jovens em situações de conflitos e rivalidades,** em articulação com o Programa Selo Prevenção Minas do Estado de Minas Gerais, sendo estas atividades construídas com a própria juventude do território e

executada preferencialmente por referências comunitárias locais ou que possuam vínculo com a comunidade e que tenham habilidades em trabalhar com a juventude. As oficinas serão um meio para a discussão de pautas que atravessam as vivências dos jovens e estão relacionadas à discussão da segurança pública;

- **Construção junto à juventude dos territórios com maior índice de violência um calendário de eventos culturais**, tendo como norte as demandas culturais da própria comunidade e considerando suas especificidades;
- **Fortalecimento da articulação da Rede de Proteção para acompanhamento prioritário de adolescentes e jovens em situações de risco, ameaças, conflitos familiares e evasão escolar.;**
- **Articulação da secretaria de segurança com Universidades, movimentos sociais e coletivos que pautem os Direitos Humanos para a implantação de projetos construídos em conjunto com os moradores e equipe técnica.** Os temas dos projetos serão de acordo com a demanda de cada território, tais como: lgbtqia+fobia; racismo; violência contra a mulher; violências estruturais e etc.;
- **Contribuir para o fortalecimento da Justiça Restaurativa no município** visando reconectar relações e instaurar direitos em contextos de violências e desigualdades sociais;
- **Estruturar e/ou fortalecer os Órgãos gestores e os Serviços de Justiça Restaurativa;**
- **Apresentar projeto de lei para estruturação da Política Municipal de Justiça Restaurativa;**
- **Instalar Comitê Interinstitucional Municipal de Justiça Restaurativa** composto por secretarias municipais, conselhos municipais, conselhos de classe (OAB, CRP, CRESS, etc.), polícias, sistema de justiça, instituições públicas e privadas, representações da sociedade civil organizada, cultura, lazer, que atuam nos mais diversos sociais, para que esse grupo crie e acompanhe a política municipal de justiça restaurativa, bem como dê suporte às práticas de JR;
- **Constituir, qualificar e/ou fortalecer equipes locais** através de processo continuado de sensibilização, formação, facilitação e supervisão em práticas restaurativas;

- **Construir uma metodologia** para a constituição e/ou fortalecimento de redes locais parceiras para o desenvolvimento de práticas nos Serviços Municipais que considere e valorize a diversidade de cada local de atuação;
- **Realizar práticas de Justiça Restaurativa junto às instituições nas comunidades**, por meio de atividades de articulação, aplicação e sistematização de procedimentos restaurativos;
- **Sistematizar o percurso da política municipal** em estudos de casos, resultados obtidos e recomendações para a sua sustentabilidade;
- **Divulgar a prática da justiça restaurativa** e outras ações não violentas que contribuem para solucionar conflitos, reestruturar relações desequilibradas e criar ambientes mais saudáveis. Dar visibilidade a novos modelos de segurança com foco na garantia de direitos e defesa das liberdades;
- **Criação de canais municipais para fiscalização/acompanhamento das alegações de violência policial**, este canal também deverá receber denúncias dos familiares de presos. Deverá atuar em parceria do canal com entidades já existentes, como a associação de familiares de presos, coletivos da luta anti-encarceramento, entidades de defesa dos Direitos Humanos e a OAB;
- **Parceria com o Judiciário para que os canais municipais sejam oficiados e tenham acesso às atas das audiências de custódia**, que são públicas, de modo a propiciar uma atuação em parceria com o Ministério Público;
- **Fortalecer rede de instituições parceiras corresponsáveis pela execução das medidas alternativas à prisão;**
- **Ampliar e qualificar as possibilidades de prestação de serviço à comunidade;**
- **Criar canal que permita acompanhar as pessoas que cumprem medidas alternativas;**
- **Buscar novas parcerias de prestações de serviços com associações de bairro que tocam projetos sociais, buscando fortalecer tanto as associações quanto às medidas ressocializadoras;**
- **Favorecer o acesso a direitos e a inclusão social de pessoas egressas do sistema prisional, bem como seus familiares;**

- **Contribuir para o fortalecimento das ações do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp-SEJUSP/MG) no município;**
- **Contribuir para o esclarecimento/sensibilização das instituições públicas e da sociedade civil para o atendimento das demandas apresentadas pelas pessoas egressas, enquanto direitos não comprometidos pela condenação criminal;**
- **Contribuir para o acesso das pessoas egressas a direitos e serviços municipais de maneira a minimizar as vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento, considerando marcadores de identidade e grupos mais vulneráveis;**
- **Promover ações de enfrentamento à estigmatização que recaem sobre pessoas egressas do sistema prisional;**
- **Criar Rede de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional de Juiz de Fora (RAESP/JF);**
- **Realizar eventos, seminários, fóruns, reuniões de rede para formação continuada sobre a temática, discussão de casos e construção de fluxos que favoreçam a inclusão social de pessoas egressas do sistema prisional;**
- **Articular com o conselho da comunidade, associação de familiares de pessoas privadas de liberdade e coletivos que atuam na temática anti-prisional/apoio a pessoas egressas;**
- **Celebrar convênios e parcerias para qualificação profissional e geração de renda de pessoas egressas;**
- **Articular para criação de projeto de lei que preveja incentivos para contratação de pessoas egressas, bem como percentual de contratação de pessoas egressas em editais de licitação da prefeitura municipal e outros órgãos públicos, bem como outras políticas afirmativas pautadas nos marcadores de identidade;**
- **Promover a desmilitarização e a reestruturação da Guarda Municipal como órgão público, com servidores estatutários, voltado para o controle do tráfego, a vigilância dos próprios municipais e o apoio à fiscalização e controle urbano por parte das demais secretarias;**

- **Organizar um controle externo efetivo da Guarda Municipal**, com ouvidorias independentes e corregedorias independentes, administrativamente desvinculadas da Secretaria Especial de Ordem Pública;
- **Garantir um programa de assistência social e acompanhamento psicológico para os servidores da Guarda Municipal**;
- **Promover a reestruturação das técnicas de treinamento da Guarda Municipal** de acordo com uma formação democrática fundamentada na promoção da democracia, na garantia de direitos e na defesa das liberdades;
- **Valorizar os servidores da Guarda Municipal**, garantindo um plano de cargos e salário digno, melhores condições de trabalho e o fim da diferenciação salarial dos servidores segundo grupos para operações e unidades especiais.

POLÍTICAS URBANAS E HABITAÇÃO

A partir da trajetória dos movimentos sociais no Brasil, é possível demarcar conquistas importantes no âmbito da política urbana. Foram elaborados instrumentos legais com o intuito de garantir à população acesso a ambientes ecologicamente equilibrados, considerando o direito à moradia, mobilidade e espaços públicos de qualidade dotados de infraestrutura urbana e que pudessem propiciar acessibilidade e inclusão social. A execução dessas políticas tem o potencial de orientar um planejamento urbano para o desenvolvimento social e cultural das cidades, combater a

especulação imobiliária, cumprir a função social da propriedade, mitigar o déficit habitacional e impedir crimes ambientais. No entanto, a omissão do poder público com seus deveres e a forte influência do setor privado na implementação das políticas públicas, viola os direitos conquistados, sendo concebidas injustiças sociais e ambientais que afetam, sobretudo, a população mais pobre, definida em um recorte interseccional, pela desigualdade racial e de gênero. Há um completo descompasso entre a legislação urbana existente e sua implementação e, consequente, necessidade de reavaliação tanto pelo conjunto técnico quanto por todos os usuários do espaço urbano. Isso pois em nossa cidade, a legislação urbana mais atualizada vem do ano de 1986, carecendo desse modo de uma profunda e sistemática revisão, que possibilite uma articulação com o Plano Diretor recém-aprovado e que sobretudo, se adeque à novos preceitos que contribuam para os objetivos de uma cidade mais sustentável e socialmente mais justa.

A partir disso, propomos uma política urbana orientada na luta pelo direito à cidade que, inverte a lógica atual de gestão do espaço urbano. Hoje, nossa cidade é controlada por uma pequena parcela da população que lucra com as desigualdades. Houve um abandono do pensar uma cidade mais justa e solidária, isto é, um descompasso do processo democrático. Se antes, esses objetivos seriam alcançados via desenvolvimento econômico, o que não ocorreu, hoje, infelizmente o descaso se agravou. Falar em cidade de um modo geral se reduziu ao medo, a segurança ostensiva, ao controle e monitoramento e em determinados casos à sua militarização. Todo este contexto se insere em uma escala mais ampla do espaço brasileiro e suas políticas e instituições que não operam seguidamente na inserção social e mantém os lugares, as cidades e o país numa realidade de profundas desigualdades socioeconômicas e espaciais.

Deixamos nossas necessidades, anseios e projetos de cidade de lado e naturalizamos a omissão e a descrença. Em Juiz de Fora particularmente, nossas vias públicas precarizadas e a falta de moradia digna são “simples” e estruturais reflexos do modo com o qual o poder público e uma elite urbana lidam com o espaço coletivo, com as necessidades coletivas. Em total desacordo à essa pequena parcela privilegiada, acreditamos que o controle da cidade cabe a quem vive e desempenha nela sua força de trabalho; a cidade pode e deve ser transformada em espaço de arte, cultura, lazer e

esporte, com acesso a mobilidade urbana para todos e em todos os lugares e acima de tudo, deve ser palco de luta e símbolo de resistência em prol da representatividade de sujeitos que clamam pela justiça e equidade social.

Por isso, não abrimos mão de um projeto para a cidade que garanta à população, primordialmente, em maior vulnerabilidade social, uma política habitacional qualificada: que atue efetivamente nas áreas mais carentes e de interesse social da cidade (tanto na zona urbana como rural); que assuma o desafio da regularização fundiária sustentável, com qualificação dos espaços urbanos, oferta plena de serviços públicos, em harmonia com os ambientes naturais; que combata a especulação imobiliária e a segregação socioespacial; que promova o desenvolvimento cultural e econômico da população, respeitando o meio ambiente, e todo seu patrimônio material e imaterial. Por consequência, defendemos uma política urbana que não trate a cidade como mercadoria e/ou a população como simples força de trabalho. Nossas propostas buscam combater o urbanismo que produz desigualdade social e segregação espacial através de uma construção coletiva, para uma cidade de fato democrática, que promova uma vida urbana de qualidade.

GESTÃO E PARTICIPAÇÃO

Se tratando da urgência em discutir e promover mecanismos para garantir o direito à cidade, o qual não se resume ao acesso universal aos serviços básicos, mas discorre também sobre a construção coletiva do fazer-cidade, seu planejamento e sua gestão por meio de um acentuado processo de democratização, a base deste plano demanda por uma administração amparada na justiça social, nos princípios da participação popular, na transparência administrativa e na inversão de prioridades, em favor dos cidadãos mais necessitados, como foco principal de investimentos públicos.

É notório que o principal bloqueio para o avanço da democracia é a manutenção de uma economia que segue a lógica neoliberal, pautada na desigualdade socioeconômica, que por sua vez tem cor e gênero, perpetuada historicamente e inerente a sociedade controlada por uma minoria privilegiada. Sendo assim, faz-se fundamental defender a construção de processos de autoemancipação dos grupos destituídos de poder material e simbólico, através da mobilização e organização social e também fortalecer as instâncias democráticas de participação, como Conselhos Paritários e Deliberativos da Sociedade Civil, democraticamente construídos.

A cidade de Juiz de Fora, atualmente segue os preceitos do Plano Diretor Participativo aprovado em 2018, que estabelece como instâncias principais de participação popular, os Conselhos Municipais que são órgãos e espaços para a discussão e deliberação de políticas públicas, totalizando 27 na gestão vigente, dos quais cabe destacar o Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR); a realização da Conferência das Cidades, sendo a última ocorrida em 2016, a qual constitui momento fundamental da participação social nas decisões da política urbana além de oportunizar a construção de um sistema de informações sobre as cidades; os Conselhos Locais de Assuntos Urbanos (CONAUS) e o Fórum Integrado dos Conselhos de Políticas de Desenvolvimento Territorial, ambos até o momento não efetivados.

Além dessas instâncias cabe ressaltar a importância das Associações de Moradores, que na conjuntura atual constam 104 regulamentadas pela UNIJUF – União Juiz-forana de Associações Comunitárias de Bairros e Distritos. E também, a criação de mecanismos informativos como é o caso do aplicativo Colab, promovido pela Secom (Secretaria de Comunicação Pública). O aplicativo, tem o objetivo de ampliar e potencializar os canais diretos com o cidadão.

Apesar dos instrumentos que emanam maior participação da sociedade civil, o acesso do cidadão à informação simples e compreensível é o ponto de partida para uma transparência efetiva. Pois não é apenas necessária a disponibilidade das informações, mas principalmente sua qualidade e clareza de linguagem. Além disso, deve-se promover de fato a ação e participação social, onde a população esteja realmente intervindo nas deliberações das políticas públicas e antes de qualquer coisa é preciso

fazer com que os cidadãos compreendam a importância de uma gestão pública compartilhada e se mobilizem em prol da mesma.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

A participação popular deverá ser efetivada com os seguintes compromissos:

- Através de atividades e **espaços descentralizados e deliberativos** que discorram sobre soluções para a **política urbana da cidade**; uma ideia seria fortalecer a lei de iniciativa popular que instituiu o “**pró-bairros**”, Lei nº 12.377/2011- Institui a Política de Desenvolvimento Comunitário Sustentável (Pró-Bairros), autoriza a criação do Fundo Municipal de Incentivo à Organização Comunitária e dá outras providências.
- Endossar a oferta de **capacitações** presenciais ou a distância, gratuita, que possam **informar e incentivar** a população a **exercer sua cidadania** por meio das instâncias democráticas participativas.
- **Concretização e prosseguimento** dos Conaus e do Fórum Integrado dos Conselhos de Políticas de Desenvolvimento Territorial, destacando a atual demanda dos Planos de Estruturação Urbana.
- **Reavivar a Conferência das Cidades.**
- Promover o **Orçamento Participativo** em Juiz de Fora, visto que o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) determina a gestão orçamentária participativa como condição obrigatória para que a Câmara Municipal aprove o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual e ainda, especifica que a gestão orçamentária participativa deve incluir a realização de debates, audiências e consultas públicas.
- Fortalecer os Fundos Deliberativos Setoriais e os conselhos gestores.
- Criar e gerir plataforma que informe de forma **clara, objetiva e integralizada** as destinações dos recursos públicos e outras providências do governo, de forma a implementar de fato o **controle social**.
- Priorizar os **investimentos públicos** aos **mais necessitados** por meio de análise conjunta entre instituições públicas e sociedade civil dispondo de um **viés interseccional** da esfera social.

- Estabelecimento de um **sistema de promoção ao acesso sobre o funcionamento da política urbana** da cidade, a fim de instrumentalizar e potencializar setores da sociedade civil diversificados.

HABITAÇÃO

Falar em moradia digna é falar de uma questão base para a reprodução da vida cotidiana. Mas sabemos que historicamente em nosso país, somente uma restrita parcela da população possui casa própria e/ou em condições adequadas. A concentração fundiária e falta de acesso à terra e à uma moradia digna ainda são marcas alicerçantes em nossa história. No ano de 2017, nacionalmente presenciamos um déficit habitacional é estimado em 7.8 milhões de moradias (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015), representando um crescimento de aproximadamente 7% em 10 anos. Além disso, somando ao desafio dos que não conseguem ter acesso a casa própria,

enfrentamos outro problema relacionado às condições de habitabilidade dessas moradias, de infraestrutura, má qualidade construtiva e/ou localização inadequada. Ao analisarmos a produção habitacional no Brasil vemos que 60% da produção é informal, 85% é feita sem consultar um profissional especializado, como engenheiro e/ou arquiteto, e temos 14,7 milhões de domicílios urbanos inadequados (Pesquisa CAU/BR e Datafolha, 2015). Tudo isso mesmo apesar de existir uma Lei de Assistência Técnica (prevista no Estatuto das cidades- Lei 10.257/2001) que prevê amparo à famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica; através de orientações técnicas.

No mesmo caminho, a cidade de Juiz de Fora não foge à regra. Ao tentarmos analisar a situação do déficit de moradia na cidade, percebemos que os órgãos municipais se encontram com os dados desatualizados acerca do problema. A última atualização data de 2007, realizada através de uma parceria entre a Prefeitura de Juiz de Fora e o Centro de Pesquisas Sociais da UFJF. Tal diagnóstico foi realizado com base em pesquisa amostral (CPS, 2006) e dados levantados pela Fundação João Pinheiro (2005), apresentando vários recortes do déficit, uma vez que sua análise permite interpretações diversas sobre os dados: déficit por novas habitações, déficit por inadequação (fundiária, infraestrutura, melhorias habitacionais, indicação de remoção/substituição), déficit por ônus excessivo com aluguel, coabitação, etc. Além dos possíveis recortes do déficit em função de suas características, também foram feitos recortes do déficit por faixa de renda. Portanto, a menção ao déficit habitacional de forma geral pode levar a erros de interpretação, se junto do número, não vier explicitada a abrangência ou recorte específico. Em função do exposto, e considerados os inúmeros recortes possíveis, destacamos que, para o recorte de até 3 salários mínimos (alvos prioritários das políticas habitacionais de interesse social), e considerados as situações de coabitação, imóveis improvisados e ônus excessivo com aluguel, o déficit era de 8.532 imóveis em 2006. O déficit total, para todas as faixas de renda, considerando o mesmo recorte categorias, era de 14.201 imóveis.

Além da questão do déficit por unidades habitacionais, no levantamento realizado em 2006 foram atualizados os números em relação às Áreas de Especial Interesse Social (hoje chamadas Zonas de Especial Interesse Social pelo PDP/2018) , quando foram caracterizadas 144 áreas, divididas em três categorias, segundo

gravidade dos problemas identificados. Essas áreas demandavam (e a maior parte segue na mesma situação) intervenções para melhorias de naturezas diversas, até o limite de indicações de remoções, em casos extremos.

A abrangente Política Nacional de Habitação (PNH), desenhada em 2004, e seu desdobramento posterior através do Plano Nacional de Habitação (PLANHAB), de 2009, ficou no papel, sendo substituída, na prática por um único Programa Habitacional - Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Contudo, mesmo com maciços investimentos no programa, o mesmo não conseguiu reduzir nosso déficit o suficiente, até porque a baixa qualidade e os inúmeros problemas associados a tais habitações fizeram com que muitas unidades tenham sido abandonadas, depredadas encontrando-se hoje inutilizadas. E, como não poderia ser diferente, o déficit segue crescendo, assim como a nossa população, sem um programa efetivo habitacional para fazer frente a esta demanda. Em relação aos empreendimentos realizados pelo PMCMV na cidade, não diferente de tantas outras cidades brasileiras, vemos que apesar de proporcionarem a tão sonhada casa própria, faltam infraestrutura, acesso a serviços e, muitas vezes, qualidade constitutiva. Assim, garante-se habitação, mas não condições dignas como acesso a serviços público, transporte público constante e de qualidade, comércio, não promovem a construção de vínculos de sociabilidade. Pode-se dizer que o PMCMV foi implantado no sentido oposto ao atendimento ao direito à moradia, que deve ser pensada em articulação e integração com a cidade.

Para além da insuficiência, o programa também esterilizou, secundarizou outras inúmeras ações e intervenções possíveis para política habitacional e promoveu um abandono de uma política e um (o) plano municipal de habitação de âmbito local, que levaria em consideração nossas necessidades e especificidades.

Agravando a questão habitacional, no último dia 26 de agosto o governo federal através da MP 996/2020 publica no Diário Oficial da União a criação do Programa Habitacional Casa Verde e Amarela (PHCVA), em substituição ao PMCMV. Apesar de ainda incerto, um breve olhar sobre tal programa já nos permite compreender que a “nova” política de provisão de moradias exclui uma parte da população ganha até R\$1800,00, justamente a parcela onde se concentra o maior déficit habitacional. Após

análise, verificamos que o PHCVA se trata de uma proposta de financeirização da habitação por meio da entrada do mercado de capitais com mais força no setor. Uma das medidas que definem esse processo pode ser percebida na mudança dos indexadores do crédito imobiliário, que até hoje usavam a Taxa Referencial (TR) e agora podem usar o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou a inflação. Na prática isso permite a securitização, ou seja, tomar as expectativas das prestações dos mutuários e vender aos fundos de investimento, exatamente o mesmo movimento que provocou a crise hipotecária estadunidense em 2008.

O cenário habitacional se agrava com a não sinalização, expectativa, de construção de novas habitações por parte do governo federal. O “novíssimo” programa habitacional foi reduzido a um programa de financiamento, e não mais de habitação, o que pode causar um endividamento em massa da população mais pobre.

Dito tudo isso, queremos para a cidade uma política habitacional que garanta o direito à moradia e à assistência técnica, que estabeleça um compromisso com a população de Juiz de Fora. Para isso é urgentemente necessário **um diagnóstico atualizado acerca do déficit e das condições habitacionais, além da elaboração de uma política específica** alinhada a um **plano participativo e condizente** com o cenário presente na cidade de Juiz de Fora. É necessária a ampliação e garantia de mecanismo de regularização fundiária sustentável, associada à qualificação das ZEIS e sua plena integração ao restante da cidade. Necessário a articulação e implementação de instrumentos urbanos que visem o controle do preço e o uso do solo urbano e a promoção de políticas redistributivas; a regulação do setor imobiliário e promoção de estratégias de acesso à moradia para a população com faixa de renda mais baixa.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

Como prioridades e compromissos, assumimos:

- **Fortalecer o Conselho Municipal de Habitação**, reconhecendo a sua essência deliberativa, dando-o poder efetivo de decisões sobre a política habitacional e incentivando a sociedade civil, a participar e compor o conselho.
- **Fortalecer e buscar fontes de recursos para o Fundo Municipal de Habitação** visando sua autonomia e maior capacidade de intervenção na cidade.

- **Restabelecer a política habitacional local** promovendo inicialmente uma atualização dos dados e um diagnóstico sobre a real situação do déficit habitacional a fim determinar diretrizes concretas, que visem promover uma política direcionada às populações mais vulneráveis.
- **Revisar o Plano Municipal de Habitação**, estabelecendo estratégias que possam dar concretude às diversas modalidades de programas habitacionais necessários para o enfrentamento do déficit em suas várias características e faixas de renda. Reforçar o Fundo Municipal de Habitação, já existente, porém sem dinheiro, com a garantia da alocação de verbas específicas para habitação. Orientar planos específicos e ações, que visem garantir o direito à moradia e o acesso à terra, estabelecendo parâmetros que deem prioridades para as camadas sociais mais vulneráveis. Estabelecer conjuntamente estratégias de aplicação dos recursos recebidos para tal.
- **Articular da política habitacional a outras políticas setoriais** como de assistência social, política urbana e ambiental entre outras, visando uma integração e garantia de acesso aos serviços e equipamentos públicos.
- **Pensar políticas para a integração de ZEIS e de áreas do PMCMV** distantes do centro ou de outras centralidades, visando garantir acesso aos serviços, lazer, esporte e cultura, promovendo qualidade de vida.
- **Representação popular em espaços deliberativos com a** garantia desta representação em todos os conselhos da cidade.
- **Garantir a aplicação dos instrumentos previstos no Estatuto das Cidades (EDC) e no Plano Diretor Participativo** como forma de garantir um maior acesso à cidade e a um financiamento da política habitacional local. Temos como possibilidade o IPTU progressivo, a outorga onerosa e cotas de habitação social.
- **Aplicar instrumentos previstos no Estatuto das Cidades** para desestimular a presença de imóveis privados subutilizados, vazios ou abandonados.
- **Criar um programa municipal para a Implementação da Lei de Assistência Técnica**, já prevista no EDC visando a revitalização de moradias das populações mais vulneráveis, a requalificação urbana de loteamentos, assentamentos rurais, comunidades tradicionais e ocupações consolidadas.
- **Implantar a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social.**

- **Ampliar as ações e políticas de regularização fundiária**, loteamentos e ocupações consolidadas de forma integral, como estabelecido pela Lei Federal 13.465/2017. Isso visando reconhecimentos de posse, manutenção de redes de sociabilidades estabelecidas, se articulando a outras políticas setoriais, como de educação, mobilidade, cultura, lazer, segurança pública, geração de emprego e distribuição de renda. Para isso, articular tais ações junto ao Fundo Municipal de Habitação, fazendo com que a efetivação deste garanta recursos regulares através de destinação de parcelas de impostos, taxas ou multas
- **Fortalecer capacidade da Secretaria de Planejamento e Gestão** capacitando e ampliando as ações das equipes vinculadas à política habitacional, atualmente reduzidas.
- **Estabelecer programa para produção de habitações de interesse social** e de Mercado Popular em áreas centrais, visando a promoção da diversidade social e a convivência entre faixas socioeconômicas diferenciadas.
- **Implementar novos programas de habitação de interesse social** para garantir acesso à moradia adequada aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até 3 salários mínimos, por meio da aquisição de imóveis para fins habitacionais e da realização de obras e serviços voltados à modificação de uso e ocupação de imóveis que resultem em lotes urbanizados ou unidades habitacionais. Estabelecer conjuntamente novos programas de reformas para melhorias habitacionais, por meio de assistência técnica, de construção de novas moradias; Programa produção de venda de lotes populares; Programa de locação de interesse social; e muitos desses programas já estão previstos no Plano Diretor e no Plano Municipal de Habitação.
- **Utilizar recursos da Outorga Onerosa do Direito de construir para fomentar fundos de habitação de interesse social.**
- Promover moradia digna para **pessoas em situação de rua**, associada a outros programas sociais de educação, capacitação e inserção ao mercado de trabalho. Tais moradias com boas condições de habitabilidade, em área ambientalmente conectada com os serviços de infraestrutura básica.
- **Estabelecer uma Cota de Habitação de Interesse Social** para empreendimentos de grande porte, em que estes retornem para a cidade contrapartidas, contribuições

para o Fundo Municipal de Habitação, que serão destinadas a políticas habitacionais de interesse social.

- **Iniciar a elaboração dos Planos Regionais de Estruturação Urbana (PEUS)** que orientarão e arregimentarão o uso e a ocupação do solo na cidade e os Planos Específicos de Requalificação Urbana (PES).
- **Promover a elaboração dos Planos Específicos de Requalificação Urbana (PES)** para as Áreas de Diretrizes Especiais (ADE's) de Habitação de Interesse Social a fim de requalificação urbanística de áreas carentes ou desprovidas de serviços e equipamentos públicos, visando um desenvolvimento social dessas localidades.
- **Criar um banco municipal de terras e imóveis** para estabelecer mecanismos de controle da valorização do solo urbano e facilitar o acesso à moradia através da disponibilização de terras e imóveis (de domínio da prefeitura, das autarquias locais e de quaisquer outras entidades públicas, ou pertencentes a entidades privadas) para arrendamento, venda ou para outros tipos de concessão, através de uma melhor identificação e promoção da sua oferta.
- **Fortalecer a construção de programas de produção de moradias** que não dependam de mecanismos de mercado, tais como o “Programa de Arrendamento Residencial” (no qual o pretendente paga taxas mensais de arrendamento, como se fosse um aluguel, e no fim do contrato, que é de 15 anos, tem a opção de compra do imóvel).
- **Regulamentar e aplicar o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)**, instrumento previsto no Estatuto da Cidade. Transformá-lo em obrigatório, com o objetivo de envolver os moradores dos bairros nos processos de decisão sobre edificação e mesmo obra de infraestrutura no espaço urbano que envolva mudanças paisagísticas.
- **Intensificar a fiscalização dos problemas com relação à infraestrutura de empreendimentos MCMV na cidade, sobre** a contemplação de imóveis já sorteados, mas ainda não entregues. Fortalecer a comissão de fiscalização instituída pelo CMH.
- **Criação de parâmetros pela prefeitura para orientar a produção de habitação pelo PMCMV** visando à garantia de melhores condições de habitabilidade e de cumprimento as normas arquitetônicas. (visando promover o Direito à demanda de opinar sobre a habitação produzida através do Controle Social pelo Fundo de Habitação.)

- **Promover programas de urbanização de Vilas e Favelas com Assistência Técnica** articulando política de saúde com política de urbanização e habitação.
- **Implantar instrumentos do Estatuto das Cidades** para preservar e revitalizar com uso do instrumento de transferência do Direito de Construir como salvaguarda de áreas históricas, edifícios e conjuntos tombados concatenado à política de habitação e a locação social;

SANEAMENTO, RESÍDUOS SÓLIDOS E RECURSOS HÍDRICOS

Atualmente mais de 80% da população brasileira se concentra nas cidades, em Juiz de Fora essa taxa é de 98%. O processo de urbanização no território brasileiro, intensificado a partir da década de 1950, dentre as suas consequências, acabou por desconsiderar, ou considerar de maneira mínima, os rios e córregos das cidades. Historicamente atrelados ao estabelecimento das populações, estes passaram a ser destino do esgotamento sanitário, poluição que tem contribuído para uma maior desconexão entre os espaços de natureza nas cidades com seus habitantes. Aliado a isso, técnicas tradicionais de recobrimento de córregos e rios estão na contramão de visões sistêmicas sobre o meio ambiente e das diversas relações que se estabelecem nesses espaços, contribuindo para maior impermeabilização do solo o que tem agravado as enchentes e inundações em diversas cidades brasileiras, cenário que se observa também em Juiz de Fora.

Na busca por uma maior qualidade de vida nas cidades, o que se pretende, é dar uma maior ênfase ao meio ambiente urbano, priorizando ações que respeitam o desenvolvimento sustentável contemplando a conservação e preservação dos recursos hídricos. Atualmente, a cidade conta com as diretrizes fornecidas pelos: Planos de Saneamento Básico de Juiz de Fora – PSB/ JF, Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS e o Plano de Drenagem Urbana – Parte 1 Zona Norte, além do próprio Plano Diretor Participativo. Devem-se contemplar essas diretrizes juntamente com as diversas considerações promovidas por várias produções acadêmicas realizadas sobre a cidade de Juiz de Fora.

Seguindo as orientações da [Lei nº 11.445](#), a Prefeitura de Juiz de Fora desenvolveu o Plano de Saneamento Básico de Juiz de Fora (PSB/JF), que identifica, por um conjunto de estudos, os problemas de saneamento existentes na cidade, assim destaca-se dentre os mananciais da cidade o rio Paraibuna e também o córrego São Pedro.

Em Juiz de Fora, o rio Paraibuna sofreu constantes alterações antrópicas em seu curso ao longo dos tempos. Elemento estruturador do espaço urbano juiz-forano, o rio representa um espaço de natureza significativo da cidade, mesmo que esteja poluído e comprimido entre vias de trânsito. Pertencente a Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul, o Paraibuna e seus afluentes percorrem boa parte da cidade, podendo ter as suas potencialidades ampliadas com um maior aproveitamento das áreas de suas margens para o lazer e também com um programa que contemple de fato a sua despoluição. Algumas características podem ser percebidas em seu curso, como por exemplo: áreas de alagamento, habitações à beira do rio, poluição por esgotamento sanitário doméstico e industrial, falta de infraestrutura adequada de calçamento e iluminação a beira rio, descarte de lixo às suas margens, dentre outros.

Juiz de Fora tem estabelecido uma relação histórica entre as enchentes e seu modo de ocupação das áreas próximas ao rio. Como mencionado, diversas ações antrópicas baseadas em técnicas tradicionais têm promovido mudanças significativas no desenho de seu leito, por esse motivo ainda hoje encontram-se áreas de alagamento na cidade o que acarreta em prejuízos econômicos para os atingidos, além da possível disseminação de doenças. As áreas contempladas no Plano de Drenagem da Zona Norte mostram o resultado de uma intervenção tradicional, abrindo espaço para as

necessárias reformulações e adequações desses espaços. Sendo assim, as propostas de possíveis intervenções sobre o meio ambiente urbano se concentram em atender a algumas diretrizes no Plano de Drenagem de JF; como aumentar a permeabilidade dos solos em ações que devem ser pensadas em conjunto com a legislação de Uso e ocupação dos solos. Sendo importante salientar que altas taxas de impermeabilização contribuem para esses alagamentos.

Outro ponto observado é em relação à poluição e o uso do rio como espaço que se destina também ao lazer e a contemplação. Como dito anteriormente as margens do Paraibuna servem como longa faixa de contato com a natureza no espaço urbano, o que possibilitaria a criação de ciclovias, parques, calçadas adaptadas, melhorias de mobiliário e iluminação destinadas a pedestres, ações já previstas para a área Eixo Paraibuna contempladas pelo Plano Diretor, porém ainda não postas em prática na sua totalidade. Esse importante papel requer uma maior atenção a uma série de atendimentos que devem ser prioridade em gestões que se pretendem mais justas e saudáveis. É preciso articular essa potencialidade do rio com a sua qualidade ambiental, questionando a verdadeira eficácia de projetos de despoluição promovidos em seu leito, atentando à construção de mais Estações de Tratamento de Esgotos ETEs, a possibilidade de não destinar o esgotamento em córregos e a necessidade de um maior controle sobre as indústrias e seus despejamentos.

A maior atenção às margens do rio também se concentra sobre as condições das moradias localizadas à beira do rio, uma vez que a construção às margens de rios oferecem riscos de deslizamento, estando sujeito a alagamento ou até mesmo na contaminação por doenças, essas propostas devem ser feitas juntamente com os apontamentos provenientes do estudo sobre a habitação. (Habitações precárias, saneamento, demanda por habitação digna).

Outra área que deve ser observada é o córrego São Pedro, a adoção de um projeto antigo para a Cidade Alta, que não condizia mais com a estruturação urbana e as atividades e interesses existentes na região, tem promovido uma série de conflitos sociais e ambientais desde o início da construção da BR-440. Como mencionado anteriormente, o projeto pode ser compreendido como adoção de técnica tradicional de recobrimento de córregos, o que implica na perda de espaço de natureza e de área de lazer, desoxigenação da água e dos seres vivos que integram a bacia fluvial,

fragmentação de área urbana consolidada, gerando impactos ambientais, principalmente, próximo à represa de São Pedro, como perda na capacidade de abastecimento da represa, perda de biodiversidade, dentre outros.

Ainda é possível perceber que em sua fase atual, a obra paralisada por anos devido à necessidade de novas licitações e licenciamento ambiental, além de impactar o meio ambiente tem também sido motivo de transtorno para os moradores. A falta de sinalização e iluminação adequadas promove espaço propício a atropelamentos e furtos. A BR-440 tem dificultado a mobilidade dos moradores e transeuntes por se configurar como barreira física em espaço urbano consolidado. Os alagamentos continuam a acontecer e o saneamento de esgoto está incompleto. Há diagnóstico e propostas mais atuais sobre o tema: como os do professor Cezar Barra, da faculdade de Engenharia da UFJF.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

Os pontos destacados sobre o rio Paraibuna:

- Revisão técnica e ecológica dos planos de despoluição, torná-los mais efetivos e eficazes.
- Transformar o rio para torna-lo um potencial área de lazer. Executar ações necessárias à sua promoção como lugar destinado ao lazer, com infraestrutura, segurança, iluminação, arborização, despoluição, dentre outros.
- Maior atenção às habitações localizadas a beira rio, realizando estudos técnicos sobre e encaminhando soluções para os perigos aos quais estão sujeitas essas populações, como o risco de contrair doenças, possível falta de condições dignas, problemas enfrentados também pelas populações que se concentram nas pontes do Paraibuna.
- Elaborar e executar obras de correção e prevenção de alagamentos diagnosticados pelo Plano de Drenagem da Zona Norte, buscando parcerias com os demais governos em medidas para promover um espaço mais permeável e seguro para a população afetada.
- **Articulação entre a política de saneamento, meio ambiente e habitação.**

Os pontos destacados sobre o córrego São Pedro:

- Realização de estudo técnico para levantar quais ações devem ser promovidas para atender as necessidades dos moradores.
- Realização de estudo técnico para levantar quais as carências a construção da BR-440 geraram para a região e quais os conflitos de interesse existentes.
- Atuar de maneira eficaz e segura na área, levando em consideração a fase em que se encontra o projeto atual. A partir de estudo técnico, propor intervenções possíveis para se reverter as consequências ambientais e sociais de sua construção, levando em consideração as potencialidades da área e a possibilidade de criação de um parque Linear na região.

SANEAMENTO BÁSICO

Elaborado em 2012 o Plano de Saneamento Básico de Juiz de Fora, oferece um diagnóstico da situação do saneamento básico na cidade, propondo alternativas para a universalização dos serviços, a serem desenvolvidas por programas, projetos e ações. Presente nos diagnósticos da Situação do Saneamento Básico e de seus Impactos nas condições de Vida da População da cidade, destaca-se aqui dentre as deficiências apontadas pelo plano algumas que podem ser contempladas por este eixo:

- Crescente uso de poços particulares como fonte alternativa de abastecimento de água.
- Ocupação crescente próximo aos reservatórios de captação de água bruta.

Nos Programas de Ação Imediata (PAI), há previsão de elaboração de projeto de atualização da legislação urbanística, projeto de melhoria da qualidade da água, Projeto de institucionalização e gerenciamento de drenagem urbana, projeto de redução de riscos e passivos para a drenagem urbana, projeto de redução de implementação do gerenciamento de resíduos da construção civil, projeto de melhoria do esgotamento sanitário, dentre outros.

Alguns questionamentos resultam dessa análise como, por exemplo, a constatação da centralização das ações relacionadas ao saneamento básico em detrimento de áreas periféricas. Fato que pode ser observado de acordo com os mapas do diagnóstico do Plano Diretor Participativo de Juiz de Fora:

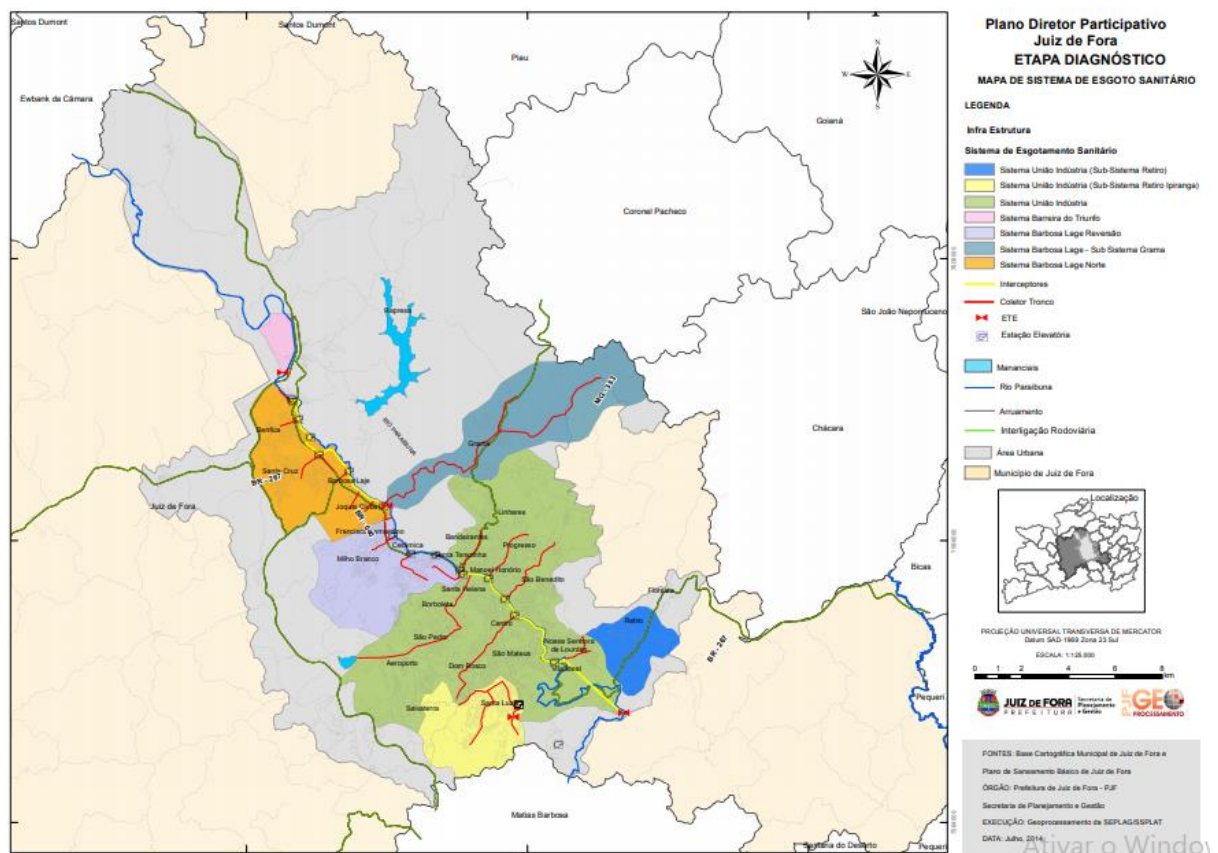


Figura 1 MAPA ATENDIMENTO DE REDE DE ESGOTO - Plano Diretor Participativo de Juiz de Fora.

Fonte: PJF

- De acordo com os mapas de diagnóstico, quais locais têm índices de menor atendimento por rede de esgoto?

- A centralização do atendimento a rede de esgoto, corresponde a uma política que desconsidera, ou considera em menor proporção a área periférica da cidade?
- As estações de tratamento de esgoto são suficientes para a demanda da cidade?

Mais recentemente, instituído em 23 de abril de 2018, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS, de Juiz de Fora, é um importante instrumento de planejamento. É preciso conhecer e mapear os resíduos gerados no território do município, para traçar estratégias e promover uma gestão e manejo conscientes. A criação de mecanismos de controle e implementação é previsto pelo plano em processo que deve durar por 20 anos.

Diagnósticos promovidos pela SEPLAG fornecem uma caracterização municipal onde é possível compreender a importância da formulação de um Plano de resíduos sólidos. Destacam alguns indicadores sanitários abaixo:

- Internações totais – 36 mil
- Internações por doenças infecciosas e parasitárias 4,45% das internações 2017
- Internações por doenças de veiculação hídrica 0,98% das internações 2017
- Óbitos totais – 4,5 mil
- Óbitos por Doenças infecciosas e parasitárias 6,04% dos óbitos de 2016

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

- **Reciclagem:** Promover apoio às associações de catadores de reciclagem grandes responsáveis pela reciclagem. - Implantar o Programa de Reciclagem que visa subsidiar Cooperativas de Catadores.
- **Aterros;** atentar a localização dos aterros, bem como nos métodos utilizados. Promover a recuperação de aterros e implantação de políticas regionais de controle e destinação de resíduos sólidos.

- Programas e ações de **educação ambiental**; com a promoção e prática da articulação entre a política ambiental e urbana, em especial a de habitação.
- Promover estudos de intervenção considerando a **geomorfologia fluvial** frente às áreas de declive e sua ação hídrica sobre as áreas planas provocando enchentes e acúmulo de sedimentos.

SEGURANÇA URBANA

Urbanização é um tema que, muitas vezes, passa despercebido no debate sobre Segurança Pública. Ainda que não seja evidente em uma rápida análise, existe relação causal entre políticas urbanas e habitacionais e o enfrentamento da questão da segurança pública.

Segundo o Atlas da Violência, “quando as expectativas futuras dos cidadãos se deterioram, quando o medo começa a imperar, deixa-se de confiar nas instituições do Estado, e as pessoas passam a abandonar o espaço público, segregam-se dentro de condomínios e compram armas de fogo. (...) fazendo deteriorar as condições de segurança no presente e recrudescer as taxas de crime no futuro” (IPEA, 2018). A forma como pensamos a cidade é um reflexo do nosso sistema político, os conflitos urbanos não existem independentemente das relações sociais, pois “os crimes não ocorrem no vácuo, mas em contextos espaciais concretos, dotados de atributos específicos que controlam a incidência dos mesmos” (IPEA, 2018).

Na gestão urbana em Juiz de Fora, o Estado apresenta-se progressivamente a serviço do poder econômico, garantindo a segurança para a porção minoritária - porém dominante - da sociedade e excluindo pobres e negros, perpetuando todo um sistema desigual, concentrador, racista, violento e lastreado na dominação através do espaço. Modelo que alimenta o estereótipo das favelas, vilas, comunidades pobres e

assentamentos precários como *locus* do mal, associados ao tráfico de drogas e violência como se fossem características inerente a tais espaços e não como o resultado sistêmico da desigualdade social.

A forma e a produção do espaço urbano em Juiz de Fora é conduzido por uma pequena elite política e econômica que modela a cidade precisamente de acordo com seus interesses particulares, reservando para si os melhores pedaços, as melhores localizações do solo urbano, deixando o resto para a parte mais vulnerável da sociedade, transformando todo e qualquer fragmento do espaço urbano em terrenos funcionais conforme o apetite do mercado imobiliário. Nas últimas décadas o crescimento de projetos residenciais de condomínios fechados exemplifica o processo de controle da classe dominante e segregação socioespacial. Assim, os cidadãos acabam ficando apartados da produção da cidade e estas cada vez mais divididas, gentrificadas e propensas a conflitos.

Em bairros mais abastados de Juiz de Fora, o contato da população com forças policiais é praticamente inexistente. Os conflitos que acontecem na escola são resolvidos no próprio ambiente escolar e confusões nos condomínios são mediadas por outros moradores. Para crises de saúde mental e problemas com drogas, ambulâncias são chamadas. A população desses bairros já possui as condições mínimas necessárias para viver (habitação digna, emprego, acesso a serviços de saúde etc.), elementos que deveriam ser garantidos à totalidade da população para o enfrentamento da violência urbana.

Em contrapeso, a realidade de parte da população especificamente negra e pobre é a de inexistência de direito a cidade, é uma restrita mobilidade e circulação pelo espaço urbano e essa circunstância se agrava ao constatar-se que tal desprezo se confirma em outros objetos. Este segmento da população também figura, incontestavelmente, a clientela preferencial dos sistemas tanto tributário (pagando mais impostos proporcionalmente e sem compensação justa em proventos), quanto carcerário (aproximando-os de mais violência e da criminalidade mais organizada). Tal cenário torna diminuta a possibilidade de ascensão social, suscitando sentimento de exclusão, desesperança e aumentando, conseqüentemente, a probabilidade de conflitos sociais.

Ao admitir a cidade como palco das relações sociais, suas desigualdades e conflitos, os excluídos são literalmente e simbolicamente marginalizados: afastados dos espaços nutridos de infraestrutura, do acesso a políticas públicas e do direito de participarem das decisões e proporem a cidade que almejam.

As possíveis soluções para violência urbana em Juiz de Fora perpassam pela reconfiguração do modelo de cidade. Mediante diretrizes justas, equitativas e democráticas de transformação de ambientes e garantindo condições de habitabilidade com serviços públicos e infraestrutura básica - em oposição a concepções militarizadas, sob o signo do populismo penal midiático bem como a criminalização da pobreza.

Combater a violência urbana zerando o déficit habitacional é economicamente viável, considerando o cemitério de imóveis públicos, vagos e cada vez mais degradados. Procedimento que protege o interesse público frente ao lucro particular do setor imobiliário e ainda conduz à desoneração do sistema de saúde pública.

A retomada do espaço público por atividades e expressões políticas, artísticas e socioculturais incide na diminuição do espaço “apto” para que sobrevenha comportamento violento e a incidência de crimes. Urge, enfim, evocar soluções para a violência urbana a partir de uma política voltada à efetivação do pleno exercício do direito à cidade, ou seja, na organização de uma Juiz de Fora cujos espaços públicos “promovam interações sociais e participação política, permitam a manifestação de expressões socioculturais, abracem a diversidade e alimentem a coesão social”.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

- Reintegrar espaços urbanos abandonados, subutilizados ou degradados mediante a recuperação de antigos (ou a criação de novos) usos e atributos urbanísticos ou naturais.
- Converter imóveis públicos e subutilizados para fins de interesse social.
- Promover interações sociais e participação política nos espaços públicos, oportunizando a manifestação de expressões socioculturais, acolhendo a diversidade e alimentando a coesão social.
- Tornar os espaços públicos ambientes inclusivos, acolhedores e atraentes à população em geral inspirando (provocando / impulsionando) sua ocupação por

diferentes formas de manifestações fomentando uma economia popular diversa e inclusiva.

- Tornar os espaços públicos receptivos à sua ocupação. Providos de equipamentos e ambientes cuidados e com boa manutenção, preparados (configurado / planejado) para tipos de atividades diversas e para as necessidades de diferentes grupos; criar espaços públicos na cidade como um todo e não só em regiões nobres.
- Criar programas e ações preventivas no campo social em locais com incidências de crimes violentos.
- Desenvolver políticas para o desenvolvimento esportivo, cultural e artístico de idosos, crianças e jovens.
- Promover acesso a diversas outras oportunidades para o desenvolvimento cidadão: educação de qualidade, trabalho e geração de renda, cultura, lazer, esporte etc.
- Distribuir equitativamente os investimentos em infraestrutura priorizando uma significativa parcela dos recursos municipais em territórios historicamente relegados, precários e apartados do restante da cidade.
- Apoiar o comércio de bairro, priorizando investir na infraestrutura e mobiliário urbano de qualidade (em especial, iluminação e banheiros públicos) em torno dos polos gastronômicos, centros de comércio popular e espaços públicos de cada região administrativa, articular a integração ao sistema de transporte público, garantir segurança, e promover a fiscalização e orientação sobre a logística atrelada ao comércio (horários e locais de carga e descarga).
- Priorizar investimentos em áreas de vilas, favelas e periferias, articulando políticas públicas de habitação e infraestrutura urbana.

CULTURA, PATRIMÔNIO E PAISAGEM

O planejamento urbano também se responsabiliza pelo resgate da história, garantia da memória, preservação do patrimônio e promoção da cultura, sobretudo, numa conjuntura de transformação da cidade em mercadoria e intensificação do uso do solo. Assegurar que a história dos grupos sociais que construíram a nossa cidade possa ser conhecida para as gerações atuais e futuras, através de objetos e edificações materiais e das manifestações culturais, é imprescindível para a construção de uma cidade para as pessoas e não apenas para gerar lucros para a menor parcela da população.

Nosso modelo de gestão defende que a cultura, a paisagem e o meio ambiente são patrimônios culturais e naturais do povo juiz-forano, refletindo a identidade de nossas matrizes culturais, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade, modos de expressão, vivências, artes e saberes que construíram através do tempo a cidade de hoje. Os espaços, obras, objetos, documentos, edificações possuem um rico valor paisagístico, artístico, histórico, arqueológico, ecológico e científico, que se preservado é um forte aliado do desenvolvimento da cidade, na constituição de um meio ambiente saudável e a qualidade da vida urbana.

Com base no Estatuto da Cidade, na Política do Patrimônio Cultural Material e no Plano Diretor Participativo de Juiz de Fora, entendemos que cabe ao Estado a identificação, a promoção e a proteção do patrimônio em suas vertentes material e imaterial. Destacando que, assim como a produção desses bens são coletivas, a

preservação é impossível sem a legitimação social das ações do Estado. Nesse sentido, a participação dos usuários da cidade, de artistas e promotores de manifestações culturais é de máxima importância na política do patrimônio.

É necessário fortalecer os grupos sociais para uma participação ativa na elaboração de mecanismos de uso e preservação do patrimônio das zonas urbanas ou rurais. E ainda, agir em rede através das secretarias municipais no que compete à dinâmica interna, além de externamente entre município, estado e federação buscando ferramentas para a preservação do patrimônio cultural.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

- Garantir a **execução da Política de Preservação do Patrimônio Cultural prevista no Plano Diretor Participativo de Juiz de Fora - PDP/JF** a fim de valorizar a memória e identidade da população em relação à cidade.
- Assegurar a **preservação do patrimônio cultural material da cidade frente ao desenvolvimento urbano**, prezando pela qualidade de vida frente à geração de lucros.
- Fiscalizar as atividades urbanas para o **atendimento de normas e legislação no licenciamento ambiental e do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)** para os empreendimentos urbanos e rurais.
- Viabilizar e desenvolver **pesquisas** para a identificação de espaços e marcos históricos da cidade de forma contínua.
- Promover a **educação patrimonial** como instrumento permanente de conhecimento individual e coletivo, visando a participação ativa de crianças, jovens e adultos na produção de conhecimento e valorização de bens materiais e culturais da sociedade.
- Promover a **salvaguarda de grupos e atividades tradicionais, tais como a capoeira, a Folia de Reis, os batuques, etc.**
- Fortalecer grupos que promovem a cultura, a memória e a preservação das matrizes culturais que construíram a história da cidade, definindo estratégias para uma melhor política patrimonial.
- Apoiar e conservar espaços públicos de realização de atividades religiosas, em especial as de matrizes africanas.

- Propiciar **espaços e catalisar manifestações culturais e artísticas**, ocupando a cidade de forma descentralizada, para além do centro em direção aos bairros.
- Transformar locais marcados pelo legado autoritário da ditadura-militar ou pelo legado racista e colonialista da escravidão em **espaços de memória** (centros de cultura, memoriais, etc).
- Modificar os nomes de **ruas e prédios públicos** que recordam pessoas, entidades e fatos relacionados ao legado autoritário da ditadura-militar ou ao legado racista e colonialista da escravidão.
- Prezar pela **paisagem urbana** através da fiscalização de placas, outdoors e letreiros nas fachadas.

PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

A problemática do planejamento há algumas décadas é um impasse que atinge grande parte das cidades brasileiras, desde as pequenas cidades até as grandes metrópoles. Sabemos que tal instrumento tem um grande potencial de promover o desenvolvimento urbano e social e ser um grande aliado na redução de desigualdades. Todavia, a forma com que vem sendo implementado e em muitos aspectos negligenciado, o impossibilita de tal papel, isso mesmo apesar de muitas das vezes ser utilizado enquanto discurso, estratégia de solução, saída para os problemas presentes no espaço urbano. Em verdade, o planejamento constitui-se como uma expressão, discurso e prática, dos agentes dominantes atuantes no espaço urbano e do Estado e isso impede o de combater uma urbanização descoordenada, o que repercutirá invariavelmente na qualidade de vida urbana, especialmente em funções como moradia, mobilidade urbana, acesso à cultura, lazer e impactos ambientais. Assim, não deve haver apenas um modelo de planejamento urbano. É preciso considerar o tamanho da cidade, seu histórico e funcionalidade na rede urbana regional e nacional.

No Brasil, o dispositivo preponderante de planejamento das cidades é o Plano Diretor Participativo Municipal, que orienta as políticas de desenvolvimento e expansão urbana. Os desafios do planejamento convergem em duas principais problemáticas: a) elaborar uma legislação genuinamente participativa e capaz de antever obstáculos e

nortear o desenvolvimento urbano e; b) aplicar efetivamente o que é estabelecido por essas legislações, seus programas, planos setoriais, zoneamento etc.

Em 2018 realizou-se em Juiz de Fora, com 8 anos de atraso, a revisão do Plano Diretor Participativo (PDP). Tal processo – tão importante para balizar a postura do poder público frente a ordenação do solo urbano – foi descaracterizado de maneira aguda ao ter uma quantidade importante de itens suprimidos em seu produto final, seu projeto de lei. A peça aprovada pelos vereadores é distinta do rico debate realizado em todo processo que a precedeu, manobra que arrancou, portanto, a legitimidade desempenhada pela participação cidadã e, portanto, pelo interesse público. Conjuntamente, vale ressaltar a inércia do avanço das políticas urbanas e a falta de implementação destas na cidade nos últimos anos, negligenciando um gerenciamento territorial democrático e alinhado aos preceitos do Estatuto das Cidades, sendo subserviente aos interesses do capital privado em âmbito. Diante disso, a aplicação de instrumentos de promoção de política urbana - essenciais para uma política redistributiva e assim uma redução de desigualdades socioespaciais- e as leis de uso e ocupação do solo - essenciais para um ordenamento e controle do crescimento e expansão da cidade e controle da valorização indevida de determinadas áreas, ficaram a reboque, subordinados a subserviência e articulação do poder público diante de uma elite urbana local.

Ainda ao tocarmos no planejamento urbano, ao falar da conformação histórica do espaço urbano brasileiro precisamos assumir que a questão racial se constitui como uma dimensão fundante de sua produção, e basta voltarmos nossos olhares para as cidades que sua paisagem nos revela isso de modo quase que instantâneo. Os quase quatro séculos de regime escravocrata produziram uma segregação, uma divisão social entre dominantes e dominados e nela o elemento raça foi uma das bases centrais. Já em 1850, período em que o regime escravocrata já se encontra em declínio estabelece-se a Lei de Terras, instrumento que viria normatizar para restringir o acesso à terra no país e o início de sua exploração nos moldes capitalistas. Após trinta e oito anos, finda-se a escravidão, sem, contudo, permitir esse acesso à terra ou moradia por parte da população liberta. Tal negação, e falta de reparação história se refletiu diretamente no espaço, expulsão essa população do campo e produzindo espaços segregados na cidade,

desse modo imprimindo nela uma configuração nitidamente segregada racialmente falando.

Todavia, mesmo diante de tal quadro a questão de raça, mesmo sendo um constituinte central no processo, pouco foi encarada, até mesmo em políticas urbanas mais progressistas.

Regionalmente, o município juiz-forano figura ainda distinta centralidade perante a região da Zona da Mata, bem como todo o sudeste mineiro. Historicamente tal circunstância evoluiu no decurso do desenvolvimento industrial e hoje permanece por sua relevância regional no setor terciário, na geração de emprego e renda e na oferta de serviços, sobretudo de educação. Apesar dessa singularidade, Juiz de Fora parece abster-se da oportunidade de racionalizar a relação com cidades convizinhas, otimizando-a.

Um outro fator a ser considerado é a região de influência da cidade que por sua localização próxima aos limites com o estado do Rio de Janeiro se estende sobre o interior do estado fluminense.

Faz-se indispensável um planejamento regional que assuma Juiz de Fora como um polo regional, que engendre uma governança a fim de designar e compatibilizar transformações de ordens logísticas e urbanas como migrações, adensamento populacional, impactos ambientais e sobrecarregamento do sistema de mobilidade e da capacidade de suporte dos sistemas de saneamento, abastecimento, entre outros.

Enquanto centro regional interestadual, com forte primazia populacional na própria Zona da Mata mineira, cabe a esta função uma forte interação de fluxos populacionais, culturais e econômicos que precisam de acompanhamento contínuo para gestar e administrar a cidade e o município enquanto espaço receptor e de demandas externas. Um outro fator a ser considerado diz respeito às migrações sazonais sejam semanais ou anuais, em função de sua importância comercial, de serviços e de atividades de ensino, em especial a universitária.

Desse modo, o planejamento, seja urbano ou regional, implica em ações para alcançar um futuro desejado estabelecendo políticas públicas indutoras de crescimento ordenado. À gestão municipal, cabe gerir e implementar esses planos, aportar inovações

tecnológicas e métodos arrojados de planejamento e atender as demandas imediatas, avaliadas constantemente.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

- Fortalecer uma articulação regional que possa conferir subsídio às políticas setoriais importantes para o planejamento e desenvolvimento urbano.
- Elaborar **planos setoriais** que empreendam a **urbanização de favelas** com instalação de equipamentos urbanos e infraestrutura básica, reforçando e priorizando os investimentos nestas áreas.
- Reconhecimento do problema da **segregação racial no espaço** como uma questão a ser enfrentada no urbanismo, representando-os nas cartografias oficiais que embasam a elaboração das políticas urbanas e dos planos urbanísticos.
- **Negar a urbanização corporativa.**
- O estabelecimento de **políticas de reparação racial** como diretrizes para enfrentar a segregação racial no espaço urbano
- Dar **celeridade na elaboração e implantação dos Planos de Regionais de Estruturação Urbana (PEUs)** garantindo-lhes conformidade com intenções e diretrizes estipuladas no processo de revisão do Plano Diretor Participativo.
- Restringir a produção de Projetos de Lei Complementares com teor de alteração na **Lei de Uso e Ocupação do Solo** e políticas territoriais que deturpam as intenções e diretrizes do Plano Diretor Participativo.
- Elaborar estudos para avaliação da **adoção do modal ferroviário como estratégia de desenvolvimento e acessibilidade** na microrregião de Juiz de Fora e menos impacto sobre o tráfego nas vias de acesso ao centro da cidade.
- Elaborar método de concepção para um **Plano Diretor Regional** reconhecendo Juiz de Fora como Núcleo Regional visando diálogo entre planos e projetos de desenvolvimentos municipais das cidades da Zona da Mata.
- Valorizar o investimento público feito em planejamento **acatando as proposições construídas em instâncias participativas.**

- Usar os instrumentos previstos no Estatuto das Cidades para a transformação em uma cidade justa e inclusiva, valorizando o cumprimento da **função social da propriedade** e a **qualidade de vida urbana**.
- Estender o **caráter participativo** para além da elaboração do plano diretor, mas também na sua **implementação, controle e fiscalização**.
- Dar visibilidade e estabelecer **diálogo da prefeitura com a associação de moradores** valorizando a leitura comunitária sobre os espaços de moradia e convivência social na cidade.
- Empreender com regularidade **convenções entre as associações de moradores** de cada região da cidade e, também, com todas em conjunto.
- Ter maior controle sobre as empresas prestadoras de serviço vinculadas à infraestrutura urbana, de limpeza urbana e de transporte público, em especial dos itinerários entre bairros de modo a amortizar o impacto do trânsito na área central da cidade.
- Acolher e conduzir o debate sobre **“verticalização x espraiamento”** com compreensão precisa das consequências socioambientais e econômicas tanto do adensamento urbano quanto da expansão urbana.
- **Ampliar a arborização**, sua manutenção e acompanhamento técnico de modo a contribuir para a qualidade do ar e da circulação de pedestres nas vias públicas.
- Adequar ações de urbanização territorial no espaço urbano considerando as características do relevo e da hidrografia, assim como do incremento da arborização a partir de um diálogo entre técnicos e moradores e entidades da sociedade civil.
- Articular ações de manejo ambiental da rede hidrográfica a partir da qualidade do saneamento básico e da ampliação e conservação da rede de esgotos. Assim como ações constantes de paisagismo nas beira-rios de modo a impedir edificações e garantir a qualidade da água.
- Dar publicidade e divulgação dos trabalhos da COMPUR assegurando **transparência na gestão do Fundo Municipal de Urbanismo**.

LGBTQIA+

A sigla LGBTQIA+⁵ não é unanimidade se formos buscar referências que tratam desta temática, o que é um assunto de suma importância para que possamos entender, a partir da própria realidade desta população, as determinações histórica e socialmente específicas dos tido como “desviantes da norma”. Apesar deste assunto ser importante, buscaremos, aqui, nos aprofundar naquilo que une as pessoas reais que são englobadas por esta sigla: a violência e abjeção sistemática e compulsória perpetrado pela família, por dispositivos do Estado, por meios de comunicação e por todo o aparato econômico-jurídico-político que funcionam para legitimar e naturalizar a violência e docilização da população LGBTQIA+.

As ofensivas contra essa população não se dão de forma homogênea, pois é justamente a diversidade exigida pelas transformações da acumulação do capital que objetiva os avanços demandados pelo Estado para garantir sua dominação enquanto classe. Tudo isso encontra legitimidade e normalidade na sociedade onde impera o Capital, que adquire contornos mais profundo em relação à nossa formação social baseada em um processo de colonização violento e particular do restante da América

⁵ “O que é LGBTQIA+? Um passeio entre as infinitas letras”. Esquerda Online. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2020/07/26/o-que-e-lgbtqia-um-passeio-entre-as-infinitas-letras/>>. Acesso em 30/07/2020.

necessário para uma economia pautada na monocultura latifundiária e em um processo de dominação com papel central da Igreja. Ao analisarmos nossa história concreta podemos perceber porque tais opressões encontram substância histórica para se tornarem *modus operandi* da violência banalizada por uma gama também diversa de mecanismos e dispositivos da sociedade atual.

O Brasil ainda continua sendo o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo⁶. Execuções que reforçam o quanto vivemos em um sistema que precisa, antes de qualquer coisa, continuar a fortalecer e garantir a propriedade privada, que condiciona a necessidade da criação de um sistema policial e penitenciário pautados nos interesses das classes dominantes. Através da concentração monopolista dos meios de produção e reprodução da vida social na mão de poucas famílias, as demandas muito mais do só econômicas podem ser executadas. Reforçamos que o caráter econômico é de suma importância, mas somente uma análise dialética que envolva a vida social de forma complexa pode considerar e apreender demais determinações que caracterizam este processo. Dessa forma, como nos alertam Amanda Palha e Guilherme Ferreira:

O desenvolvimento global do capitalismo, em seus territórios, gera formas próprias capitalistas de organização das relações de sexo e gênero, bem como de suas instituições. A família individual, heterossexual e monogâmica, nesse sentido, ocupa papel central, se apresentando tanto como unidade econômica da sociedade (ENGELS, 1974) quanto como eixo de consolidação da ideologia sexual dominante (BONFIM, 2013).⁷

O que coloca a família monogâmica com papel elementar na (re)produção da cis-heterossexualidade de forma compulsória para a garantia e o controle da reprodução da classe trabalhadora - que para o espanto de alguns pesquisadores com vícios eurocêntricos, também é composta por pessoas LGBTQIA+. O que nos permite entender as razões e algumas determinações da maneira como tal população vem sendo

⁶ “Em 2019, 124 pessoas trans foram assassinadas no Brasil”. Brasil de Fato. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/01/29/em-2019-124-pessoas-trans-foram-assassinadas-no-brasil>>. Acesso em 11/09/2020.

⁷ “Políticas penitenciárias e o aprisionamento de pessoas trans: uma análise preliminar do caso latino-americano”. (PALHA, Amanda; FERREIRA, Guilherme, 2016).

reprimida, ao longo dos anos, pela nossa gênese patriarcal, colonial e cristã, que balizam a efetivação da exploração necessária para a reprodução da sociedade de classes. O que gera uma normalização, cada vez mais comum, de ideais conservadores e religiosos, baseados no fundamentalismo moral e nos “bons costumes”. Esse tipo de ideologia está pautado na cis-heteronormatividade, isto é, tudo que foge ao padrão social binário de homem/mulher, que não reforça o mito de um suposto “sexo biológico” e de um gênero naturalmente dado, e que ultrapassa a condição heterossexual, é sistematicamente relegada à assuntos secundários ou, mais frequentemente, é reprimida e eliminada como prática fundamental das instituições da sociedade burguesa.

A família monogâmica tem como necessidade a garantia da mulher como submissa às vontades e demandas de seu marido, homem cis-hétero, como padrão de reprodução. Todos os membros da família são subordinados ao centralismo patriarcal. Isso engendra, por um lado, a garantia de suas realizações públicas (com a família legitimada pelo casamento), e, por outro, garante a realização de suas necessidades privadas. O que nos faz entender que a família monogâmica produz sujeitos compulsoriamente cis-heterossexuais, assim como produz toda a organização e sistematização do mercado sexual, onde se encontram massivamente as mulheres trans e travestis brasileiras. “No Brasil, 90% da população transexual e travesti tem a prostituição como fonte de renda e possibilidade de subsistência”.⁸ Historicamente, o desenvolvimento do patriarcado está intrinsecamente relacionado com a necessidade da prostituição/mercado sexual, que tem inerente à sua reprodução a precarização das condições de existência dessas pessoas que sobrevivem do trabalho sexual. Isso porque vivemos sob a intensificação das investidas do neoliberalismo que, segundo as contribuições de Rafael Toitio, podemos entender:

“[...] o neoliberalismo é, antes de tudo, um conjunto de concepções de mundo que defende a universalidade do mercado na ‘organização’ da sociedade. É também uma forma de vida e um conjunto de normas de conduta pautados na lógica da concorrência. No âmbito da linguagem, ele se expressou por meio de uma variedade de formas, ganhando ‘tradução’ num conjunto de categorias que se tornaram (em vários contextos) cotidianas: o ‘empreendedorismo’ e a ‘empregabilidade’, que responsabilizam o indivíduo pelo próprio sucesso econômico e social; o

⁸ “Emprego formal ainda é exceção entre pessoas trans”. Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/01/emprego-formal-ainda-e-excecao-entre-pessoas-trans.shtml>>. Acesso em 11/09/2020.

reforço do discurso do direito de propriedade como uma questão de liberdade e igualdade formal; a ‘flexibilização’ de leis e mecanismos que atrapalham a ‘livre’ acumulação e circulação do mercado (financeiro); a ‘responsabilidade social empresarial’, que defende uma pretensa ‘consciência cidadã’ para as empresas que tentam propor uma ‘resposta’ para as questões sociais; o discurso da ‘racionalização’, ‘profissionalização’ e ‘tecnificação’ de processos políticos; e o inalcançável ‘Estado mínimo’, que essencializa o Estado como um ente corrupto e ineficiente.”⁹

Essa passagem não só explana algumas considerações fundamentais acerca do que é o neoliberalismo, como também nos ajuda a pensar que a emancipação da população LGBTQIA+ não pode cair nessa lógica de “empoderamento” pelo consumo, visto que é justamente o fomento deste tipo de condições de existência da vida social que permite a banalização da violência, que é tão caro para nós LGBTQIA+. Só para se ter uma noção do tamanho da precariedade, miséria e violência de tais condições, uma informação chocante é que a idade média de uma pessoa trans no Brasil é de 35 anos.¹⁰

Essa opressão sofrida pela população LGBTQIA+ é tão cotidiana que, segundo o relatório anual de mortes do Grupo Gay da Bahia - GGB - de 2019, a cada 26 horas, uma pessoa LGBTQIA+ é morta no Brasil, totalizando 329 homicídios e suicídios registrados¹¹. Um outro dado, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA -, o Brasil subiu 48% no número de casos de assassinatos de pessoas travestis e transsexuais entre janeiro e abril de 2020, comparado ao mesmo período dos anos anteriores¹².

Em nossa cidade a situação não é diferente. Em 2019, um projeto do Núcleo de Atendimento e Cidadania LGBTQIA+ de Juiz de Fora realizou uma pesquisa no intuito de coletar dados relativos às violências sofridas por uma pequena parcela dos sujeitos LGBTQIA+ da cidade em decorrência de sua identidade de gênero e/ou orientação sexual¹³. Os resultados mostram que 77% das pessoas entrevistadas já sofreram algum

⁹ “Cores e Contradições: A luta pela diversidade sexual e de gênero sob o neoliberalismo brasileiro”. (TOITIO, Rafael, 2016, p. 30).

¹⁰ “Expectativa de vida de transexuais e travestis no Brasil é de 35 anos”. Observatório do Terceiro Setor. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-travestis-no-brasil-e-de-35-anos/>>. Acesso em 11/09/2020.

¹¹ “Brasil registra 329 mortes de pessoas LGBT+ em 2019, uma a cada 26 horas”. UOL Universa. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/04/23/brasil-registra-329-mortes-de-lgbt-em-2019-diz-pesquisa.htm>>. Acesso em 30/07/2020.

¹² “Assassinatos de pessoas trans voltam a subir em 2020”. ANTRA Brasil. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/category/violencia/>>. Acesso em 30/07/2020.

¹³ “Violência e Homotransfobia: uma análise sobre os preconceitos e as agressões contra a população LGBTQI+ em Juiz de Fora”. (DE OLIVEIRA, Júlio Mota; RODRIGUES, Marcelo Carmo, 2019.)

tipo de violência por conta da sua condição sexual e da sua identidade de gênero e, dentre elas, apenas 10% recorreram às autoridades competentes. Além disso, 77% desses indivíduos não se sentem seguros para realizar qualquer tipo de denúncia LGBTQIA+fóbica nas instituições existentes na cidade.

Se faz mais do que necessário pensarmos com centralidade e importância necessária as questões da população LGBTQIA+. Sem que deixemos de fazer a crítica de que os avanços circunscritos na institucionalidade burguesa não garantirão a emancipação humana, não podemos, também, deixar de lado as possibilidades objetivas que as disputas políticas e sociais colocam para a organização da classe trabalhadora. Contanto que sejam planejadas e feitas de forma estratégica, visando a conquista/garantia de direitos históricos desta população, mas tendo a ousadia de avançar para a criação do poder popular.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

Visto a necessidade de ações públicas para minimizar e, até mesmo, mitigar as opressões sofridas pelos sujeitos LGBTQIA+, inicialmente, propormos:

- Criar um Conselho Municipal LGBTQIA+, com representação da sociedade civil e com financiamento próprio;
- Fomentar iniciativas, com controle social, que possibilitem a plena implementação das ações previstas na Lei Municipal 9.791, conhecida como Lei Rosa;
- Criar um Observatório Municipal – com poder popular e participação LGBTQIA+ –, que tenha como objetivo mapear a violência contra as pessoas LGBTQIA+ para geração, registro e disseminação de dados;
- Ampliar o atendimento 24 horas da Delegacia da Mulher e aplicação da Lei Maria da Penha às mulheres trans e travestis, centralmente as negras, independentemente dos registros civis e da realização de procedimentos médicos de feminilização, bem como criar um setor especializado em violência LGBTQIA+fóbica organizado por um Núcleo de Atendimento Policial a pessoas LGBTQIA+. Além da criação de um espaço seguro que abrigue as pessoas que sofreram violência doméstica pelo período que for necessário e com profissionais capacitados para o atendimento das necessidades diárias dessas pessoas.

- Elaborar programas de treinamento de agentes penitenciários para enfrentamento da violência à população LGBTQIA+ privada de liberdade, especialmente mulheres e homens transexuais e travestis, além de desenvolver programas de inclusão dessas pessoas ao mercado de trabalho;
- Criar mecanismos de proteção e divulgação ampla das informações que ajudem no combate contra a violência doméstica aos sujeitos LGBTQIA+;
- Garantir assistentes sociais e psicólogos em todas as escolas públicas municipais, para a defesa de crianças e adolescentes em situação de risco de violação aos direitos humanos e na proteção contra as violências no desenvolvimento de sua identidade de gênero e/ou sexualidade;
- Aplicar treinamento especializado aos profissionais que trabalham na defesa dos direitos da criança e do adolescente (conselheiros tutelares, instituições registradas e profissionais do CMDCA, etc) sobre situações de violência sofrida por LGBTQIA+ com menos de 18 anos completos.
- Atualizar, fortalecer, sondar e formalizar a rede socioassistencial; mobilizando instituições no município juntamente ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e trabalhar na difusão de material pedagógico quanto às especificidades da população LGBTQIA+.
- Efetivar as normativas que disciplinam o acompanhamento psicossocial especializado às pessoas LGBTQIA+ vítimas de violências, promovendo a criação dos Centros de Promoção e Defesa dos Direitos LGBTQIA+ e o fortalecimento dos CAPS, CRAS, CREAS, casas de apoio, Centro POP de maneira a efetivar uma política pública efetiva no município de Juiz de Fora;
- Construir, a partir do Centro de Referência LGBTQIA+, um banco de dados sobre as condições de vida, relações sociais e acesso aos bens de consumo coletivos da população LGBTQIA+, com a finalidade de mapear os locais mais apropriados para realização de investimentos em saúde, educação e inclusão social dessas pessoas;
- Criação de um Serviço Especializado de Atendimento à Família LGBTQIA+, em especial pessoas trans e travestis, que tiveram os laços familiares rompidos por conta de conflitos no desenvolvimento da sua identidade de gênero e orientação sexual, com o objetivo de evitar sua evasão escolar, danos psicológicos ou a exclusão do convívio social;

- Fomentar políticas inclusivas para a população LGBTQIA+, principalmente a pessoas trans e travestis, ao mercado de trabalho, desde capacitação profissional até cotas em concursos públicos;
- Incentivar a criação ou desenvolvimento, dos já existentes, empreendimentos e cooperativas voltados à população LGBTQIA+ de Juiz de Fora, em especial pessoas trans e travestis;
- Implementar políticas inclusivas nas escolas, evitando a evasão de pessoas trans e travestis e a discriminação de pessoas LGBTQIA+, capacitando o corpo docente e administrativo da cidade, por meio de uma construção coletiva entre professores, universidades, comunidades e conselhos LGBTQIA+;
- Incentivar os projetos existentes na cidade e na universidade, voltados ao setor LGBTQIA+, e destinar verbas públicas para garantia de suas continuidades e a criação de novos;
- Dar formação em Direitos Humanos e Diversidade Sexual para os agentes públicos, destacando a importância e necessidade do enfrentamento à LGBTQIA+fobia e ao sexismo na construção de um projeto democrático de sociedade;
- Criar habitações coletivas e incentivos de assistência moradia para acolher pessoas LGBTQIA+ expulsas de casa, principalmente pessoas trans e travestis;
- Ampliar o acesso de pessoas trans e travestis ao tratamento de mudança de gênero, tendo respeitadas sua dignidade, cidadania, nome social e oferta de todo atendimento psicossocial necessário e demandado pela pessoa;
- Lutar pela revogação imediata da EC 95, a EC da Morte que com sua política de teto de gastos incentiva e aprofunda mais ainda o sucateamento da saúde e educação pública brasileira.
- Garantir políticas públicas transversais voltadas à população trans e travestis, passando pelos diversos equipamentos públicos do município, desde a educação básica, mercado de trabalho, cultura, segurança pública, assistência social, de saúde, entre outras;
- Garantir pelo SUS o tratamento e acompanhamento necessário ao do processo de hormonização e do processo de transgenitalização, levando em consideração todos os aspectos legais, sociais, psicológicos, não se restringindo apenas a saúde biológica.

- Assim como a garantia de aborto e tratamento ginecológico para mulheres cis e homens trans com qualidade e segurança.
- Valorização dos salários e das condições trabalhistas dos profissionais que trabalham com a população LGBTQIA+

MULHERES

Nos últimos anos, observamos um aumento expressivo da desigualdade social em todo o nosso país, com o crescente empobrecimento da população, além do desemprego e da inflação, que atingem com força a vida de milhares de brasileiros e brasileiras. Tal situação tem se aprofundado diante das medidas econômicas ultraliberais adotadas pelos atuais governantes (como o presidente Bolsonaro e o governo Zema, em MG), os quais só favorecem os interesses dos mais ricos. Esse cenário torna-se ainda mais penoso quando pensamos na realidade vivenciada pelas mulheres trabalhadoras, sobretudo as negras, LBTs, indígenas e rurais, pois são estas que, historicamente, enfrentam a desigualdade social de forma ainda mais intensa.

A profunda desigualdade de gênero e patriarcal atinge as mulheres em diferentes esferas da vida social. No campo do trabalho, as excluindo ou delegando-as aos postos mais precários e desvalorizados. No lar, vivenciando a sobrecarga de tarefas e a violência doméstica. Na dificuldade de acesso a demais direitos fundamentais, como saúde, educação, transporte e moradia. Por fim, em decorrência do assédio moral e sexual cotidianamente propagado pela imperante cultura do estupro. Sabemos que o machismo, assim como o racismo, é um elemento que estrutura a nossa sociedade, que privilegia o lucro de poucos em detrimento da vida de muitos. Realidade esta que os dados podem demonstrar.

Segundo o Atlas da Violência (2020) recentemente publicado, no ano de 2018, uma mulher foi assassinada a cada duas horas no Brasil, totalizando cerca de 4.500 vidas arrancadas em apenas um ano como consequência do machismo estrutural, sendo que 68% das mulheres assassinadas eram negras. Em Minas Gerais, o agravante do racismo também pode ser evidenciado: dos 349 casos de feminicídio registrados neste mesmo ano, 241 (69,7%) vítimas eram mulheres negras. A violência doméstica representou 30,4% dos casos de homicídio de mulheres em 2018, havendo um aumento de 8,3% dos registros de feminicídio ocorrido dentro de casa.

Os dados levantados pelo IPEA (2017), no estudo “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça”, reafirmam que a opressão e a superexploração das mulheres se sustentam a partir de múltiplas formas de violências, no âmbito privado e na esfera pública. Mesmo com conquistas importantes arrancadas com décadas de luta feminista e organização da classe trabalhadora, nos últimos 15 anos, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho pouco avançou, sendo que quase metade das brasileiras em idade ativa se encontram fora do mercado de trabalho.

Da mesma forma, a taxa de desemprego é maior quando comparada a situação das mulheres (11,6%) e homens (7,8%), em especial, das mulheres negras (13,3%). O mesmo estudo revelou, ainda, que, em 2015, o trabalho doméstico representava a ocupação de 18% das mulheres negras e 10% das mulheres brancas no Brasil, sendo ainda um desafio a garantia de direitos, proteção social e salário digno a essas trabalhadoras. Além disso, a prevalecente realização do trabalho doméstico não-remunerado pelas mulheres e a consequente dupla/tripla-jornada é uma realidade que pouco se alterou nas últimas décadas.

Todo esse cenário vem se aprofundando com o crescente desmonte dos direitos sociais e das políticas públicas, somado aos impactos da pandemia do coronavírus. No atual contexto, as mulheres vêm atuando na linha de frente como maioria entre as(os) trabalhadoras(as) da saúde, da limpeza e demais serviços essenciais (estando, com isso, mais expostas à contaminação do vírus). Ao mesmo tempo, observou-se o aumento da sobrecarga das tarefas relacionadas ao lar e ao cuidado, bem como o aumento dos casos

de violência doméstica durante o período de isolamento, conforme apontado pelo relatório da ONU Mulheres.

Em Juiz de Fora, só no primeiro mês de pandemia, em maio, foram registrados 380 casos de violência doméstica contra a mulher. Desde 2013, ano de inauguração da Casa da Mulher, até ano passado (2019), foram registrados mais de 15 mil casos de violência machista na cidade, seja ela de natureza física, sexual, psicológica, moral ou de outro tipo. Mesmo com os avanços da Lei Maria da Penha (2006) e a existência de um centro de referência no atendimento à mulher vítima de violência no município, temos ainda muito a conquistar para fazer de Juiz de Fora um lugar seguro e acolhedor para as mulheres. Queremos e, juntas(os), podemos fazê-lo!

Precisamos avançar na elaboração e aprovação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, garantindo ampla participação popular e controle social, de modo que possamos refletir sobre as reais necessidades enfrentadas pelas mulheres em Juiz de Fora, compreendendo as especificidades e agravantes nas condições de vida das mulheres negras, LBTs, jovens, pobres, rurais e periféricas. Precisamos construir uma Juiz de Fora que garanta às mulheres o acesso adequado a serviços públicos de qualidade; uma Juiz de Fora onde as mulheres não tenham medo de serem violentadas nas ruas e/ou dentro de suas próprias casas; uma Juiz de Fora onde as mulheres tenham condições igualitárias de trabalho, estudo e lazer. Precisamos fazer de Juiz de Fora uma cidade efetivamente construída para e pelas(os) 99% da população! Vamos juntas(os)?

COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A violência não pode ser entendida como um fenômeno fechado em si, atemporal ou descolado dos processos históricos e culturais em que está inserida. A análise desse fenômeno, portanto, deve ser feita abarcando sua complexidade, a existência das múltiplas expressões da violência, os diferentes níveis de significação atribuídos a ela ao longo do processo histórico de desenvolvimento da humanidade, e os seus diversos efeitos históricos. A violência contra a mulher está presente em diversas sociedades ao longo da história, sempre atingindo com mais força as mulheres da classe trabalhadora, se agravando conforme as questões de raça/etnia, nacionalidade, etc. No Brasil, por exemplo, tal violência se manifesta desde o período da colonização, além do massacre operado pelos europeus contra os povos nativos. Houve também estupros e exploração sexual contra as mulheres indígenas e negras trazidas da África para serem escravizadas.

Conforme já mencionado, são diversas as formas de violência contra a mulher na sociedade capitalista, acometidas no âmbito privado e público, a qual se manifesta não só através da violência física, psicológica, moral, sexual, patrimonial. Há violência também operacionalizada pelo próprio Estado, como, por exemplo, a violência obstétrica; a falta de moradias e/ou a precariedade destas; mal funcionamento dos serviços de atendimento às vítimas de violência; falta de creches públicas e/ou vagas, são também faces desse complexo fenômeno da violência que atinge de maneira mais severa as mulheres trabalhadoras.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

- Ampla divulgação dos mecanismos de denúncia e dos programas de proteção às mulheres vítimas de violência;
- Ampliação das casas abrigo e criação de uma rede entre elas como meio de garantir atendimento às mulheres e crianças. Defesa das casas abrigo como medida imediata de intervenção nos casos de violência contra a mulher, vinculado ao devido procedimento em relação aos agressores (punição, afastamento, prisão);
- Criação de Juizados Especializados em Atendimento à Mulher em situação de violência, Promotoria Especializada da Mulher, Defensoria Especializada da Mulher, e garantia de funcionamento da Delegacia da Mulher 24h;
- Ampliar e fortalecer os serviços especializados, integrar e articular os serviços e as instituições de atendimento a todas as mulheres em situação de violência;
- Criação e manutenção de Centros Especializados da Mulher em situação de violência;
- Promoção de formação continuada de profissionais especializados no atendimento às mulheres em situação de violência por meio da criação de um projeto pedagógico unificado entre as secretarias.

SAÚDE DA MULHER

Os processos de saúde e adoecimento de toda a humanidade estão intimamente relacionados com o contexto cultural, econômico, político e social vivenciado por esses sujeitos. Logo, quando conversamos sobre a saúde da mulher é necessário analisar e colocar em debate qual é a realidade em que estamos inseridas para o enfrentamento de seus desafios de forma qualificada.

Pensar na saúde da mulher é pensar a violência, em suas mais diversas formas, como um fator de risco para o desenvolvimento de enfermidades físicas e mentais. Segundo o Mapa da Violência de 2015, o Brasil é o 5º país mais violento para as mulheres, com um dos maiores índices de feminicídio do mundo. Dados da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais alertam que somos mais de 360 mulheres violentadas por dia no estado e que até junho do presente ano, já tínhamos ultrapassado 2200 notificações de violência contra a mulher somente na cidade de Juiz de Fora.

Falar sobre a saúde da mulher é falar sobre os índices de mortalidade materna que vêm aumentando nos últimos anos no Brasil, em razão da redução de investimento nas políticas públicas. É falar que a mortalidade materna é intensamente maior entre mulheres negras, do campo e da periferia urbana, por conta da desigualdade social que também se expressa territorialmente no acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS). É falar que as cesarianas são realizadas excessivamente no país. Além disso, o atual cenário de pandemia aumentou os casos de violência obstétrica, além de ter dificultado o acesso a métodos contraceptivos.

Analisar a questão da saúde da mulher é analisar os nossos direitos sexuais e reprodutivos, reivindicando que as políticas públicas direcionadas à saúde da mulher não se limitem ao aspecto reprodutivo e abarquem a nossa diversidade sexual. Pelo investimento cada vez maior nas políticas de educação e saúde! Para que as trabalhadoras se eduquem sexualmente e tenham sua autonomia contraceptiva respeitada. Para que a interrupção voluntária da gravidez seja oferecida gratuitamente, realizada por profissionais de instituições públicas! Para que as trabalhadoras acessem a saúde enquanto direito e não mercadoria!

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

- Ampliação das políticas de Atenção Integral à Saúde das Mulheres no Sistema Único de Saúde;
- Garantia do acesso facilitado à métodos contraceptivos seguros em todas as UBS da cidade;
- Garantia do atendimento integral, humanizado, transdisciplinar e de qualidade em toda a rede de atenção materno infantil desde o pré-natal até a atenção ao recém-nascido;
- Investimento em equipamentos (salas e quartos) que facilitem o parto humanizado;
- Abertura de concurso público para doulas certificadas em todas as unidades hospitalares que atendam partos;
- Fortalecimento de programas de estágio de doulas para garantir a formação dessas profissionais;
- Assistência qualificada e humanizada à gravidez, ao parto, ao puerpério e ao aborto, a fim de reduzir a morbimortalidade materna, especialmente de mulheres negras;
- Garantir, em todos os hospitais públicos do município, a informação e o acompanhamento necessários para a prática do aborto nos casos autorizados pela lei, respeitando o princípio de autodeterminação da mulher sobre seu próprio corpo.

TRABALHO E RENDA DA MULHER

Vivemos em uma sociedade que segmenta e hierarquiza com a divisão sexual e racial do trabalho, cujo ônus recai de forma mais pujante sobre as mulheres trabalhadoras, negras e LBTs. Nesse sentido, as mulheres ainda enfrentam inúmeras dificuldades para ocupar determinados cargos e profissões notadas e historicamente tidas como masculinas em nossa sociedade. Ganham menos que os homens, não raro, para desempenhar a mesma função, com o peso de múltiplas jornadas, envolvendo o trabalho fora e também dentro de casa com a responsabilização pelo trabalho doméstico de cuidado dos filhos, idosos etc. Quando falamos de mulheres que estudam e se organizam politicamente, essa jornada é ainda mais ampliada.

A maioria está no setor de comércio, prestação de serviços e no trabalho informal que cresce exponencialmente em nosso país. A falta de seguridade dessas mulheres no que diz respeito ao vínculo empregatício e à garantia de direitos é um elemento preocupante. As trabalhadoras domésticas, categoria majoritariamente feminina, desempenham longas e intensas jornadas de trabalho e, só muito recentemente tiveram direitos assegurados do ponto de vista legal (ainda que enfrentemos barreiras para sua efetivação). Da mesma forma, cresce enormemente o número de mulheres empregadas na área de *telemarketing* e nos *call centers*, trabalho com grande rotatividade, baixos salários e intensa precariedade.

As mulheres são a maioria nos trabalhos precarizados, cujos principais indicadores são a ausência de proteção social e direitos trabalhistas. Ocupam profissões com pouca qualificação, com baixa remuneração e pouco valorizadas em nossa sociedade, vivenciando longas e intensas jornadas que agravam os índices de

adoecimento; reduzem o tempo dedicado para outras atividades (a exemplo do lazer e estudo), e ainda estão completamente à mercê de ambientes que reproduzem todo o machismo estruturante de nossa sociedade por meio de assédios, múltiplas formas de violência, desvios de função, dentre outros.

A luta contra a exploração do trabalho assalariado; contra o trabalho não-remunerado; contra as demissões imotivadas e indevidas; contra o machismo e a violência nos locais de trabalho; contra a sobrecarga e as múltiplas jornadas e o desamparo no que tange à ausência e a retirada de direitos trabalhistas, sobretudo com as contrarreformas, é um desafio que precisamos encarar! Entendemos que o terreno resolutivo dessas questões e contradições não se dão de forma imediata e nos moldes dessa sociedade patriarcal, racista e capitalista, mas urge a luta e o trabalho contínuo no aqui e agora desde o nosso município para avançarmos!

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

- Criação e incentivo à programas para capacitação profissional de mulheres em diversas áreas e ocupações, estimulando a qualificação e a capacitação permanente;
- Promoção da igualdade de oportunidade ao trabalho com igual salário e com mecanismos que permitam superar a existência de múltiplas jornadas de trabalho das mulheres;
- Promoção de políticas de geração de trabalho, emprego e renda para mulheres do meio urbano e rural do município, estimulando a economia solidária e a valorização do trabalho feminino em múltiplas ocupações;
- Promoção de acesso ao trabalho com igualdade de gênero e com paridade entre homens e mulheres nos cargos de direção;
- Ampliação da licença paternidade e maternidade com a possibilidade de revezamento a partir do sexto mês;
- Garantia de estabilidade empregatícia de um ano à mulher que retorna da licença maternidade;
- Criação de restaurantes, escolas, creches e lavanderias em tempo integral, de qualidade com acesso universal a fim de socializar o trabalho doméstico não remunerado e reduzir a sobrecarga das mulheres, sobretudo das mulheres mães. Há

uma enorme carência de vagas para crianças de zero a três anos, além da inexistência de creches no período noturno. O direito a frequentar a creche é um direito da criança e da família e várias pesquisas apontam a importância da educação infantil para o desenvolvimento e socialização das crianças;

- Implantação de creches e brinquedotecas também nos locais de estudo, nas universidades, faculdades e nos cursinhos pré-vestibulares para que as mulheres não continuem carregando a preocupação sobre onde e com quem deixar seus filhos para estudar;
- Fiscalização e estabelecimento de canais de denúncias em caso de desvios de funções, atrasos e não cumprimento com o pagamento e outros direitos;
- Estímulo à inserção e permanência de mulheres com deficiência no mercado de trabalho formal;
- Combate ao assédio moral e sexual nos ambientes de trabalho;
- Realização de campanhas educativas sobre assédio e violência nos locais de trabalho com estímulo à denúncia e combate à culpabilização das vítimas e ameaças de demissão;
- Preparação junto dos sindicatos e entidades de classe para receber denúncias de assédio moral e sexual no ambiente de trabalho com departamentos femininos, ou secretarias de gênero, ou outra diretoria que congregue mulheres que possam acolher as denunciantes com sensibilidade e o apoio que o momento exige.

EDUCAÇÃO DA MULHER

Durante muito tempo as mulheres foram privadas, formal ou informalmente, do direito à educação escolar. No entanto, nas últimas décadas, as mulheres vêm ocupando cada vez mais cadeiras nas escolas e universidades. De acordo com o PNAD (2019) as mulheres apresentam relativa vantagem nos dados referentes à educação em relação aos homens. O percentual de brasileiros acima dos 15 anos analfabetos, por exemplo, é de 6,6%. Entre os homens, 6,9% são analfabetos e, entre as mulheres, 6,3%. No entanto é importante destacar que entre as mulheres negras, o analfabetismo permanece muito maior do que entre as mulheres brancas.

De acordo com o IBGE (2018) as mulheres possuem mais anos de estudos do que os homens. Entre eles, 15,6% possuem Ensino Superior; entre elas, este número chega a 21,5%. Porém, existe uma grande desigualdade entre mulheres negras e brancas ao Ensino Superior. Entre as mulheres brancas, 23,5% cursam uma Graduação, enquanto apenas 10,4% das mulheres pretas e pardas têm acesso a este nível de ensino.

Mesmo com maior escolaridade, as mulheres trabalham mais e recebem menos do que os homens. Uma pesquisa realizada pelo IBGE apontou que, em 2016, as mulheres dedicavam 18 horas semanais aos afazeres domésticos/cuidados com outras pessoas, o que significa 73% de tempo despendido nestas tarefas a mais do que os homens. Esta desigualdade na divisão das tarefas domésticas faz com que as mulheres brasileiras trabalhem, em média, 3 horas semanais a mais do que os homens brasileiros, apesar de terem um salário médio de 76,5% em relação a eles.

Tudo isso mostra que, embora as mulheres estejam, cada vez mais, tendo acesso à escolarização, ainda temos um longo caminho pela frente, tanto em relação à desigualdade entre mulheres negras e brancas, quanto em relação a fazer com que esta escolaridade das mulheres seja valorizada no mundo do trabalho.

Além disso, muitas vezes, a escola e a universidade acabam se tornando um local violento para as mulheres. Há exemplos de machismo dentro dos espaços escolares, os quais deveriam ser os primeiros a se levantarem contra qualquer tipo de opressão e preconceito. Meninas lésbicas e/ou transexuais, muitas vezes, não se sentem acolhidas na escola, ao contrário, sentem-se violentadas. Infelizmente, são com frequência vítimas de piadas pejorativas dos colegas e até mesmo de professores e, se a escola não as acolhe, a saída acaba sendo a evasão escolar. Outras jovens denunciam assédio sexual por parte dos colegas e professores e, em grande parte, os casos são acobertados, gerando traumas inenarráveis para as vítimas.

Mulheres estudantes que são mães enfrentam grandes desafios para continuarem seus estudos. Com a ausência de creches nas escolas e universidades, estas mulheres, muitas vezes, precisam levar seus filhos para a sala de aula, sendo, em alguns casos, vítimas de grande intolerância e machismo por parte de alguns professores.

É preciso que professores, gestores, corpo técnico, e todos os funcionários e funcionárias das escolas e das universidades sejam capacitados para agir frente a casos de machismo. O espaço escolar e acadêmico precisa ser vanguarda na luta contra o machismo, LGBTQIA+fobia e todo tipo de preconceito! Objetiva-se, assim, educação sexual e inclusiva nas escolas. Devemos lutar por um ensino público, laico, de qualidade, sensível à diversidade de gênero, não sexista, não racista e não lesbofóbico!

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

- Inclusão de uma disciplina de educação sexual e cuidados com as crianças na grade curricular;
- Consolidação na política educacional municipal das perspectivas de gênero, raça, etnia, orientação sexual, geracional, das pessoas com deficiência, e o respeito à diversidade em todas as suas formas, de modo a garantir uma educação igualitária e cidadã;
- Garantia do acesso e permanência de meninas, jovens e mulheres à educação de qualidade;
- Disponibilização de creches nas escolas e universidades;

- Capacitação contínua de todos os professores e funcionários nas escolas e universidades, para que atuem contra o machismo.

PARTICIPAÇÃO DA MULHER NOS ESPAÇOS DE PODER E DECISÃO

As mulheres na construção do Poder Popular

Uma sociedade igualitária e justa deve buscar a participação de homens e mulheres nos espaços de decisão e poder. Hoje, percebe-se que as mulheres ocupam número significativamente menor nos cargos de decisão e na política, o que contrasta com o percentual de mulheres existentes na sociedade. Segundo dados da PNAD Contínua, de 2019, no Brasil a população é composta por 48,2% de homens e 51,8% de mulheres. No entanto, essa maioria da população não é representada em cargos públicos. Os dados do IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais, em 2017, demonstra que a representação política é desigual. Somente 10,5% dos assentos da câmara dos deputados eram ocupados por mulheres. Além disso, em 2016, 62,2% dos cargos gerenciais eram ocupados por homens, enquanto somente 37,8% eram ocupados por mulheres.

A manutenção das mulheres em afazeres domésticos e em cargos pouco valorizados socialmente estimula a manutenção da sociedade patriarcal e machista e a hierarquia de gênero nas instituições e em outros espaços. É fundamental atuarmos para que as desigualdades sejam transformadas!

Nesse sentido é a Lei nº 12.034 de 2009 visa, de maneira geral, realizar a promoção e difusão da participação feminina na política, e impõe algumas exigências aos partidos políticos, a exemplo da necessidade de mínimo de 30% (trinta por cento) de candidaturas do sexo feminino. A mudança na legislação é um avanço importante, mas deve ser seguida de outras medidas. É necessário que o município protagonize

mudanças culturais, institucionais e empresariais, de modo a efetivamente aumentar o número de mulheres eleitas.

No momento atual, as mulheres ainda não gozam, de maneira plena, da participação plena na política municipal. Segundo dados da Prefeitura de Juiz de Fora, baseados no IBGE, em 2010 a população de mulheres em Juiz de Fora era de 272.223 (52,73%) mulheres, enquanto a de homens era de 244.024 (47,27%). Assim, apesar de estarem em maior número na população de Juiz de Fora, ocupam somente 1 dos 19 cargos na Câmara Municipal de Juiz de Fora, nos vereadores da Legislatura 2017-2020.

A participação da mulher em cargos políticos, dentre outros espaços de poder, é essencial para a autonomia das mulheres nas decisões e uma necessidade para o avanço das lutas por direitos femininos e mudanças nas bases patriarcais e machistas da sociedade, proporcionando que os interesses das mulheres sejam efetivamente contemplados e protagonizados pelas próprias mulheres.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

- Criação e implementação de instrumentos normativos que versem sobre a igualdade de oportunidades entre os gêneros, de modo que as mulheres ocupem os espaços de decisão no poder público;
- Estimular a participação e o fortalecimento das mulheres nos mais variados espaços consultivos e deliberativos como nos conselhos locais, regionais e municipais, a exemplo do Conselho Municipal de Direitos da Mulher, associações de moradores, movimentos sociais, sindicais e em demais entidades de classe;
- Divulgação ampliada das reuniões, sessões e eventos na câmara para a população e incentivo à ampliação da divulgação por parte dos conselhos, associações de moradores, movimentos sociais, sindicais e demais entidades das suas atividades;
- Realização de atividades formação e conscientização que discutam e tracem caminhos para o enfrentamento das barreiras do patriarcado que cercam a vida política;
- Defesa da construção do poder popular, para que as mulheres se reconheçam como sujeitos de mudança de sua própria história e o seu papel fundamental na luta.

MOBILIDADE URBANA

Tarifa zero e direito à cidade

O debate de mobilidade urbana não deve estar centrado apenas nas questões municipais, pois elas são parte de um debate que deve ser nacionalizado para compreender a problemática dos sistemas atuais. Falando especificamente do transporte público, é necessário compreender que, em todo país, a forma como se dão os contratos de concessão do serviço público são a razão fundamental da precarização deste. As licitações, que não raramente se dão de forma fraudulenta, expõem as espúrias relações entre o poder público e as empresas prestadoras de serviços, de forma que os lucros dos empresários sempre se sobrepõem à qualidade do serviço prestado.

Uma cidade com boa **mobilidade urbana** precisa ser eficaz nos deslocamentos das pessoas e cargas. Ao contrário, observamos em Juiz de Fora a cidade se aproximando do colapso da mobilidade. No transporte coletivo observamos, nos últimos anos, aumentos abusivos de tarifas enquanto a qualidade da frota de ônibus urbanos piora. Consequentemente, nós, usuários, sofremos com a superlotação dos ônibus em horários de pico, com a má conservação dos veículos e com o excessivo tempo de espera.

Além disso, recentemente, nos deparamos com as constantes mobilizações dos trabalhadores dessas empresas por conta dos frequentes atrasos no pagamento de seus salários.

Portanto fica claro que até hoje os serviços de transporte de massas atenderam aos interesses privados. Uma vez que a qualidade do serviço prestado a população só piora, precisamos nos questionar sobre a viabilidade técnico-operacional dos contratos e apontar em quais pontos as empresas que prestam o serviço não cumpriram com a licitação, para que assim possamos colocar um novo plano de mobilidade urbana e transporte público que atenda às necessidades da população.

Estes problemas relacionados à mobilidade urbana não são exclusividade de Juiz de Fora e se devem as relações pouco republicanas que se observa entre as empresas de ônibus e o poder público em grande parte das cidades brasileiras. Assim, para compreender a situação local é importante observar que são sistemáticos a enorme maioria dos problemas relacionados ao transporte público, de forma que é necessário enfrentar esta problemática em nível nacional, além de construir um novo modelo de gestão integrada de transportes, com participação dos trabalhadores para o diagnóstico e a implementação de soluções a curto e longo prazo.

O direito de livre circulação na cidade é um direito básico e, portanto, defendemos um rigoroso controle público sobre o planejamento das políticas de mobilidade urbana, criando instrumentos que direcione nossas ações para a redução progressiva das tarifas do transporte coletivo, até a implementação da Tarifa Zero, principalmente nas regiões mais pobres e de maior fluxo. Para nós o transporte é um direito universal, assim como a saúde, a educação, a coleta de lixo, o lazer.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

- Apresentar uma política de mobilidade urbana pautada nas necessidades da população, de qualidade e de baixo custo, tendo como prioridade o transporte coletivo público;
- Fortalecer o Conselho Municipal de Transporte e Trânsito – CMTT – valorizando sua autonomia e reformular sua composição, a fim de garantir uma representação plural, ampliando sua capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de mobilidade urbana;
- Implementar a criação de um fundo municipal de mobilidade urbana e transporte coletivo, a partir de fontes de arrecadações como multas de trânsito, cobrança da área azul, repasses federais e estaduais e outros instrumentos previstos no Estatuto das Cidades, que deverá ser gerenciado pelo Conselho Municipal de Transporte e Trânsito – CMTT com o objetivo de melhorar a qualidade do transporte público, diminuindo gradativamente o valor da passagem almejando a tarifa zero;
- Incentivar a utilização de veículos híbridos e que consomem combustíveis menos poluentes, como o biodiesel, para que possamos diminuir a emissão de dióxido de carbono (CO₂) e óxidos de nitrogênio (NO_x), além de diminuir ruídos;
- Potencializar a fiscalização das calçadas, a fim de indicar um padrão de qualidade, garantindo um piso adequado, calçadas planas, rampas de acesso e, em algumas situações, corrimões de acessibilidade e sinalização adequada para que as pessoas cegas possam reconhecer os obstáculos a frente. Além disso, procurar diminuir os degraus dos ônibus e ampliar o número de veículos adaptados para pessoas em cadeiras de rodas com dimensões de acordo com normas de acessibilidade. Nas praças públicas garantir rampas de acesso e corrimões, sinais luminosos acompanhados por sinais sonoros, ampliar as dimensões das portas dos banheiros públicos para permitir que pessoas em cadeiras de rodas possam usar o recinto de forma independente e implantar mecanismos que prolongue o tempo dos sinais para que as pessoas que usam muletas possam andar com segurança pelas ruas;
- Estabelecer uma estrutura permanente no município, denominado **Laboratório de Observação Municipal de Mobilidade Urbana**, com participação de professores e estudantes da UFJF, sociedade civil e técnicos da Prefeitura de Juiz de Fora, com o objetivo de realizar pesquisa e produzir alternativas para melhorar a mobilidade na cidade;
- Criação de um sistema de informação e educação nos pontos de ônibus centrais de maior movimento. Esse sistema será composto de monitor para exposição de imagens e sistema de alto-falantes, monitorados por uma central (semelhante ao olho vivo). Esse serviço pode ser custeado por propagandas de comerciantes locais, além de ajudar no financiamento da Tarifa Zero;

- Utilizar o sistema apresentado no item anterior para implementar medidas de segurança, semelhante as já existentes nos táxis, como a instalação de câmeras e áudios no interior dos ônibus e nos pontos, garantindo mais segurança aos usuários, especialmente às mulheres que são, com muita frequência, vítimas de assédio no transporte público. Além disso, devemos aprimorar a sistema de monitoramento digital, já existente, disponibilizando à população informações mais precisas e com mais qualidade;
- Criação de **linhas específicas para o período noturno**. Essas linhas teriam trajetos diferentes das linhas diurnas, sendo essas circulares bairro/bairro, objetivando atender demandas diferentes existentes no período noturno e garantindo a frequência adequada;
- Promover uma auditoria sistemática na última licitação do transporte público na cidade. O processo de investigação se faz necessário pela existência de problemas da atual gestão do transporte público, em especial o não cumprimento das metas de curto e longo prazo estipuladas pela licitação. Como:
 - ✓ A Construção de terminais de ligação entre as zonas urbanas de Juiz de Fora, conforme a licitação.
 - ✓ Criação de linhas de ônibus interligando as zonas da cidade à UFJF.
- Redução progressiva das tarifas do transporte coletivo, até a implementação da Tarifa Zero, a partir do Plano Municipal de Linhas Urbanas. Iniciando por:
 - ✓ Passe livre estudantil sem restrição de horário e/ou renda. Os estudantes e a juventude trabalhadora utilizam massivamente o transporte urbano, mesmo não possuindo renda para pagar o alto custo mensal dos deslocamentos diários. Muitos moram longe de suas escolas e dependem exclusivamente do serviço de transporte público. Existe hoje um sistema de tarifa zero estudantil para estudantes da rede municipal e estadual, que permite a utilização do sistema apenas por tempo determinado, exatamente antes e depois das aulas. Com a implementação do Passe Livre estudantil, esse sistema se estenderia para a totalidade dos estudantes, sem que haja limitação temporal, de forma a permitir ao jovem estudante, também, o acesso ao lazer e a cultura, assim como quaisquer outros deslocamentos necessários.
 - ✓ Passe livre para trabalhadores desempregados como política pública para o combate ao desemprego - desemprego é a realidade de milhões de brasileiros, que, diariamente, dependem do sistema de transporte público para procurar trabalho, não possuindo condições de arcar com o alto custo atual das tarifas de transporte. O cenário municipal não é diferente, de forma que milhares de trabalhadores em busca de emprego se encontram em situação de vulnerabilidade social, necessitando de políticas públicas amplas para garantir sua subsistência e sua dignidade. A implementação do Passe Livre para esses trabalhadores é uma das formas de garantir o acesso amplo ao sistema de transportes, para que possam não apenas continuar a procurar emprego, mas acessar a totalidade da estrutura urbana.

- **Planejar, estudar e redefinir o Transporte de Cargas**, da cidade, já existente, seus horários e áreas de restrição, a fim de orientar o deslocamento de veículos de carga de modo a não impactar negativamente no tráfego na cidade, além de promover o **progressivo banimento do uso de animais em veículos de tração e carga** - Promovendo a capacitação dos trabalhadores de carroças e charretes e investindo na adoção de tecnologias de transporte que substituam os animais;
- **Consolidar a legislação que regulamenta o serviço de táxi**, preservando a segmentação de mercado (empresas de táxi, táxis convencionais e táxis especiais), direitos adquiridos e dando maior segurança jurídica para motoristas, auxiliares e usuários;
- **Instituir o Plano Municipal de Linhas Urbanas**, partido da rede estrutural de transportes da cidade, para redesenhar o traçado das linhas de transporte coletivo de acordo com a real demanda da população.

MUNICIPALIZAÇÃO: ALTERNATIVA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO

Os problemas da gestão do transporte público em Juiz de Fora e a municipalização como alternativa

A situação do transporte público na cidade é calamitante. Os juiz-foranos que dependem do sistema público de ônibus para se locomover sofrem com a péssima qualidade do serviço ofertado pelas empresas licenciadas. Pagamos caro pelo transporte, o que representa um grande ônus na renda familiar daqueles cidadãos em situação de maior vulnerabilidade. Não bastassem os preços abusivos, ainda temos acesso a uma frota de ônibus absolutamente insuficiente para atender a demanda por transporte da população, o que faz com que grande parcela da classe trabalhadora enfrente diariamente a lotação para chegar ao seu local de trabalho ou de lazer.

A situação do transporte público em Juiz de Fora é agravada pelas falhas da atual licitação, a primeira do município, realizada no governo Bruno Siqueira, especificamente no que se refere à concorrência entre os licitantes. A licitação previu a divisão das linhas de transporte público em 3 lotes, a serem operados por dois consórcios. Apenas três consórcios se habilitaram para o pregão, dos quais dois, o VIA JF e o Manchester, formados pelas empresas que já operavam no sistema de ônibus, foram os vencedores. Fica claro que houve um favorecimento dessas empresas, não apenas no pregão, mas na própria restrição ao número de empresas imposta pela licitação.

Estas empresas que foram favorecidas não cumpriram a totalidade de suas obrigações e com a construção de terminais de ligação entre as zonas urbanas de Juiz de Fora prevista na licitação não foi realizada, sendo uma das medidas mais caras à qualidade da mobilidade urbana em nossa cidade. A curto prazo, a licitação estabelece a criação de 3 (três) desses terminais, no prazo médio de 2 anos após o início do

contrato, prazo este que não foi cumprido pelos consórcios.

A licitação também prevê que os terminais garantam a ligação de todas as zonas da cidade com a UFJF, o que consideramos essencial para garantir não apenas a permanência estudantil aos alunos da cidade, mas a todo conjunto de trabalhadores que na universidade trabalham e também dos que utilizam de sua estrutura. Na situação atual estes trabalhadores e estudantes dependem de poucas linhas, que quase sempre estão lotadas, e não fazem interligação com todas as regiões de Juiz de Fora.

Portanto, há uma necessidade urgente de atender a essas demandas de curto prazo que são negligenciadas pelas empresas de ônibus que controlam o consórcio.

Compreendemos que tal negligência se deve a lógica privada a qual o sistema de transporte está submetido, na medida em que é ofertado por empresas privadas que operam visando o lucro, e não a qualidade do serviço que atende a população. Para ofertarmos para a população um serviço de qualidade, barato, que atenda de forma satisfatória a toda a cidade e que atenda a população nos horários de baixa circulação de passageiros e nos finais de semana, se faz necessário que este serviço opere dentro de uma lógica pública e que esteja submetido ao controle social da população. A municipalização dos transportes públicos, portanto, é a nossa única alternativa para atender a necessidade da classe trabalhadora por condições dignas de se locomover pela cidade.

Dessa forma, é necessário que se realize um processo de investigação que deve ser feito de forma a analisar a totalidade dos problemas da atual gestão do transporte público, visando identificar em quais pontos o contrato não foi cumprido e as falhas deste que justifiquem a rescisão do contrato.

Como alternativa ao serviço privado de péssima qualidade ao qual temos acesso, o nosso partido propõe para a nossa cidade a criação de um empresa pública de transporte, que ofereça o serviço para a população com a devida qualidade, que garanta o passe livre para estudantes e trabalhadores em situação de maior vulnerabilidade e que realize os menores preços possíveis, sempre caminhando em direção à tarifa zero.

CULTURA

Com a formulação e implementação das reformas neoliberais, a lógica de mercado passou a ser reconhecida como superior às demais e passou a prevalecer na formulação das políticas e nas parcerias com as organizações sociais. Cada vez mais o poder público passa para o setor privado a responsabilidade de conduzir a cultura. Vemos pouco sendo feito para formar cidadãos e cidadãs culturais. Tampouco uma política cultural consistente, que englobe tanto a acessibilidade, quanto a produção e a formação de público.

Nas últimas décadas, a inserção da cultura na lógica mercantil, acabou por reduzir o valor legítimo de um bem cultural ao preço, ou seja, é o valor econômico que define o sucesso da indústria cultural. Decorre-se disso, uma censura antecipada: o mercado condiciona os projetos culturais que poderão avançar e os que não. O investimento privado não é altruísta: o retorno chancela as ações. O que ocorre é que uma série de projetos aprovados não é financiada por não possuírem apelo comercial.

Vemos de forma contrária, acreditamos que o estado deve tomar para si o papel de formular políticas públicas voltadas para o bem comum, ou seja, incentivar todos os tipos de manifestações culturais. Deve viabilizar a produção, a divulgação e a apresentação das mesmas, de forma constante, sem se subordinar à vontade do mercado.

O secundarização da atual gestão com a questão cultural é notório. A Lei Murilo Mendes de Incentivo à Cultura, ferramenta fundamental no fomento à produção artística local, por dois anos consecutivos, 2017 e 2018, não teve edital divulgado, repetindo a situação de cancelamento pela quinta vez em sua história. Mesmo com alguns avanços, a burocratização e as formalidades excessivas presentes nos editais ainda restringem o acesso ao financiamento e dificultam a democratização do acesso aos bens culturais e a promoção da cultura na cidade.

As dificuldades do setor se amplificaram de forma drástica com a eclosão da pandemia de Covid-19 e a falta de política por parte do prefeito e da câmara. A necessidade de isolamento social restringiu de forma brutal as possibilidades de realização de atividades culturais, atingindo, principalmente, os trabalhadores da cultura e aprofundando as dificuldades de uma categoria que já, antes da pandemia, vinha lutando para se estabelecer profissionalmente.

É necessário alterarmos esse quadro. A cultura deve ser pensada enquanto preservação da história, da tradição, dos modos de ser, como educação, lazer, atividade econômica e, além disso, enquanto uma ferramenta de modificação da realidade concreta da sociedade.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

- Ampliação do “Censo da Cultura” com o intuito de pensar e fomentar mecanismos de acessar as formas mais amplas de manifestação cultural;
- Elaborar as políticas de cultura por um caminho que vá das periferias e da zona rural para o centro e não o contrário, como o que acontece nos editais da prefeitura, contribuindo, assim, para a descentralização das atividades e equipamentos culturais;
- Elaborar formas e políticas, em diálogo com o setor cultural da cidade, de aproximar a elaboração de demandas e possibilidades de execução e de tornar os editais menos burocráticos e mais acessíveis aos setores historicamente afastados;
- Fomentar a expansão de feiras agroecológicas integradas à realização de atividades culturais diversas, dialogando com nossos compromissos em relação ao meio ambiente;
- Avançar no processo de implementação e desenvolvimento da cultura no espaço regular das escolas municipais;
- Elaborar políticas que possibilitem a utilização dos aparelhos escolares da rede municipal enquanto pontos de cultura com direito a uso por parte da comunidade, favorecendo o estreitamento dos laços entre escola e comunidade;
- Elaboração e execução de um plano de revitalização de praças públicas situadas em bairros periféricos, com o intuito de expandir para as mesmas o modelo de integração entre cultura, esportes e lazer presente na Praça CEU, no bairro Benfica;

- Criação de projeto através de parceria entre a gestão municipal e a UFJF a fim de potencializar a utilização dos espaços de cultura, áreas de lazer e museus sob a gestão da universidade, com atividades culturais.

RAÇA E ETNIA

Se queremos pensar outro modelo de cidade não o podemos fazer sem pensar a questão racial, o funcionamento do espaço urbano, assim como toda a sociedade brasileira, é fruto de um país com passado escravocrata e presente racista, baseado na desigualdade racial. A cidade de Juiz de Fora não é diferente, aqui foi residia a maior população escravizada de Minas gerais, que foi a maior província escravista do país. Em 1855 a população de Juiz de Fora era composta por 6466 pessoas, sendo que destas 4025 eram cativos.

Após a abolição, a situação dos negros no país - e também na região de Juiz de Fora - era de profunda exclusão social, os negros libertos sem a garantia das mínimas condições de acesso ao trabalho e sem recursos materiais para a sua manutenção, enquanto que a preocupação da elites brasileiras era garantir o embranquecimento da população, o que causou a vinda de milhares de imigrantes europeus que ocuparam a maior parte dos postos de trabalho. O fato de que muito se reivindica na cidade as origens de imigrantes europeus e suas contribuições para o desenvolvimento da cidade tem por detrás as faces de uma política nacional de embranquecimento que também toma forma nessa região.

A maior parte da população negra que residia em Juiz de Fora no período do pós abolição continuou morando e trabalhando nas fazendas cafeeiras, mas após 1920, com o declínio do café, se viram impelidos a morar na cidade em busca de mais oportunidades de emprego, aí se deparando com o fato de que a região central da cidade já estava ocupada pelos imigrantes. Foi a partir daí que bairros como Dom Bosco, Santa Rita e São Benedito nasceram, orbitando o centro da cidade e acumulando em si a população negra que não conseguia emprego nas fabricas ocupadas pelos imigrantes brancos e que se via obrigada aos trabalhos informais e autônomos. Tudo isso contribuiu para a construção de um cenário de exclusão social e espacial da população negra.

Atualmente, uma pesquisa elaborada pela Defesa Civil que realizou um levantamento étnico racial nas 42 áreas consideradas de risco ambiental, identificou que das 35.986 pessoas que estão sujeitas aos desastres ambientais, 70,5% são negras – pretas e pardas – e 29,5% são brancas. Além disso devemos considerar que os bairros com maiores taxas de violência são os bairros de maioria negra, demonstrando que Juiz de Fora faz coro com o restante do país no que tange a mortalidade crescente da juventude negra e periférica.

Todas essas questões levaram Juiz de Fora se tornar a terceira cidade no país, e a primeira no Estado de Minas Gerais, com o pior índice de desigualdade entre negros e brancos, ficando atrás somente dos municípios de Niterói (RJ) e Porto Alegre (RS). Os negros (pretos e pardos) juiz-foranos representam cerca de 44% da população total da cidade e ainda assim o Conselho Municipal para Promoção de Igualdade Racial COMPIR

e o Fundo Municipal para promoção da igualdade Racial FUMPIR foram criados apenas no ano de 2014. E mesmo assim contam com grande deficiência de atuação na cidade.

É por essas questões e por compreender que é impossível construir outro modelo de cidade, uma cidade solidária, sem que tenhamos políticas públicas voltadas para a resolução dos problemas de desigualdade étnico-racial em Juiz de Fora.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

- **Fortalecer e acompanhar os trabalhos do Conselho Municipal para Promoção de Igualdade Racial e o Fundo Municipal para promoção da igualdade Racial** garantindo assim que esses órgãos possam organizar e estruturar políticas públicas, atividades e eventos que visem a promoção da igualdade racial.
- **Implementar um Plano Municipal de Políticas de Igualdade Racial**, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação, principalmente dos setores da periferia e do movimento negro da cidade.
- **Promover ações de valorização das memórias, contribuição históricas e culturais da população negra** na história da formação da cidade de Juiz de Fora, rompendo com a ideia de que a cidade foi construída apenas por imigrantes europeus.
- **Restabelecer a função social da propriedade como a diretriz fundamental do sistema de planejamento socioambiental do município** a partir da discussão de um plano diretor que leve em consideração a realidade de segregação espacial e racial da cidade e que tenha como objetivo a garantia de democratização do espaço urbano, direito à moradia e ao lazer.
- **Promover a equidade étnico-racial nas políticas de saúde da cidade**, a partir dos parâmetros da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, promovendo cursos de formação sobre as especificidades das minorias étnico-raciais, capacitando os servidores e gestores da saúde pra lidar com as questões específicas dessa população;
- **Construir um programa de Educação Antirracista** nas escolas da rede municipal, a partir de cursos de capacitação dos profissionais da educação para que possam trabalhar esse tema na sala de aula, transformando assim o espaço escolar em um espaço de combate constante ao preconceito racial;
- **Implantação reserva de vaga** de 30% para negros nos concursos públicos do município;
- **Desenvolvimento de programas que visem promover atividades de acesso ao lazer, esporte e cultura** em todos os bairros da cidade, construídos a partir da demanda e do diálogo com a população.

JUVENTUDE

A juventude na cidade de Juiz de Fora representa uma população de quase 132 mil de pessoas segundo o último censo, estima-se que em 2020 chegue a 150 mil, cuja maioria é negra e vive em bairros periféricos. Tais dados parece que vem sendo ignorado pela prefeitura ao decorrer dos mandatos.

Nós acreditamos que a luta da juventude é, no presente, a luta pelo futuro. Desta forma, defendemos a necessidade de criação de um campo especial de políticas públicas destinadas à juventude, com foco no estímulo à participação política dos jovens e no acesso igualitário aos direitos da juventude.

Para a construção de uma verdadeira democracia, é fundamental a participação ativa da juventude nos debates políticos e isso não é diferente em nossa cidade. Para isso é imprescindível o incentivo e a construção de espaços de participação política para juventude, onde os jovens possam aprender a atuar politicamente e a falar em seu próprio nome, defendendo seus direitos e sua visão de mundo.

Também é de primeira importância o desenvolvimento e a efetivação de políticas que visem reduzir as desigualdades socioeconômicas que mais atingem a juventude. Infelizmente, por conta de diferenças de classe, raça, gênero e, até mesmo, geográficas, há enorme desigualdade, entre os jovens, no acesso a direitos fundamentais, como educação, saúde, lazer e cultura. Desde muito cedo, a população jovem das periferias e regiões mais pobres da cidade encontra dificuldades em permanecer na escola e em frequentar ambientes culturais e de lazer. Da mesma forma, ainda é bastante insuficiente o acesso de grande parcela dos jovens à saúde, em especial, aos serviços de informação e educação sexual.

Prioridades e compromissos:

- Reforma curricular das escolas municipais em diálogo ao gt de educação; Fomentando a criação de dispositivos de participação da comunidade escolar (Alunos, pais de alunos e professores), com o objetivo de retirar a centralidade da secretaria de educação do município.
- Aprovação de sistema municipal de assistência estudantil;
- Passe livre para desempregados, desalentos e estudantes da rede municipal;
- Desenvolver campanha para a juventude para preservação e acesso ao patrimônio cultural do município;
- Criação de centros de referência culturais de juventude nos bairros juizforanos;
- Condicionar e fiscalizar a concessão de incentivos e/ou financiamentos governamentais a empresas que geram empregos para jovens de 14 a 29 anos de idade;
- Construir um plano municipal de erradicação do analfabetismo entre os jovens, estabelecendo metas e prazos e contando com a participação dos próprios jovens como alfabetizadores.

- Incentivo a criação de cursos populares, fomentar junto à UFJF a participação de alunos da faculdade de educação e das licenciaturas nos cursos populares na cidade de Juiz de Fora.
- Implementar um Plano Municipal de Juventude, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação.
- Ampliação do Conselho municipal de juventude
- Garantir que a Política de Juventude do município esteja em permanente consonância e articulação com o Conselho Municipal de Juventude (CMJ), garantindo assim, seu caráter deliberativo.
- Promover a participação política da juventude, incentivando o desenvolvimento de espaços de organização e debate político para jovens, em escolas, bairros e demais agrupamentos sociais. Visamos, ainda, dar maior acesso aos jovens e aos movimentos sociais juvenis, aos debates de interesse público realizados no âmbito municipal, em especial àqueles promovidos pelo Conselho Municipal da Juventude.
- Fomentar e implantar centros de referência para a juventude, oferecendo atividades e equipamentos voltados para práticas esportivas, culturais e de lazer, que sejam estimulantes e atrativos aos jovens, priorizando os bairros e regiões mais carentes destes serviços.
- Ampliar e melhorar o oferecimento de serviços de saúde voltados para os jovens, com especial atenção à informação e educação sexual e à prevenção de gravidez e DSTs. Nosso objetivo é que estes serviços sejam de fácil acesso aos jovens, estando disponíveis na unidade de saúde mais próxima de sua casa ou escola.

FONTE DE DADOS

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/panorama>

<https://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/GT2-JUVENTUDES-E-LAZER-NA-CIDADE-DE-JUIZ-DE-FORA.pdf>

<https://www.ufjf.br/virtu/files/2011/09/POL%3%8dTICAS-P%3%9aBLICAS-PARA-JUVENTUDE-QUAIS-JOVENS-QUE-JUVENTUDE.pdf>

<https://www.ufjf.br/ladem/2012/04/28/um-terco-dos-habitantes-de-juiz-de-fora-e-de-outras-cidades/>